Editora Bernoulli

HISTÓRIA

Volume 03

Sumário - História

Frente A

Frente B

HISTÓRIA

Revolução Americana

MÓDULO 11 — FRENTE A

REVOLUÇÃO OU INDEPENDÊNCIA?

O processo de ruptura das Treze Colônias com a metrópole inglesa foi o primeiro a ocorrer na América e representou um dos primeiros sinais de abalo do poderio europeu durante o chamado Antigo Regime.

A Independência, também denominada por muitos de Revolução Americana, é um episódio controverso para os historiadores. Alguns deles alegam que a ruptura com a Inglaterra representou a formação de uma "nova ordem", o que a caracterizaria como uma Revolução. Essa tese pode ser reforçada pelo fato de os colonos possuírem práticas políticas próprias, como a atuação de conselhos representativos das comunidades, o que garantia uma maior participação dos indivíduos nas decisões políticas. Como consequência disso, instaurou-se o desejo de consagrar a "liberdade" e de consolidar o direito de participar das decisões públicas, de ser admitido no mundo político, o que foi importante para o processo de Independência. Aceitando-se esses aspectos, é possível caracterizar a ação dos colonos como revolucionária.

De acordo com o pensador francês Alexis de Tocqueville, que visitou os Estados Unidos nas primeiras décadas do século XIX e escreveu a clássica obra *A democracia na América*:

> Ali a sociedade age sozinha e sobre ela própria. Não existe poder, a não ser no seio dela; quase nem mesmo se encontram pessoas que ousem conceber e, sobretudo, exprimir a idéia de ir procurá-la noutra parte. O povo participa da composição das leis, pela escolha dos legisladores, da sua aplicação pela eleição dos agentes do Poder Executivo; pode-se dizer que ele mesmo governa, tão frágil e restrita é a parte deixada à administração, tanto se ressente esta da sua origem popular e obedece ao poder de que emana. O povo reina sobre o mundo político americano como Deus sobre o universo. É ele a causa e o fim de todas as coisas; tudo sai do seu seio, e tudo se absorve nele.
>
> TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

Por outro lado, existem historiadores que apontam as limitações desse movimento. Uma delas seria o fato de não existir, ainda naquele período, uma unidade entre os americanos. Por isso, a Independência não teria sido motivada pelo sentimento nacionalista em relação aos Estados Unidos, que de fato nem existia, mas sim por uma repulsão aos ingleses.

Por ter sido encabeçado por uma elite colonial que se sentia prejudicada em seus interesses econômicos, o movimento não previa a adoção imediata do sufrágio universal, além de defender a manutenção da escravidão. No século XX, a segregação racial ainda presente levou o ativista negro Martin Luther King a proferir seu célebre discurso "Eu tenho um sonho", em que afirmava:

> De certo modo, viemos à capital de nossa nação para descontar um cheque. Quando os arquitetos de nossa república escreveram as palavras magníficas da Constituição e da Declaração de Independência, eles estavam assinando uma nota promissória de que todo americano se tornaria herdeiro. Essa nota era a promessa de que todos os homens, sim, negros assim como brancos, teriam garantidos os direitos inalienáveis à vida, à liberdade e à busca da felicidade. É óbvio hoje que a América não pagou essa nota promissória no que concerne aos seus cidadãos de cor. Em vez de honrar essa obrigação sagrada, a América deu ao povo negro um cheque sem fundos; um cheque que foi devolvido com a anotação: "fundos insuficientes". Nós nos recusamos a acreditar que há fundos insuficientes na grande caixa forte de oportunidades desta nação. E assim viemos para descontar esse cheque, um cheque que vai nos assegurar as riquezas da liberdade e a segurança da justiça.
>
> Martin Luther King

Apesar das diferenças, ambas as interpretações são pertinentes e acreditamos que o seu conhecimento facilite a análise do processo que culminou na autonomia das Treze Colônias.

ANTECEDENTES

A colonização inglesa na América do Norte, em especial nas colônias do norte, não se caracterizou por um planejamento sistemático. Isso porque a situação interna conflituosa pela qual passava a Inglaterra entre os séculos XV e XVII, marcada pelo fim da Guerra dos Cem Anos, pela Guerra das Duas Rosas, pela Reforma Anglicana e pela Revolução Inglesa, impedia a atuação efetiva da metrópole na América. Somadas a isso, as características de algumas colônias fizeram com que sofressem pouca interferência da metrópole, levando a um distanciamento desta. Foi comum, nesse caso, a prática do *self-government*, ou seja, o autogoverno pelos colonos da América.

Não se deve concluir, no entanto, que a Coroa britânica abandonou seus territórios coloniais. Várias foram as legislações que buscavam aumentar o seu controle sobre a região, tanto que a sua intensificação no século XVIII foi um dos principais fatores que levaram ao processo de Independência das Treze Colônias.

RAZÕES PARA A INDEPENDÊNCIA

Vários conflitos ocorridos entre os países europeus durante a Idade Moderna geraram repercussões nas Américas. Em muitos casos, as batalhas estavam vinculadas aos domínios coloniais no continente americano e contaram com a participação das colônias. No entanto, ao final de cada um desses conflitos, os tratados estabelecidos entre as potências da Europa nem sempre refletiam o interesse dos colonos. Muitas das conquistas territoriais promovidas pelos colonos eram desfeitas por tratados firmados entre os europeus.

A **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**, por exemplo, foi um conflito entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial e marítimo de colônias localizadas nas Índias Orientais e na América do Norte. A luta no continente americano foi denominada Guerra Franco-Indígena e dela participaram a Inglaterra e as suas colônias norte-americanas contra a França, aliada aos indígenas. A derrota francesa permitiu o início do controle inglês sobre a região das Índias e afastou as pretensões da França sobre o continente americano. Diante da menor possibilidade de invasões francesas, os colonos americanos se sentiam menos dependentes do Exército britânico para sua defesa, o que fortalecia a sensação de autonomia. Além disso, ao participarem da guerra, os colonos haviam experimentado a prática militar e lutado de maneira unificada contra um inimigo comum.

Apesar das conquistas coloniais, a Inglaterra, visando a garantir o seu controle sobre a América do Norte, decidiu manter um Exército regular na região, repassando os custos da ação militar e da guerra para os colonos por meio do aumento de impostos.

A vitória da Inglaterra na Guerra dos Sete Anos gerou também o aumento do interesse dos colonos pela região compreendida entre os Montes Apalaches e o Rio Mississippi, que era propícia ao comércio de peles e ao cultivo do fumo. Essa região, no entanto, era ocupada por várias tribos indígenas, tornando o conflito entre os dois lados inevitável. Após uma série de confrontos, os indígenas foram derrotados, mas, ainda assim, as pretensões dos colonos de acesso à região foram frustradas, pois um decreto em 1763, do rei George III, proibiu a presença dos colonos naquela área. A Declaração de 1763 (ou Linha de Proclamação Régia) foi um dos fatores fundamentais para o desencadeamento do processo de Independência, pois, ao mesmo tempo que feria os interesses dos colonos, representava o início de uma política de interferência metropolitana mais efetiva nos assuntos coloniais.

A interferência cada vez mais forte da Inglaterra nos assuntos coloniais se deveu a alguns fatores específicos. Em primeiro lugar, era necessário recuperar os cofres ingleses após os gastos militares em várias guerras. Assim, o aumento da exploração sobre as colônias americanas era uma saída para esse problema. Além disso, a partir da segunda metade do século XVIII, a Inglaterra vivia os primórdios da Revolução Industrial, e a América poderia alimentar esse processo através do fornecimento de matéria-prima, como o algodão, além de representar um importante mercado consumidor para os produtos ingleses. Pode ser ressaltado, ainda, que os gastos ingleses com seu Império em expansão também contribuíram para o aumento da opressão.

No plano ideológico, foram fundamentais para a eclosão do movimento emancipacionista as ideias iluministas, em especial as de John Locke. Tais influências chegavam às colônias através dos filhos das elites que haviam estudado nas universidades inglesas. Locke defendia a teoria do contrato social e afirmava que o Estado deveria ser capaz de garantir os direitos naturais e inalienáveis dos indivíduos. A não garantia destes dava aos cidadãos o direito de se rebelarem contra o governo, caracterizando, portanto, o direito de resistência à tirania dos governos considerados injustos. Além disso, John Locke defendia que a participação política determinava a validade de uma lei. Posto que as leis a que estavam submetidos os colonos eram votadas exclusivamente pelo Parlamento inglês, sem o consentimento dos americanos, aquela situação inevitavelmente se tornaria insustentável.

No momento em que a Coroa aumentou a opressão por meio de um conjunto de leis repressivas, os colonos, influenciados pelo Iluminismo, questionaram a validade de tais atos, afirmando a máxima: *"No taxation without representation"* (Não à taxação sem representação). Entre as leis coercitivas que foram criadas com o objetivo de reforçar os laços coloniais, destacam-se:

Lei do Açúcar (1764)

Enquanto os colonos ainda se encontravam descontentes com a Declaração de 1763, o Parlamento inglês aprovou o *Sugar Act*. A justificativa para a lei, segundo os britânicos, era a necessidade de arrecadar recursos para a segurança e para a proteção das colônias contra ataques estrangeiros. Além disso, a Lei do Açúcar era um dispositivo que visava à redução dos encargos fiscais pagos pelos cidadãos ingleses, transferindo parte dessas obrigações para os colonos. Uma lei semelhante já existia desde 1733, mas tinha sido ineficaz devido à dificuldade de fiscalização e à ação de contrabandistas.

A lei de 1764 estabelecia impostos adicionais para a compra de açúcar e outros produtos estrangeiros, como artigos de luxo, vinho, café e seda. Com o aumento dos preços dos produtos estrangeiros, os colonos se viam na obrigação de comprar produtos diretamente dos ingleses ou das outras colônias inglesas, como o açúcar oriundo de colônias inglesas nas Antilhas.

Tal medida afetava diretamente os envolvidos no comércio triangular, que, em muitos casos, adquiriam o melaço com melhores condições em outras regiões, como nas colônias francesas e espanholas da América Central, para viabilizar a compra de escravos na África. O descontentamento aumentou ainda mais devido à severa fiscalização por parte da Marinha inglesa, que patrulhava os portos, inspecionava os navios e vasculhava os armazéns americanos em busca de mercadorias contrabandeadas. Além de vários protestos, os colonos também boicotaram os produtos ingleses.

Lei do Selo (1765)

Essa lei determinava que documentos públicos, como jornais, cartazes e diplomas, fossem taxados. Essa medida foi a primeira a provocar uma reação organizada por parte dos colonos contra as leis mercantilistas, já que, diferentemente das outras taxações indiretas, os lucros obtidos através dessa cobrança eram encaminhados diretamente para os cofres da Coroa.

Além de manifestações e do boicote aos produtos ingleses, os colonos organizaram o Congresso da Lei do Selo, que redigiu a Declaração dos Direitos e das Reivindicações. Pelo documento, reafirmava-se a fidelidade dos americanos ao rei Jorge III, exigindo-se que os colonos tivessem o mesmo tratamento dispensado aos súditos ingleses, principalmente em relação à questão da representatividade no Parlamento inglês. Também era exigida a revogação das demais leis que restringiam o comércio.

As convulsões geradas pela aprovação da lei foram tão intensas que levaram à sua revogação pelo Parlamento inglês em 1766.

Atos Townshend (1767)

Decretados pelo ministro da Fazenda, Charles Townshend, esses dispositivos taxavam produtos como chumbo, vidro, corantes e chá. As novas taxas retomavam o sistema de taxação indireta, anterior à Lei do Selo. Essas medidas foram acompanhadas da nomeação de novos funcionários para combater o contrabando nas colônias.

Novas reações ocorreram, gerando, inclusive, um confronto direto entre colonos e soldados britânicos que ficou conhecido como "o massacre de Boston". A morte de cinco colonos fez com que o evento fosse usado na propaganda contra os ingleses. Novamente, assistiu-se à anulação das medidas por parte do Parlamento inglês.

Lei do Chá (1773)

O chá faz parte da tradição inglesa e era amplamente consumido nas Treze Colônias. Seu preço vinha sofrendo quedas constantes tanto na Inglaterra quanto nas colônias e seu consumo se tornava cada vez mais popular. No entanto, desde a edição dos Atos Townshend, os americanos vinham se recusando a comprar o chá trazido pelos ingleses, pois, mesmo com os baixos impostos, os colonos não aceitavam o fato de estes serem cobrados pela Inglaterra.

A Companhia das Índias Orientais, de origem inglesa, que comercializava o chá, era a principal prejudicada pela baixa dos preços e pela recusa dos americanos. Para promover a recuperação da Companhia, o Parlamento britânico, que possuía inúmeros acionistas na empresa, concedeu o monopólio da venda do chá na América à Companhia das Índias.

Além de boicotarem o chá inglês, os colonos, que aumentaram o consumo de café e de chocolate, atacaram o carregamento de chá de três navios da Companhia no porto de Boston, disfarçados de índios, no episódio que ficou conhecido como a "Festa do chá de Boston".

Nathaniel Currier

Boston tea party*, quadro de Nathaniel Currier. Durante o evento, em Massachusetts, gritou-se: "O porto de Boston virou um bule de chá essa noite."*

Leis Intoleráveis (1774)

Após os eventos que se seguiram à Lei do Chá, a reação do Parlamento foi dura. Um conjunto de leis foi aprovado visando a desencorajar os atos de rebeldia, e, por isso, essas leis foram chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

Entre as medidas, destacavam-se o fechamento do porto de Boston, até que todo o prejuízo do lançamento do carregamento de chá ao mar fosse indenizado; a suspensão de todos os benefícios anteriormente concedidos à colônia de Massachusetts; o impedimento de toda e qualquer manifestação pública contra a metrópole; a transferência dos julgamentos de crimes cometidos em território americano para os britânicos, além da obrigatoriedade da concessão de alojamento por parte dos colonos aos soldados ingleses.

Ato de Quebec (1774)

A intenção desse Ato era reforçar o domínio inglês sobre a região do Canadá, obtida após a vitória sobre a França na Guerra dos Sete Anos. Pelo Ato, o território do Quebec teve suas fronteiras fixadas ao sul no Rio Ohio e estaria limitado ao oeste pelo Rio Mississippi, impedindo, assim, a expansão dos colonos para o oeste. Além disso, o Ato de Quebec permitia a manutenção de leis francesas na região, assim como a tolerância religiosa naquela região de maioria católica. Publicado no mesmo ano das chamadas Leis Intoleráveis, o Ato foi visto como uma nova afronta e como uma aproximação da Inglaterra com o catolicismo.

Após o contexto descrito, no qual houve a tentativa de imposição de rígidas práticas mercantilistas pelos ingleses às suas colônias, estas tiveram a sua liberdade cerceada, o que levou os colonos a acreditarem que a implementação de reformas liberais seria a solução para que pudessem se desvencilhar das imposições metropolitanas.

DECLARAÇÃO DE INDEPENDÊNCIA

Como já foi dito, o que reuniu os colonos no momento da Independência não foi necessariamente um sentimento nacional e sim a rejeição à Inglaterra, principalmente após o reforço da política colonial. Inicialmente, parte da elite, principalmente dos sulistas, era contrária à luta contra os ingleses, pois os sulistas eram dependentes do mercado inglês. Havia também a preocupação com a radicalização do movimento, ou seja, o medo de que a separação levasse à rebeldia dos escravos e das classes populares em busca de maior liberdade. Entretanto, no momento em que perceberam que seus interesses estavam ameaçados, esses grupos passaram a protestar contra as pressões inglesas.

A difusão das ideias contestatórias foi realizada a partir de sociedades secretas que reuniam os descontentes com as medidas inglesas. Era comum a leitura de textos iluministas, em especial os de John Locke. Entre as sociedades secretas mais atuantes, estava a sociedade dos "Filhos da Liberdade" e sua versão feminina, as "Filhas da Liberdade", que exigia a participação das mulheres na vida política.

A organização da resistência colonial ganhou consistência com o **Primeiro Congresso Continental**, realizado na Filadélfia em 1774, quando os representantes da Virgínia e de Massachusetts adotaram uma série de resoluções. Durante o Congresso – que contou com delegados de todas as colônias, com exceção da Geórgia –, foi reafirmada a fidelidade dos colonos ao rei inglês, mas exigiu-se o respeito aos seus direitos. Os participantes diziam defender os direitos naturais, como a liberdade, a vida e a propriedade, e firmaram um pacto de apoio mútuo. Também se comprometeram a manter o boicote aos produtos ingleses, a não vender produtos à Inglaterra ou à Companhia das Índias e a se reunirem novamente no caso do não atendimento das reivindicações e da revogação das Leis Intoleráveis.

T.H Matheson

Na tela representada, os colonos reunidos durante o Segundo Congresso da Filadélfia fazem uma oração antes de iniciar as discussões.

Ao mesmo tempo que o Primeiro Congresso da Filadélfia optava por uma posição mais moderada, também foi fundamental a divulgação, entre os colonos, dos ideais separatistas por meio de panfletos, como o *Senso Comum*, de Thomas Paine. O autor atacava a monarquia inglesa e defendia a emancipação política, a elaboração de uma Constituição e o estabelecimento do regime republicano. O texto, de cerca de 50 páginas, foi importante arma de propaganda e acabou colaborando para convencer os setores mais conservadores da necessidade da Independência.

Por outro lado, percebendo o avanço dos movimentos de rebeldia, a Coroa aumentou o número de tropas enviadas ao continente americano. Em meio a essa situação, a elite colonial se organizou no **Segundo Congresso Continental** (1775), também na Filadélfia, que contava agora com o apoio de todas as colônias. Após um início em que prevaleceram os argumentos dos conservadores, os representantes das colônias acabaram se posicionando a favor da separação. Colaboraram para isso a crença de que os ingleses mantinham a prática de violação de alguns direitos, a divulgação do *Senso Comum,* de Thomas Paine, e o início dos conflitos armados em Lexington e em Concord entre colonos e tropas inglesas, causando mortes dos dois lados.

As discussões se mantiveram intensas até o dia 4 de julho de 1776, quando foi tornada pública a Declaração de Independência. Esta era composta de um preâmbulo com as causas para a separação, uma teoria sobre o novo governo a ser estabelecido e uma declaração de guerra à Inglaterra. Redigida em sua maior parte por Thomas Jefferson, em seu preâmbulo, fica clara a influência do inglês John Locke:

> Cremos como verdades evidentes por si próprias que todos os homens nasceram iguais, que receberam de seu Criador alguns direitos inalienáveis; que entre esses direitos estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; que é para assegurar esses direitos que os governos foram instituídos entre os homens e seu justo poder advém somente do consentimento dos governados; todas as vezes que uma forma de governo torna-se destruidora desses fins, o povo está no direito de modificá-la ou aboli-la e instituir um novo governo [...]
>
> PREÂMBULO da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América, 4 jul. 1776.

Após a Declaração, os colonos foram considerados rebeldes pelo rei George e iniciou-se a Guerra pela Independência. Para alguns emancipacionistas, no entanto, o principal já havia sido feito, como se pode perceber na afirmação de John Adams, importante participante do Congresso da Filadélfia e posteriormente presidente dos Estados Unidos:

> O que queremos dizer com a Revolução? A guerra? Isso não foi parte da Revolução; foi apenas um efeito e consequência dela. A Revolução estava nas mentes das pessoas e foi levada a cabo de 1760 a 1775, no curso de quinze anos, antes que uma gota de sangue fosse derramada em Lexington.
>
> John Adams para Jefferson, 1815.

GUERRA DE INDEPENDÊNCIA

O fazendeiro da Virgínia, George Washington, foi o encarregado de comandar o Exército colonial, chamado de Exército continental. Em diversas localidades, foram formadas milícias que atuavam por meio de sabotagens ao Exército inglês e possuíam relativa autonomia. Os chamados *minutemen* estavam sempre prontos para pegar em armas e se mobilizavam de maneira rápida diante dos ataques britânicos.

Se de um lado a potente Marinha britânica, auxiliada por mercenários, buscava suprimir os colonos, de outro lado as vitórias americanas, comandadas por George Washington – como a da Batalha de Saratoga –, reavivavam o ânimo das forças rebeldes. Fortalecido pela reação colonial, o embaixador dos americanos na França, Benjamin Franklin, conseguiu fazer com que a Marinha e o Exército franceses auxiliassem os americanos na luta pela Independência. Foram assinados dois tratados, um de cooperação comercial e outro de auxílio militar, com a França. Assim, além das tropas, os franceses forneceram ouro, pólvora, munição e equipamentos. Espanhóis, holandeses e voluntários de outros países europeus, imbuídos em desestruturar o poderio inglês, também deram a sua colaboração.

Além do apoio externo, a vitória americana também foi garantida pela dificuldade de os ingleses controlarem o território do inimigo, uma vez que os rebeldes ocupavam a região que se estendia do Canadá até a Flórida. Se os ingleses possuíam controle apenas da região portuária de Boston, para os americanos, bastava controlar aquela região para que os suprimentos e tropas ingleses tivessem sua entrada dificultada. A distância da Inglaterra à América também dificultava a manutenção do abastecimento dos exércitos.

William Warby/ Creative Commons

A Estátua da Liberdade, importante monumento estadunidense, foi um presente francês em homenagem ao centenário da Independência dos Estados Unidos.

Após vencerem em Yorktown, as tropas comandadas por George Washington minaram as forças dos ingleses em 1783. O fim da guerra representou a conquista da Independência dos Estados Unidos.

DESDOBRAMENTOS DA INDEPENDÊNCIA DAS TREZE COLÔNIAS

A vitória na Guerra de Independência significou a primeira vitória de uma colônia americana sobre a sua metrópole. Além dos desdobramentos internos, a Independência das Treze Colônias também provocou repercussões em âmbito internacional. Algumas delas podem ser destacadas:

- Em 1787, foi elaborada a Constituição americana, que garantia os direitos à propriedade, inclusive a de escravos, e consagrava os interesses das elites. Manteve-se, assim, o domínio dos chamados WASP (*White, Anglo-Saxon and Protestant*) – os brancos, anglo-saxões e protestantes. Os nativos também foram prejudicados, já que agora a expansão em direção às terras dos índios estaria assegurada.
- A vitória sobre os ingleses representou um forte abalo à corrida da Inglaterra rumo ao posto de potência hegemônica do período.
- A França saiu enfraquecida depois dos gastos com o auxílio nas lutas. Além disso, soldados franceses que lutaram pela Independência voltaram contagiados pela ideia de liberdade e república. Essa influência foi fundamental para o início do processo revolucionário francês.
- A influência da experiência americana serviu de exemplo para outros movimentos em busca da liberdade em toda a América. No caso do Brasil, podemos citar as inconfidências Mineira (1789) e Baiana (1798) e a Revolução Pernambucana (1817) como movimentos diretamente inspirados na luta estadunidense.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFF-RJ) Os processos de ocupação do território americano do norte simbolizam, para muitos historiadores, a presença do ideário europeu no Novo Mundo. Os pioneiros ingleses do Mayflower construíram uma sociedade baseada na justiça e no cumprimento dos valores religiosos e morais protestantes. Essa base fundadora teve papel essencial na formação dos Estados Unidos da América.

Assinale a alternativa que contém a relação **CORRETA** entre a fundação e a formação dos Estados Unidos.

A) A Revolução Americana de 1776 representou, nos Estados Unidos, a presença dos valores da Revolução Francesa, mostrando como os americanos estavam sintonizados com a Europa e não queriam se separar da Inglaterra.

B) A Revolução Americana de 1776 foi o episódio que representou, de forma mais cabal, a presença da tradição dos primeiros colonos, através do sentido de liberdade e da ideia de “destino manifesto”.

C) A Revolução Americana de 1776 apresentou valores que eram oriundos das culturas indígenas da região americana e, por isso, garantiu a expressão radical de liberdade, na Revolução.

D) A Revolução de 1776 foi um episódio isolado na história dos Estados Unidos, pois se fundamentou em valores de unidade que não foram capazes de fazer dos Estados Unidos um país americano.

E) A Revolução Americana de 1776 foi apenas um ensaio do que ocorreria no século XIX nos Estados Unidos, por isso, podemos pensá-la como um apêndice da Guerra de Secessão, esta sim, vinculada à Revolução Francesa.

02. (UFMG) Em 1776, após uma série de conflitos, uma parcela expressiva das sociedades das Treze Colônias se articulou no sentido de romper com o domínio inglês.

Considerando-se esse processo, bem como seus desdobramentos, é **CORRETO** afirmar que ele se

A) notabilizou pela consolidação do latifúndio, o que atendia aos interesses das elites religiosas, que se apropriaram de grandes glebas de terras.

B) caracterizou, desde o início, pela intransigente defesa da escravidão por parte dos americanos, no que eram contraditados pelos interesses ingleses.

C) configurou como uma primeira tentativa de instalação de um regime socialista anticolonial, o que contrariava seriamente os interesses dos comerciantes.

D) destacou pela repercussão internacional alcançada, tornando-se uma referência, na prática, para outras colônias americanas.

03. (Mackenzie-SP–2010) O processo de emancipação das Treze Colônias Inglesas da América do Norte, na segunda metade do século XVIII, é denominado de Revolução Americana, pois

A) representou o fim do pacto colonial naquela parte do continente americano, servindo de modelo para os demais processos emancipatórios americanos.

B) rompeu o pacto colonial mercantilista e criou uma sociedade liberal e democrática para todos os setores sociais.

C) foi a primeira etapa das revoluções liberais, que, a partir de então, iriam propagar-se somente na Europa.

D) assinalou o início de uma sociedade capitalista, baseada no trabalho assalariado, livre das instituições feudais.

E) a ideologia de seus grandes líderes era a mesma que caracterizaria, pouco tempo depois, a Revolução Inglesa.

04. (FGV-SP–2008) *São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de “vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade*.

DECLARAÇÃO de Independência, 4 jul. 1776.

Acerca da Independência das Treze Colônias, é **CORRETO** afirmar que

A) a ruptura com a metrópole foi efetivada pelas classes sociais dominantes coloniais, o que fez com que as demandas dos mais pobres fossem barradas e que não houvesse solução imediata para a questão escravista.

B) comandada pelos setores mais radicais da pequena burguesia, os colonos criaram uma república federativa, considerando, como pilares fundamentais da nova ordem institucional, as igualdades política e social.

C) sua efetivação só foi possível devido à fragilidade econômica e militar da Inglaterra, envolvida com a Guerra dos Sete Anos com a França, além da aliança militar dos colonos ingleses com a forte Marinha de guerra da Espanha.

D) o desejo por parte dos colonos de emancipar-se da metrópole Inglaterra nasceu em uma conjuntura de abertura da política colonial, na qual, a partir de 1770, as Treze Colônias foram autorizadas a comerciarem com as Antilhas.

E) o processo de ruptura colonial foi facilitado em decorrência das identidades econômicas e políticas entre as colônias do norte e as do sul, praticantes de uma economia de mercado, com o uso da mão de obra livre.

05. (UEL-PR–2008) As interpretações predominantes afirmam que a escravidão nos Estados Unidos da América foi abolida devido ao fato de que

I. o sistema escravista era incompatível com o funcionamento da República, que, pela Constituição de 1776, previa igualdade plena de direitos à população.

II. existia uma rivalidade entre o norte industrializado e o sul agrícola, que desencadeou uma guerra na qual o resultado final foi favorável ao norte.

III. a escravidão limitava o crescimento do mercado interno ao diminuir a renda dos trabalhadores.

IV. por ser o último país a permiti-la, os EUA estavam submetidos a fortes pressões, inclusive dos líderes religiosos, que ameaçaram excomungar os proprietários de escravos.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas **CORRETAS**.

A) I e II
B) II e III
C) III e IV
D) I, II e IV
E) I, III e IV

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFES) A Declaração de Independência das 13 Colônias Inglesas da América do Norte, em 4 de julho de 1776, da qual Thomas Jefferson foi relator, consagrou, em seu texto, o princípio do(a)

A) direito de reação à tirania, inspirado em Locke.

B) negação do contrato social, nos termos expostos por Rousseau.

C) separação da Igreja do Estado, conforme o pensamento de Mably.

D) ilustração monárquica, defendido por Diderot.

E) utilitarismo, preconizado por Benthan, Mill e William James.

02. (UNIRIO-RJ) *Em dezembro de 1773, cerca de vinte colonos disfarçados de índios, portando plumas coloridas e pintados nos rostos e braços, atacaram e ocuparam três navios britânicos no porto de Boston, atirando ao mar o carregamento de chá. Era um ultraje à autoridade de Sua Majestade Jorge III, o que deixou os ingleses indignados.*

Em resposta a esse incidente, o Parlamento inglês determinou uma série de medidas coercitivas sobre a colônia, chamadas pelos colonos de Leis Intoleráveis.

VICENTINO, Cláudio. *História Geral*. São Paulo: Scipione, 1997. p. 244.

Entre as várias medidas coercitivas decorrentes das Leis Intoleráveis, podemos apontar a(o)

A) eliminação do comércio triangular entre as colônias no norte e a Europa ou entre a América e a Ásia, empobrecendo os colonos envolvidos.

B) controle das terras do centro-oeste em mãos do governador inglês de Quebec, para impedir a expansão territorial dos colonos, garantindo o comércio de peles realizado entre ingleses e índios.

C) *Sugar Act* (Lei do Açúcar), segundo o qual o açúcar que não fosse proveniente das Antilhas britânicas sofreria uma alta taxação.

D) *Tea Act* (Lei do Chá), pesado tributo que, sob a garantia do monopólio da Companhia das Índias Orientais, sediada em Londres, promovia a acumulação de capital.

E) *Stamp Act* (Lei do Selo), pelo qual todos os documentos, livros e jornais publicados na colônia teriam de receber um selo da metrópole, cujo valor era incorporado ao seu preço.

03. (UFRRJ) *As correntes radicais que se pudessem encontrar na Revolução Americana foram, na sua maioria, incapazes de surgir à superfície. O seu principal efeito foi o de promover a unificação das colônias numa única unidade política e a separação dessa unidade da Inglaterra.*

MOORE JÚNIOR, Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. Lisboa: Martins Fontes, 1975. p. 143.

A insurreição das Treze Colônias americanas ao domínio britânico, em 1775, iniciou o processo que culminaria na Independência dos Estados Unidos. Entre os fatores que favoreceram a Independência americana, estão

A) a exploração do trabalho escravo nas *plantations* de algodão e a ausência de liberdade de imprensa.

B) a interferência inglesa no comércio e na indústria e a cobrança de impostos considerados injustos.

C) a proibição de abertura de indústrias e a proibição de ocupação das novas terras do oeste.

D) a imposição de taxas sobre a exportação do café e do tabaco e a interdição do livre-comércio.

E) o Imposto do Selo que incidia sobre os produtos importados e o bloqueio aos produtos da colônia americana.

04. (FUVEST-SP) Pode-se dizer que o ponto de partida do conflito entre as colônias inglesas da América do Norte e a Inglaterra, que levou à criação dos Estados Unidos em 1776, girou em torno da reivindicação de um princípio e de uma prática que tinham uma longa tradição no Parlamento britânico. Trata-se do princípio e da prática conhecidos como

A) um homem, um voto (*one man, one vote*).
B) nenhuma tributação sem representação (*no taxation without representation*).
C) Declaração dos Direitos (*Bill of Rights*).
D) equilíbrio entre os poderes (*checks and balances*).
E) liberdade de religião e de culto (*freedom of religion and worship*).

05. (UNESP) *Com o crescimento colonial, o sentimento e a experiência de autossuficiência foram-se avolumando, e as divergências com as autoridades* [...] *eclodiram* [...], *evoluindo para verdadeiros movimentos de rebelião colonial. A luta* [...] *representa um marco fundamental no processo de formação da sociedade capitalista burguesa, assentada nos princípios liberais e individualistas do Iluminismo.*

E. Nadai; J. Neves. *História Geral - Moderna e Contemporânea*.

O fragmento refere-se à

A) Revolução Russa.
B) Guerra do Vietnã.
C) Independência dos Estados Unidos.
D) Revolução Chinesa.
E) Unificação da Itália.

06. (UFC–2007) Em 1776, ocorreu a ruptura entre as 13 Colônias Inglesas da América do Norte e a Coroa britânica. Em relação a esse contexto e sobre a organização social dos Estados Unidos da América, é **CORRETO** afirmar que

A) a Inglaterra, juntamente com a Espanha, a França e a Holanda, montou uma coalizão militar contra os exércitos coloniais.
B) a Independência das 13 Colônias possibilitou a abolição da escravatura e a outorga aos ex-escravos de direitos civis e políticos semelhantes aos dos colonos de origem inglesa.
C) a Independência assegurou aos índios do oeste o livre acesso à terra, a partir da organização de povoamentos exclusivamente formados por indígenas.
D) a Constituição norte-americana adotou a República Federativa Presidencial como modelo de governo e instituiu a divisão de poderes em Executivo, Legislativo e Judiciário.
E) o Tratado de Paris, em 1783, determinou o pagamento de indenização dos Estados Unidos da América à Coroa britânica, em função do rompimento dos laços coloniais.

07. (FGV-SP–2007) Leia os trechos:

Na Europa, as terras ou são cultivadas ou são proibidas aos agricultores. A manufatura deve, então, ser procurada por necessidade e não por escolha. Nós, porém, temos uma imensidade de terra. [...] *Enquanto tivermos terra para trabalhar, nunca desejemos ver nossos cidadãos ocupados numa bancada de trabalho ou girando uma roca de fiar* [...] *Para as operações gerais de manufatura, deixemos que as nossas oficinas continuem na Europa. É melhor enviar matérias-primas para os trabalhadores de lá do que trazê-los para cá* [...], *com seus costumes e princípios. A aglomeração das grandes cidades não contribui para a manutenção de um governo legítimo* [...]

Thomas Jefferson, 1784.

Os regulamentos restritivos, que têm feito baixar a venda nos mercados estrangeiros do excedente cada vez maior de nossa produção agrícola, [...] *geraram forte desejo de que se criasse, internamente, uma demanda maior para aqueles excedentes.* [...]

Convém aqui enumerar os principais fatores que permitem concluir que os estabelecimentos manufatureiros não apenas provocam um aumento positivo no produto e na renda da sociedade, como também contribuem, decisivamente, para desenvolvê-la [...]. *1. a divisão do trabalho; 2. uma ampliação no uso da maquinaria; 3. a utilização adicional de classes da comunidade* [...]; *4. a promoção da imigração de países estrangeiros; 5. a oferta de maiores oportunidades à diversidade de talentos* [...]; *6. o aparecimento de um campo mais amplo e variado para a empresa;* [...]

Alexander Hamilton, 1791.
In: Secretaria da Educação-SP, Coletânea de documentos de História da América para o 2.º grau.

Os documentos tratam dos Estados Unidos logo após a Independência. De acordo com os trechos, é **CORRETO** afirmar que Jefferson e Hamilton

A) divergem sobre a necessidade de instalar manufaturas nos Estados Unidos.
B) concordam com a adoção de princípios fisiocratas no novo país.
C) destacam o aumento do volume e da renda das exportações agrícolas americanas.
D) defendem a vinda de imigrantes europeus para os Estados Unidos.
E) discordam sobre a manutenção do trabalho escravo em sua economia.

08. (UFRJ–2011) *Entre outra qualquer população, ou num período mais moderno da história da Nova Inglaterra, a sisuda rigidez que petrificava as caras hirsutas daqueles bons cidadãos teria indicado algum tremendo acontecimento em perspectiva. Teria indicado nada menos do que a execução de algum criminoso notório, sobre o qual a sentença do tribunal da lei não fizesse mais do que confirmar o veredicto da opinião popular. Entretanto, em face da primitiva rigidez do caráter puritano, não era dado estabelecer-se com certeza uma conclusão dessa espécie. Podia ser que um escravo preguiçoso ou um menino rebelde, entregue à autoridade civil, tivesse de ser castigado no pelourinho. Podia ser que um antinomiano, um quacre, ou qualquer sectário da religião heterodoxa, estivesse em via de expulsão da cidade* [Boston]*, ou que um índio vadio e errante, que a água-de-fogo dos brancos houvesse tornado turbulento nas ruas, fosse ser tingido a chicote para as sombras da floresta. Também podia ser que uma feiticeira* [...] *fosse subir ao pelourinho. Em qualquer dos casos haveria da parte dos espectadores a mesma solenidade, como cumpria a uma gente para a qual a religião e a lei constituíam quase uma só coisa, e em cuja mentalidade ambas se fundiam de tal maneira que os mais suaves ou os mais severos atos de disciplina coletiva eram, igualmente, veneráveis e terríveis.*

HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlate*. São Paulo: Martin Claret, 2006. p. 57.

IDENTIFIQUE um elemento que configurará a maior diferença econômica e social entre o norte e o sul dos Estados Unidos, sobretudo após a Independência.

09. (UFRRJ–2007) Leia o texto a seguir e responda ao que se pede.

A luta dos Estados Unidos contra a Inglaterra foi apenas uma 'Guerra de Independência' ou foi uma Revolução? [...] *Alguns têm procurado ver, na Guerra de Independência Americana, uma Revolução* [...]*, outros negam que essa guerra tenha trazido às antigas colônias inglesas profundas modificações econômicas e sociais. O meio termo é a opinião que deve prevalecer.*

GODECHOT, Jacques. *As Revoluções*: 1770-1799. São Paulo: Pioneira, 1976. p. 19.

A) Por que a Guerra de Independência dos Estados Unidos não pode ser considerada, do ponto de vista político, simplesmente uma guerra anticolonial?

B) **APONTE** o impacto para o Estado francês de sua participação na Guerra de Independência.

10. (UFRJ–2007) *Na realidade, a prudência recomenda que não se mudem os governos instituídos há muito tempo por motivos leves e passageiros; e, assim, toda experiência tem mostrado que os homens estão mais dispostos a sofrer, enquanto os males são suportáveis, do que a se desagravar, abolindo as formas a que se acostumaram. Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos e instituir novos – Guardas para sua futura segurança.*

Declaração de Independência dos Estados Unidos da América (4 jul. 1776.)

O fragmento faz menção a medidas de natureza coercitiva impostas pela Inglaterra às Treze Colônias após a Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

A) **CITE** e **EXPLIQUE** uma dessas medidas.

B) **IDENTIFIQUE** e **EXPLIQUE** um princípio, presente no texto, derivado da mentalidade democrática e liberal da época.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2007) *Em 4 de julho de 1776, as Treze Colônias, que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA), declaravam sua independência e justificavam a ruptura do pacto colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados. Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.*

COSTA, Emília Viotti da. Apresentação da coleção. In: POMAR, Wladimir. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003. Adaptado.

Considerando o texto anterior, acerca da Independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a alternativa correta.

A) A Independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.

B) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de Independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.

C) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.

D) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da Independência norte-americana.

E) Ao romper o pacto colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.

02. (Enem–2009) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é

A) submeter o indivíduo à proteção do governo.

B) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.

C) estimular a formação de propriedades comunais.

D) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.

E) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

GABARITO

Fixação

01. B
02. D
03. A
04. A
05. B

Propostos

01. A
02. B
03. B
04. B
05. C
06. D
07. A
08. As diferenças entre o norte e o sul dos Estados Unidos já podiam ser percebidas durante o processo de colonização das Treze Colônias. Enquanto no sul as *plantations* algodoeiras foram privilegiadas, as colônias do norte gozaram de uma negligência salutar. Dessa forma, após a Independência, o norte industrial e o sul agroexportador demonstraram divergências.
09. A) Pelo menos uma das seguintes variáveis devem ser mencionadas: estabelecimento do Estado a partir dos princípios do constitucionalismo, existência das declarações de direitos, ideias de liberdade e igualdade legal dos cidadãos, divisão de poderes.

    B) A ruína dos cofres públicos foi a principal consequência para a França em decorrência da sua participação na Guerra de Independência.
10. A) Visando sanear as finanças estatais, abaladas com a guerra contra a França, a Coroa britânica adotou diversas leis coercitivas para garantir o mercado colonial a produtos comercializados por seus negociantes e controlar a população local. As principais leis foram: Lei do Açúcar (1764), taxando o açúcar que não fosse comprado das Antilhas inglesas; Lei do Selo (1765), que obrigava a utilização de selo em documentos, jornais e contratos; Atos Townshend (1767), que taxavam a importação de diversos produtos de consumo; Lei do Chá (1773), que garantia o monopólio do comércio de chá para a Companhia das Índias Orientais; Leis Intoleráveis (1774), que interditavam o porto de Boston e impunham um novo governador para Massachussets; Ato de Quebec (1774), vedando aos colonos de Massachusetts, Virgínia, Connecticut e Pensilvânia a ocupação de terras a oeste.

    B) "Mas quando uma longa série de abusos e usurpações, perseguindo invariavelmente o mesmo objeto, indica o desígnio de reduzi-los ao despotismo absoluto, assistem-lhes o direito, bem como o dever, de abolir tais governos [...]"

    O princípio expresso no trecho diz respeito ao direito dos povos à insurreição, visando à mudança dos governantes, assim como defende o princípio das liberdades individuais.

Seção Enem

01. C
02. D

HISTÓRIA

MÓDULO 12

FRENTE A

Revolução Francesa

Apesar de alguns historiadores desconsiderarem o pioneirismo da Revolução Francesa enquanto o primeiro processo revolucionário a colocar em questão as estruturas do Antigo Regime, esse movimento é considerado um marco e serviu de inspiração para a maioria dos movimentos de contestação à ordem estabelecida até a Revolução Russa no século XX. De acordo com Eric Hobsbawm:

> Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas idéias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política européia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi grande parte da luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às idéias européias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa.
>
> HOBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos.* São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

Mesmo limitando as suas maiores conquistas aos interesses da classe burguesa, a Revolução Francesa promoveu uma grande reestruturação social, política e econômica na França, já que determinou o fim da sociedade baseada nas distinções de nascimento, o fim da monarquia absolutista e também do Antigo Regime naquele país. Além disso, a Revolução Francesa possibilitou a retirada dos entraves de origem feudal ao desenvolvimento do capitalismo francês.

O processo de consolidação da ordem liberal, no entanto, não ocorreu sem sobressaltos, pois, após a Revolução Francesa e a expansão de seus ideais e do Império Francês com Napoleão Bonaparte, o Congresso de Viena de 1815 representou uma tentativa de retorno às estruturas do Antigo Regime. Foi somente no século XIX que a Europa Ocidental assistiu à afirmação de uma sociedade baseada nos valores liberais.

ANTIGO REGIME FRANCÊS

Para compreender os eventos que se sucederam a partir do início da Revolução, em 1789, é fundamental caracterizar a sociedade francesa contra a qual os revolucionários se insurgiram.

A sociedade francesa era dividida em ordens, sendo, portanto, do tipo estamental. O clero e a nobreza, primeiro e segundo estados, respectivamente, usufruíam de privilégios juridicamente justificados. Esses grupos eram isentos do pagamento de impostos, possuíam exclusividade na ocupação de determinados cargos políticos e militares e ainda eram julgados por tribunais especiais.

Distante do luxo da aristocracia, o terceiro estado abrigava a maioria da população francesa. Era responsável pelo sustento do Estado, seja por meio do trabalho no campo e nas cidades ou mesmo através do pagamento de impostos para a Coroa, para os senhores e para a Igreja. O terceiro estado era constituído de diferentes grupos, podendo ser considerado heterogêneo. Faziam parte de sua composição:

- **Alta burguesia:** composta de banqueiros, grandes comerciantes e armadores que, eventualmente, poderiam integrar o segundo estado a partir da concessão de títulos de nobreza por parte da monarquia francesa. A alta burguesia tinha tendência moderada e conciliadora, inclusive com setores privilegiados.

- **Pequena burguesia:** era formada por comerciantes, pequenos proprietários e profissionais liberais. Apresentava uma postura mais radical que os grandes burgueses.

- **Trabalhadores urbanos:** artesãos, trabalhadores das manufaturas e pequenos comerciantes que ficaram conhecidos como *sans-culottes*. Esse grupo foi responsável por impulsionar o processo revolucionário em vários momentos.
- **Trabalhadores rurais:** chegavam a vinte milhões e representavam 80% da população. Eram pequenos proprietários, arrendatários, trabalhadores assalariados e camponeses submetidos a relações próximas à servidão. Em uma sociedade basicamente agrária, ainda persistiam tributos de origem feudal cobrados sobre o trabalho do camponês.

Artista desconhecido

Caricatura da época retrata a opressão sobre o terceiro estado.

Como se pode perceber, portanto, o terceiro estado era bastante heterogêneo, o que fez com que a Revolução tomasse rumos diversos durante a sua execução.

CRISE DO ESTADO FRANCÊS

Às vésperas da Revolução, o Estado francês vivia uma grave crise econômica e institucional. A crise financeira fora fomentada pelos gastos militares na Guerra dos Sete Anos, na Guerra de Independência das Treze Colônias e pelos recursos destinados à manutenção da Corte francesa. Os cofres do Estado francês estavam vazios e a monarquia buscava soluções para tal situação, afinal, a arrecadação de impostos – não totalmente centralizada – dificultava o reerguimento francês.

A crise financeira era agravada, ainda, pelo aumento da população (a França era o Estado mais populoso da Europa Ocidental) e pelo desequilíbrio climático que prejudicou a produção agrária nos anos de 1787-1788, provocando o aumento dos preços dos produtos agrícolas. Dessa forma, a população passava fome, os gastos com o pão chegavam a 90% das receitas das famílias.

Diante desse cenário desfavorável ao terceiro estado, a difusão dos princípios iluministas, principalmente entre a burguesia, ressaltava as contradições existentes na França e concedia a base teórica necessária para a Revolução. Vale lembrar que, para os iluministas, era o Estado absolutista e suas rígidas hierarquias sociais que impediam a garantia dos direitos naturais do homem. A liberdade e a igualdade não poderiam ser ameaçadas, o que resultou em críticas à monarquia e à Igreja.

As tensões na França eram ainda mais evidentes, pois, no plano estrutural, existia uma incompatibilidade entre o crescente desenvolvimento das forças produtivas – vinculadas ao fortalecimento das relações capitalistas – e a persistência de relações sociais e de produção feudais.

Apesar das tentativas de resolução das contendas, estas apenas agravaram a crise do Estado francês. Ministros como Necker, Calonne e Brienne apontavam para a necessidade da extensão dos impostos aos nobres e ao clero. Tais medidas, entretanto, foram rejeitadas pelo primeiro e pelo segundo estados, que não aceitavam a perda de seus privilégios. Por outro lado, o terceiro estado não estava disposto a aceitar o aumento das taxações que recaíam sobre si.

Diante dos impasses e da dificuldade em solucionar a crise, o rei Luís XVI convocou, em agosto de 1788, os Estados Gerais, uma espécie de assembleia deliberativa que tinha representantes dos três estados sociais, que viriam a se reunir efetivamente em 1789. Para os políticos ligados ao rei, a convocação teria a função de promover um acordo entre os diversos setores sociais. A aristocracia esperava, com a convocação dos Estados Gerais, a manutenção de seus privilégios. No entanto, a crise econômica e a crescente força burguesa impulsionaram o movimento revolucionário.

DOS ESTADOS GERAIS À MONARQUIA CONSTITUCIONAL

A convocação dos Estados Gerais permitiu aos representantes do terceiro estado externar as transformações políticas pelas quais lutavam. Após o início das reuniões em Versalhes, no dia 5 de maio de 1789, a primeira conquista desse grupo foi o aumento, concedido por Luís XVI, do número de seus representantes naquele centro de decisões.

A razão para a atitude do rei reside no fato de que as votações, de acordo com o tradicional regimento, eram feitas por estado e não por cabeça. Dessa forma, cada um dos estados possuía um voto e, como possuíam interesses convergentes, o primeiro e o segundo estados tendiam a vencer as votações por dois votos a um.

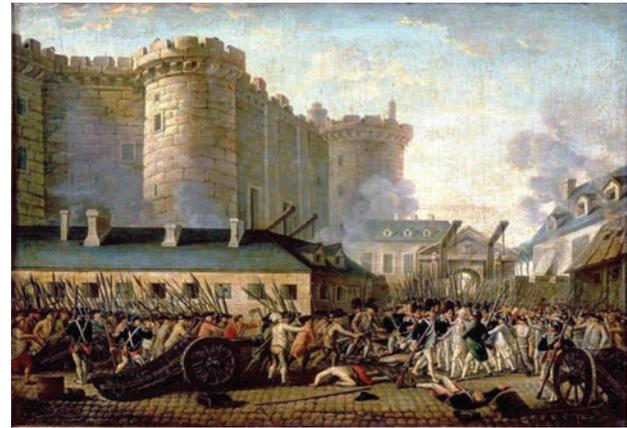
Após as suas primeiras conquistas, o terceiro estado esperava contar também com o apoio de alguns membros da nobreza liberal e do clero, o que de fato viria a ocorrer. A maior parte da aristocracia, no entanto, não admitia a perda de seus privilégios e era contrária àquela alteração. O impasse gerado paralisou as ações dos estados até junho de 1789. No dia 17 do mesmo mês, a solução foi dada pelo abade Sieyès, que sugeriu que o terceiro estado se proclamasse em Assembleia Nacional. Ao acatarem a sugestão de Sieyès, os delegados do terceiro estado se colocaram como representantes de toda a nação e se constituíram como um poder independente dos demais na França.

Ao perceber o avanço das ações da burguesia, a aristocracia se reaproximou do rei e o incentivou a fechar a sala de sessões na qual foi feita a exigência do terceiro estado. Seus representantes, reunidos em um salão de jogos em Versalhes, firmaram um compromisso de só se desmobilizarem após elaborarem uma Constituição para a França. Esse evento simbólico fez com que a Assembleia ganhasse fins constituintes e recebeu o nome de Juramento do Jogo da Péla.

Após o Juramento, as declarações de Luís XVI reafirmavam a sua posição intransigente em relação aos acontecimentos. Para o rei, de concepção absolutista, era inaceitável que um poder se contrapusesse ao seu e, principalmente, que uma Constituição viesse a limitar seus poderes.

Insatisfeitos com a postura do monarca, os membros do terceiro estado se manifestavam e faziam com que as tensões ultrapassassem as reuniões em Versalhes e tomassem as ruas de Paris e de outras regiões da França. Temendo rebeliões, o rei determinou que as tropas cercassem Versalhes e Paris, alegando a proteção da Assembleia. A repressão por parte do rei foi em vão, pois, no dia 9 de julho, a Assembleia Nacional se declarou oficialmente Assembleia Nacional Constituinte e se autodelegou poder e autoridade para decretar leis, tendo como primeira tarefa elaborar e adotar uma Constituição. Estava aberto o caminho para a transformação do sistema político em uma monarquia constitucional.

Tentando conter o movimento do terceiro estado, a nobreza reagiu e forçou o rei a substituir um grupo de ministros, entre eles Necker, por elementos de confiança da aristocracia. As notícias das medidas tomadas por Luís XVI, que chegaram à cidade de Paris, provocaram o desencadeamento de rebeliões a partir do dia 12 de julho de 1789. As tensões sociais chegaram ao seu ápice em 14 de julho, quando, fortalecidos pela recém-criada Milícia Burguesa (futura Guarda Nacional), os membros do terceiro estado tomaram a Bastilha, fortaleza símbolo do absolutismo francês. Tal episódio, que ficou consagrado como a Tomada da Bastilha, foi imortalizado pelos historiadores posteriormente como o marco inicial da Revolução Francesa.

Artista desconhecido

A Queda da Bastilha – 14 de julho de 1789

> Em tempos de revolução, nada é mais poderoso do que a queda de símbolos. A Queda da Bastilha, que fez do dia 14 de julho a festa nacional francesa, ratificou a queda do despotismo e foi saudada em todo o mundo como o princípio de libertação.
>
> HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Destacou-se, nesse contexto, a atuação dos *sans-culottes*, assim denominados por não usarem o mesmo tipo de vestimenta, uma calça, *cullote,* que os nobres. Esse grupo era formado por trabalhadores urbanos, artesãos, pequenos comerciantes e representava a força da revolução nas cidades.

Lóuis Léopold Boilly / Émile Wattier

Nas tradicionais representações dos sans-culottes, são comuns a bandeira tricolor, as calças longas, que os diferenciavam da nobreza, e o barrete frígio, uma espécie de touca ou carapuça utilizada pelos franceses que lutaram pela tomada e queda da Bastilha. Era comum também a representação dos sans-culottes armados.

As repercussões das jornadas populares se fizeram sentir por toda a França. Na zona rural, uma onda de boatos se espalhou, dando origem ao chamado Grande Medo. Ocorreu uma série de ataques, como o assalto às propriedades, a invasão de habitações, o saque de depósitos e a destruição de documentos que comprovavam dívidas dos camponeses para com os seus senhores. Muitos membros da nobreza provincial foram mortos, e os sobreviventes fugiram para outros países no intuito de organizarem uma contrarrevolução.

Buscando conter a violência instaurada no campo, a Assembleia Nacional aboliu os direitos e privilégios feudais em 4 de agosto de 1789. Essa era uma forma de a burguesia consolidar a sua posição de liderança no processo revolucionário.

Outras mudanças significativas promovidas nesse contexto foram o estabelecimento da liberdade religiosa, a liberdade de imprensa e, em 26 de agosto, a publicação e divulgação da **Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão**. Esse documento é um marco na história da Revolução e visava apresentar à sociedade francesa os ideais revolucionários, conscientizando seus compatriotas sobre a necessidade de se pôr um fim à sociedade do Antigo Regime. O conteúdo da Declaração, embora não fosse democrático, defendia algumas propostas lançadas pelos iluministas, como:

- a igualdade civil e jurídica;
- a garantia da propriedade privada;
- a defesa da participação dos cidadãos na elaboração das leis, afinal, a lei deveria ser a expressão da vontade geral;
- a possibilidade da destituição de governos considerados tirânicos;
- a soberania da nação;
- a igualdade de oportunidades na ocupação de cargos e empregos.

Ainda em 1789, no mês de novembro, a Assembleia determinou o confisco dos bens do clero, colocados à disposição da nação. Levadas a leilão, as propriedades clericais foram vendidas por meio da emissão dos *assignats,* que viriam a se tornar a moeda corrente da França. A renda obtida pelo Estado através dos leilões permitiu uma ligeira recuperação dos cofres públicos franceses.

Em junho de 1790, a Constituição Civil do Clero ratificou a submissão da Igreja ao Estado e transformou os membros do clero em funcionários eclesiásticos eleitos e pagos pelo Estado. Ocorreu a extinção da cobrança dos dízimos, e os clérigos descontentes passaram a constituir o clero refratário, importante articulador da contrarrevolução.

Como se pode perceber, as medidas tomadas entre 1789 e 1791 demonstram o caráter burguês da Revolução Francesa. Inspiradas nos ideais iluministas, as reformas tinham por objetivo a criação de um Estado liberal, laico e que não ameaçasse o direito à propriedade privada.

Na tentativa de organizar um movimento que contivesse a Revolução junto aos nobres emigrados e às demais nações absolutistas, o rei tentou fugir com a família real, mas foi preso na cidade de Varennes e levado de volta a Paris. O episódio, carregado de simbologia, indicava para os revolucionários que Luís XVI não era confiável, pois havia abandonado o povo em um momento de dificuldade.

Em setembro de 1791, a primeira Constituição francesa, de forte inspiração burguesa, enfim ficou pronta. Em seu texto, destacam-se dispositivos que garantiam:

- a admissão aos cargos e empregos sem outra distinção senão aquela decorrente das virtudes e das aptidões de qualquer cidadão.
- o julgamento sem distinção daqueles que estivessem envolvidos em delitos.
- a garantia dos direitos naturais e civis: liberdade para todo homem ir, permanecer e partir sem poder ser impedido ou detido.
- a liberdade para todo homem de falar, escrever, imprimir e publicar seus pensamentos, sem que os seus escritos possam ser submetidos à censura alguma ou inspeção.
- a liberdade de culto religioso.
- a garantia da inviolabilidade das propriedades.
- a inviolabilidade da lei; o rei reina por ela e não pode exigir a obediência senão em nome da lei.

Apesar do caráter liberal da Constituição, é válido ressaltar que esta refletia os interesses, principalmente, da alta burguesia, tanto que foi estabelecido que o voto para as eleições seria censitário. A renda foi o critério estabelecido, e apenas 30% da população, os chamados cidadãos ativos, possuíam esse direito. Vale destacar ainda a Lei LeChapelier, que, ao impedir a organização dos trabalhadores urbanos, também contemplava os anseios da alta burguesia.

Sem alternativa, em 14 de setembro de 1791, Luís XVI fez o juramento à Constituição e, naquele momento, foi estabelecida uma monarquia constitucional na França.

MONARQUIA CONSTITUCIONAL

O início da monarquia constitucional foi extremamente conturbado, pois, enquanto os deputados se dividiam na Assembleia Legislativa, a França vivia uma situação tensa. Internamente, a crise econômica se agravara, a moeda vinha se desvalorizando e perturbações tomavam conta do país.

Ao mesmo tempo, o rei e parte da nobreza emigrada tramavam com a Áustria e com a Prússia a reação contra os revolucionários, assim como parte das nações europeias, que assistiam com temor aos eventos ocorridos em território francês e desejavam conter o movimento antes que este se expandisse pelo restante do continente. Mesmo contra a sua vontade, Luís XVI, pressionado pela Assembleia, foi obrigado a declarar guerra aos estrangeiros inimigos da Revolução em abril de 1792.

Em virtude das suas diferentes orientações políticas e mesmo das realidades sociais, os rebeldes que compunham a Assembleia se dividiram em dois grupos:

- **Girondinos**: grupo de deputados liderado por representantes da região da Gironda e ligado à alta burguesia e à nobreza liberal. Os girondinos eram partidários da Revolução, mas com posições bem mais moderadas do que os jacobinos, especialmente quanto ao papel das massas populares no movimento revolucionário. Na Assembleia, posicionavam-se à direita.
- **Jacobinos** ou **Montanha**: clube político fundado em 1789, reunindo os "patriotas" da burguesia. Vinculados aos *sans-culottes,* desejavam a radicalização do movimento e a ampliação das conquistas sociais da Revolução. Na Assembleia, sentavam-se à esquerda.

A divisão da burguesia, as ameaças estrangeiras e as tentativas de conspiração por parte do rei provocaram o aumento das manifestações populares. Políticos, como o advogado Robespierre, divulgaram que o rei e a rainha, Maria Antonieta, estariam fornecendo informações às nações em guerra contra a França.

Após a Assembleia ter declarado a França como pátria em perigo, uma multidão, composta em sua maioria de *sans-culottes*, invadiu o palácio das Tulherias, em 10 de agosto de 1792. O rei, refugiado na Assembleia, foi suspenso das suas funções. A pressão popular acabou levando à proclamação da República, a Primeira República Francesa.

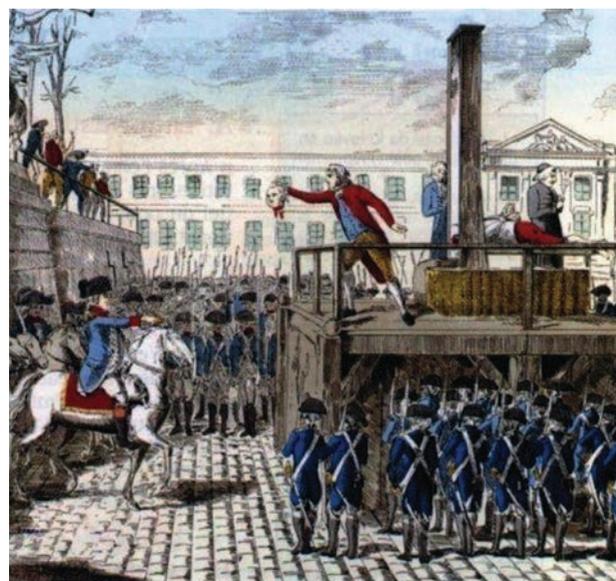
CONVENÇÃO

Entre 1792 e 1795, vigorou na França o regime republicano, que era diretamente dirigido por uma Convenção, ou seja, uma Assembleia de deputados eleita por sufrágio universal masculino.

A primeira ação tomada pelos dirigentes do novo regime foi a abolição da monarquia. Visando ainda, respectivamente, à garantia da ordem e à materialização do movimento por parte dos rebeldes, a Convenção criou o Comitê de Segurança Geral e de Vigilância e estabeleceu 1792 como o ano I da república francesa.

No plano externo, as vitórias do Exército francês, que, em 1793, já dominava o Império Austríaco, a Renânia e a Sardenha, colaboraram para o aumento dos simpatizantes da Revolução entre as classes populares francesas.

Esta aparente estabilização revolucionária não se refletia na população mais pobre da França, que, vivendo uma grande escassez de alimentos, voltou a reivindicar os seus direitos. A insatisfação foi sentida também entre a nobreza e o clero refratário, que, juntos, insuflaram as camadas populares em uma revolta na região francesa conhecida como Vendeia. Contribuiu ainda para as convulsões sociais a descoberta de documentos que comprovavam a traição de Luís XVI, que foi levado a julgamento pela Assembleia. Condenado por traição, Luís foi executado na guilhotina em 21 de janeiro de 1793. Sua esposa, Maria Antonieta, teve posteriormente o mesmo fim.

Artista desconhecido

Execução de Luís XVI – 21 de janeiro de 1793

O ato da execução de Luís XVI representava o fim de uma sociedade aristocrática e abria caminho para o período mais radical da Revolução, agora comandada pelos jacobinos. A guilhotina, criada para amenizar o sofrimento no momento da execução, seria considerada, durante o período, o instrumento da justiça popular.

República Jacobina

Contando com o apoio popular, principalmente dos *sans-culottes*, as medidas tomadas pelos jacobinos foram responsáveis pela radicalização dos princípios contidos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Entre as principais medidas tomadas pelos jacobinos, podem ser destacadas:

- declaração de guerra à Inglaterra, à Holanda e à Espanha, que ameaçavam a França;
- criação de uma tropa de 300 mil homens;
- criação do Tribunal Revolucionário de Paris, visando julgar e condenar os agentes da contrarrevolução;
- exclusão dos deputados girondinos da Assembleia;
- promulgação de uma Constituição em 1793, que estabeleceu o voto por sufrágio universal;
- decreto sobre o máximo geral dos preços;
- separação entre Estado e Igreja e adoção de um calendário republicano laico;
- organização do Comitê de Salvação Pública, que dirigia os negócios políticos e militares, e do Comitê de Segurança Nacional, que se ocupava da polícia política;
- realização de uma reforma agrária, com a distribuição das terras confiscadas da nobreza aos camponeses franceses;
- instituição do ensino primário obrigatório e gratuito;
- abolição da escravidão nas colônias francesas.

Insatisfeitos com as reformas jacobinas, os girondinos insuflaram movimentos de contestação por toda a França. Assim, visando à manutenção da Revolução e à centralização do poder nas suas mãos, os jacobinos instituíram o Terror. Robespierre, que havia sido eleito para o Comitê de Salvação Pública, passou a determinar a prisão e a condenação de qualquer pessoa considerada inimiga da Revolução, situação que suspendia as garantias individuais.

Entre 1792 e 1794, as mortes na guilhotina, determinadas pelo Tribunal Revolucionário, atingiram mais de 30 mil pessoas. Pela política do Terror, visava-se à satisfação do desejo de vingança dos grupos mais radicais, mantinha-se a estabilidade do processo revolucionário e demonstrava-se a força dos jacobinos. Ao longo da República Jacobina, o radicalismo de Robespierre, conhecido como o Incorruptível, atingiu até os próprios radicais, pois, tanto os considerados moderados ou indulgentes, como Danton, quanto os radicais ou *enrages* (enraivecidos) passaram a ser perseguidos.

Ao contrário do que era previsto, tal divisão fez com que os jacobinos perdessem força e, aproveitando-se disso, os 73 deputados girondinos, excluídos em 1793, retornaram à Convenção. Ainda naquele ano, foi decretada a prisão de Robespierre, que posteriormente foi executado.

Em julho (Termidor, de acordo com o novo calendário) de 1794, tinha início a Reação Termidoriana. As principais medidas tomadas nesse momento tinham como objetivo a eliminação dos excessos da fase jacobina. Dessa forma, diversas conquistas populares – tais como a Lei do Máximo e o Tribunal Revolucionário – foram anuladas, e os jacobinos passaram a ser perseguidos a partir daquele novo movimento, nomeado Terror Branco.

Por fim, vale ressaltar que os deputados girondinos consolidaram a sua volta ao poder através de uma nova Constituição, que, entre outros dispositivos, instaurava um Diretório – eleito de forma censitária – para governar a França.

DIRETÓRIO

De acordo com a nova forma de organização, a partir de 1795, o Poder Executivo ficava a cargo do Diretório, e o Legislativo estava divido em duas Câmaras, o Conselho dos Quinhentos e o dos Anciões. Os principais cargos do governo foram ocupados principalmente por membros ligados à alta burguesia, como banqueiros e grandes financistas.

O governo do Diretório caracterizou-se no plano externo pela tentativa de contenção da contrarrevolução, que contava com o apoio das potências conservadoras europeias. Nas guerras travadas pelos franceses, já se destacava a figura do general Napoleão Bonaparte.

Internamente, essa nova fase da Revolução enfrentou a ocorrência de alguns movimentos radicais fomentados pela baixa burguesia, como a Conspiração dos Iguais, iniciada em 1796. Comandados por Graco Babeuf, os iguais, que foram considerados os precursores do socialismo do século XIX, pretendiam:

- a volta da Constituição de 1793;
- a igualdade social;
- a divisão das terras entre os camponeses;
- a ascensão das classes populares ao poder político.

Assim como nas batalhas externas, as lideranças do Diretório conseguiram derrotar seus opositores. Dessa forma, os iguais foram reprimidos em 1797, e Graco Babeuf foi executado.

Apesar da contenção do movimento de Babeuf, as ameaças do radicalismo interno e as denúncias de corrupção contra membros do Diretório geraram uma crise interna no governo revolucionário francês e, além disso, a manutenção dos exércitos na guerra contra as nações europeias aumentava os gastos do Estado e fomentava a crise econômica e social. As primeiras derrotas do Exército, como a sofrida pelas tropas comandadas por Napoleão no Egito e também contra a Inglaterra, evidenciavam o enfraquecimento da Revolução e ameaçavam as conquistas burguesas.

A saída encontrada foi a articulação para que Napoleão Bonaparte pudesse assumir o controle do país. Assim, após diversas discussões, no dia 10 de novembro de 1799, 18 de Brumário pelo novo calendário revolucionário, o Diretório foi dissolvido. Para muitos, estava terminada a Revolução e iniciava-se o Período Napoleônico, com a instituição do Consulado.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFF-RJ) A Revolução Francesa foi obra coletiva com a participação de todos os setores da sociedade francesa, de nobres a camponeses, passando por burgueses e operários. Essa dimensão coletiva também esteve presente nas ideias que deram base à Revolução, como o Iluminismo, sistema de pensamento oriundo das reflexões dos intelectuais franceses. Esses dois aspectos estão presentes numa obra que junta todos os conhecimentos novos, práticos e teóricos.

Assinale a alternativa que indica a obra que denota o caráter renovador da Revolução Francesa.

A) A *Enciclopédia* dirigida por Voltaire e por Rousseau, que estabelecia as regras de organização da nova sociedade francesa, com destaque especial para o elogio aos modos de vida da nobreza, no que diz respeito à educação e aos costumes refinados.

B) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que anunciava a possibilidade de a Revolução resultar de um acordo entre os filósofos das luzes e o Antigo Regime, com o intuito de manter a ordem nos campos e nas cidades.

C) A Declaração Civil do Clero, que cortava radicalmente as ligações com o feudalismo e introduzia um novo estatuto para os trabalhadores rurais, garantindo-lhes a propriedade das terras da nobreza.

D) A *Enciclopédia* dirigida por Diderot e por D'Alembert, que condensava todas as novas visões sobre o mundo, o homem e a sociedade. Servia de guia para a oposição aos valores do Antigo Regime.

E) A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que preconizava a manutenção da autoridade da nobreza sobre todas as terras de França e dos burgueses sobre as cidades, dividindo o território em duas grandes partes para manter os ideais da Revolução.

02. (Unimontes-MG) Acerca da Revolução Francesa (1789-1799), é **CORRETO** afirmar que

A) a fase jacobina correspondeu ao período de maiores conquistas da alta burguesia, como o fim dos privilégios feudais e a Lei do Preço Máximo.

B) a fase do Terror, também conhecida por Grande Medo, se caracterizou pela liderança da alta burguesia e pela repressão aos radicais.

C) o Diretório, marcado pela hegemonia girondina, presenciou a "Conspiração dos Iguais" e terminou com o Golpe 18 Brumário.

D) a Convenção Termidoriana foi o período de maior avanço do projeto político da pequena burguesia parisiense, exemplificada na adoção do sufrágio universal.

03. (UFPI–2010 / Adaptado) *O frio glacial não parece afetar Luís, que desce do carro vestindo uma camisa, um casaco costurado em forma de colete e calças cinzas* [...] *O silêncio que acompanha o rei em sua descida do carro se assemelha a uma homenagem solene* [...] *este povo que há meses humilha publicamente o seu rei compreende que vai assistir a um momento crucial da História da França* [...] *Eu me lembro que os ajudantes se aproximam do rei com um objetivo de pegar suas roupas. Sem violência, mas com firmeza, Luís os empurra e tira, ele próprio, seu hábito, sem que o frio o faça minimamente tremer. Em seguida, abre a gola de sua camisa e deixa o pescoço livre* [...] *um dos ajudantes do carrasco pega as mãos do rei. Este as retira com um movimento violento: 'o senhor teria a intenção de me amarrar as mãos?', pergunta, com voz cheia de cólera. 'Nunca. Nunca consentirei. Faça o que lhe foi ordenado, mas não me prenderás as mãos'* [...] *depois disto outro ajudante corta-lhe rapidamente os cabelos. Em seguida, ele começa a subir a escada que o leva à guilhotina* [...] *São dez horas e vinte minutos no relógio da História* [...] *gritos se elevam, amaldiçoando aquele que acaba de morrer.*

DUFRESNE, Claude. Meu tataravô assistiu à morte de Luís XVI. *In: História Viva. Grandes temas da Revolução Francesa*. São Paulo: Duetto, 2007. p. 81-82.

O relato acerca do final do poder da aristocracia e o início do governo revolucionário francês nos permite afirmar que

I. a decapitação de Luís XVI foi um momento grandioso do ponto de vista político e, simbolicamente, significativo da queda do absolutismo francês.

II. mesmo humilhado, o rei francês tentava fazer valer seu poder e arrogância, características que marcaram o seu reinado e o levaram a morrer queimado em praça pública.

III. no momento da morte, o rei francês tinha a seu lado o povo, que assistiu pesaroso e em silêncio aos seus últimos momentos.

Entre os itens anteriores, está / estão **CORRETO(S)**

A) I, II e III.

B) II e III.

C) I e III.

D) apenas o I.

E) nenhum dos itens.

04. (Unimontes-MG–2010) Acerca da Revolução Francesa (1789-1799), é **INCORRETO** afirmar que

A) a Declaração dos Direitos Universais, embora significasse um avanço em relação à ordem feudal, não extrapolava os marcos da ordem capitalista, a exemplo da propriedade privada.

B) o processo revolucionário colocou em xeque certos valores tradicionais, como a união Estado e Igreja e o caráter sagrado do rei, aspecto bem exemplificado na substituição da monarquia pela república e na execução do rei Luís XVI.

C) o Período do Terror foi uma fase de domínio político dos girondinos, representantes da alta burguesia, que implantou a mais violenta repressão sobre os trabalhadores franceses.

D) a revolução se inscreve em um contexto maior de difusão do pensamento iluminista, de transformações econômicas e políticas, exemplificadas, respectivamente, pela chamadas revoluções Industrial e Americana.

05. (UEMG–2008) Leia, a seguir, o trecho de uma crítica de Jean-Jacques Rousseau, contrapondo-se à concepção de estado de natureza, na perspectiva de Thomas Hobbes:

Sobretudo, não vamos concluir, como Hobbes, que o homem, por não ter nenhuma idéia de bondade, seja naturalmente mau [...] *Refletindo sobre os princípios que estabelece, esse autor deveria dizer que o estado de natureza, sendo aquele em que o cuidado de preservação é o menos prejudicial à de outrem, consequentemente era o mais favorável à paz e o mais conveniente ao gênero humano.*

ROUSSEAU, J.J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.* Coleção Os Clássicos da Política. Editora UNB. São Paulo: Ática, 1989. p. 73.

Comparando as Revoluções Inglesas do século XVII e a Revolução Francesa, no século XVIII, indique a alternativa que apresenta a explicação **CORRETA** para as diferentes percepções sobre as respectivas revoluções.

A) Os conflitos desenvolvidos na Inglaterra foram desencadeados por forças populares desesperadas e famintas, que formaram exércitos organizados no interior, enquanto que a questão, na França, se consolidou por um conflito entre grupos da nobreza.

B) Na Inglaterra, os movimentos puritanos defenderam uma restauração da paz e do estado de ordem, baseados no resgate religioso e moral do país, enquanto, na França, o estado de natureza foi desencadeado a partir dos abusos cometidos pelos vícios da sociedade de Corte.

C) A expansão das propriedades de terra concentradas na nobreza inglesa permitiram que grupos de operários se concentrassem nas periferias, proporcionando conflitos urbanos sangrentos, enquanto, na França, o campesinato desenvolveu táticas de guerrilha aguardando as tropas do rei, oriundas de Paris.

D) O Estado, na Inglaterra, garantiu a ordem através do Parlamento, que se associou ao rei, dando ao país um estado civil constituído, enquanto que, na França, o rei cooptou a nobreza de espada, oferecendo-lhe terras que pertenciam ao campesinato

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFRRJ) *Nós, habitantes da paróquia de Longey-en-Dunois abaixo-assinados, tendo-nos reunido em virtude das ordens do rei, na sexta-feira, dia 6 do presente mês de maio de 1789, resolvemos o que se segue: Pedimos que todos os privilégios sejam abolidos. Declaramos que, se alguém merece ter privilégios e gozar de isenções, são estes, sem contradição, os habitantes do campo, pois são os mais úteis ao Estado, porque o seu trabalho o fazem viver* [...] *Desejamos que os que forem deputados aos Estados Gerais sejam recrutados na classe do terceiro estado, e não nas classes do clero e da nobreza* [...]

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea – 1789–1963.* São Paulo: Edusp; Hucitec, 1977.

O texto anterior reflete a insatisfação de setores da sociedade francesa com

A) o voto censitário, que excluía politicamente as camadas populares.

B) a concentração do poder político nas mãos da burguesia.

C) os privilégios da aristocracia.

D) o Terror jacobino.

E) as medidas napoleônicas que prejudicavam os camponeses.

02. (UERJ) Ocorrida no final do século XVIII, a Revolução Francesa alastrou-se pela Europa absolutista. Na França, a superação do absolutismo monárquico ficou evidenciada a partir do momento em que

A) o sufrágio universal e as escolas públicas foram instituídos como algumas reformas radicais da Convenção revolucionária.

B) os representantes do terceiro estado exigiram que seu número dobrasse e que a votação fosse por deputado.

C) os Estados Gerais se reuniram em maio no Palácio de Versalhes por convocação do monarca Luís XVI.

D) o terceiro estado separou-se dos outros dois, formando, logo depois, a Assembleia Nacional Constituinte.

E) as camadas populares urbanas começaram a atacar lojas de armas em apoio a Napoleão.

03. (UFU-MG) Sobre a Revolução Francesa de 1789, é **CORRETO** afirmar que

A) os princípios da liberdade, da igualdade, da fraternidade e do direito à propriedade tornaram-se a espinha dorsal do movimento revolucionário, porque os diferentes segmentos sociais que fizeram a Revolução atribuíram a esses princípios os mesmos valores e graus de importância.

B) no período de maior radicalização do movimento revolucionário, os jacobinos promulgaram a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, estabelecendo a igualdade de todos perante à lei, o direito à propriedade privada e o direito de resistência à opressão, o que deu à Revolução um caráter popular e democrático.

C) considerada como a primeira revolução burguesa da história, esta consolidou o princípio político da liberdade, entendido como direito inalienável de homens e mulheres de escolherem seus representantes para o poder, por meio do voto universal, em eleições quadrienais.

D) três anos após a Queda da Bastilha, o movimento revolucionário radicalizou-se sob a liderança dos jacobinos, que assumiram o poder com o apoio dos *sans-culottes.* O caráter popular e democrático desse período da Revolução expressou-se no direito de voto a todos os homens maiores de 21 anos, na liberdade de culto, na reforma agrária e no acesso da população pobre à educação.

04. (UFG) As mudanças provocadas pela Revolução Francesa (1789-1815), que alteraram a ordem política na configuração do Estado, foram a

A) convocação dos Estados Gerais e a reivindicação por igualdade jurídica.

B) aprovação de uma Constituição e a instauração do regime republicano.

C) extinção da cobrança de tributos e de privilégios feudais e a criação da Guarda Nacional.

D) elaboração de leis antigreves e a proibição da associação de trabalhadores pelo Estado burguês.

E) consolidação da Convenção Nacional e a promoção de acordos para salvar a vida do rei.

05. (PUC Rio) *A sociedade dos Amigos dos Direitos do Homem e do Cidadão não teria pedido tão depressa a supressão da realeza se o rei, fiel a seus juramentos, os tivesse como um dever seu. Agora, conjuramo-los a declarar aqui mesmo que a França não é mais uma monarquia, mas agora é uma república.*

MENSAGEM dos Cordellers à Constituinte

O fim da monarquia foi um dos momentos mais importantes da Revolução Francesa. Sobre ele, é **CORRETO** afirmar que

A) a república marca o início de um período de mobilização popular liderado pelos girondinos; esse é o momento em que se constituem os comitês revolucionários e em que se destaca a figura de Robespierre.

B) com a república foram abolidos os direitos feudais e assinada a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, pondo um fim nos privilégios da aristocracia.

C) o novo regime caracterizou-se pela adoção de uma constituição conservadora em que o voto era censitário, e o Poder Executivo era entregue a cinco diretores.

D) a Tomada da Bastilha marca o início do Período Republicano, em que se consolidam as conquistas burguesas obtidas durante a monarquia constitucional, como o direito à propriedade, à liberdade e à igualdade perante a lei.

E) ameaçado pela contrarrevolução externa e pressionado pelas massas populares, o governo girondino perde o poder para o grupo jacobino, que dá início ao período conhecido como Terror.

06. (UFMT–2009) *A Revolução Francesa pode não ter sido um fenômeno isolado, mas foi muito mais fundamental do que os outros fenômenos contemporâneos e suas conseqüências foram portanto mais profundas.*

HOBSBAWM, E. J. *A Era das Revoluções*: 1789-1848. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Uma das consequências mais profundas, segundo Hobsbawm, foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Sobre ela, analise as afirmativas:

I. Representou as exigências da maioria dos liberais burgueses contra os privilégios da nobreza e do clero, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária.

II. Significou uma tentativa da monarquia absoluta de permanecer no poder, fazendo concessões à nobreza descontente e aos burgueses jacobinos que lutavam pela igualdade.

III. Foi um manifesto revolucionário a favor de uma sociedade efetivamente democrática e igualitária, do fim da monarquia e da nobreza, do desligamento da Igreja do Estado e da ascensão do povo ao centro da república democrática.

IV. Expressou a vontade de parte da burguesia de governar a partir de uma monarquia regulada por uma Constituição e apoiada numa oligarquia possuidora de terras.

Estão **CORRETAS** as afirmativas

A) III e IV, apenas.

B) II, III e IV, apenas.

C) I e IV, apenas.

D) I, II e III, apenas

E) I, II, III e IV.

07. (FGV-SP) A caricatura a seguir mostra a situação das camadas sociais na sociedade francesa de antes da Revolução de 1789.

Histoire: une terre, des hommes. França: Magnard.

A) Que grupos e que relações sociais estão representados na caricatura?

B) Antes do movimento revolucionário, quais eram as principais críticas do povo em relação às camadas dominantes?

C) Que classe social liderou a Revolução e que transformações ocorreram no período mais radical do processo revolucionário?

08. (UFBA–2010)

Texto I

Trecho da Declaração de Independência dos Estados Unidos

São verdades incontestáveis para nós: que todos os homens nascem iguais; que lhes conferiu o Criador certos direitos inalienáveis, entre os quais o de vida, o de liberdade e o de buscar a felicidade; que, para assegurar esses direitos, se constituíram entre os homens governos, cujos poderes justos emanam do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo tenda a destruir esses fins, assiste ao povo o direito de mudá-la ou aboli-la, instituindo um novo governo, cujos princípios básicos e organização de poderes obedecem às normas que lhes pareçam mais próprias para promover a segurança e a felicidade gerais.

AQUINO, 2005. p. 203.

Texto II

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

No dia 26 de agosto de 1789, a Assembleia Nacional Constituinte proclamou a célebre Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, tendo como base o ideário burguês do Iluminismo. Entre os principais pontos defendidos por esse documento, destacam-se:

- *O respeito, pelo Estado, à dignidade da pessoa humana;*
- *A liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei;*
- *O direito à propriedade individual;*
- *O direito de resistência à opressão política;*
- *A liberdade de pensamento e de opinião.*

De maneira solene, a Declaração tornava explícitos os pressupostos filosóficos sobre os quais deveria ser construída a nova sociedade liberal burguesa.

COTRIM, 1994. p. 290.

Com base nas declarações que compõem os textos I e II, **CITE** duas características comuns que marcaram o momento histórico no qual foram produzidas essas duas declarações.

09. (UFRJ–2009) Entre os séculos XVII e XIX, a Europa foi sacudida por uma série de revoluções sociais que resultaram na constituição do sistema político liberal e democrático. Entre elas, destacaram-se as revoluções Inglesa de 1688 e Francesa de 1789.

INDIQUE um princípio de natureza econômica e outro de natureza política presentes nessas duas revoluções.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2004) Algumas transformações que antecederam a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra "restaurante". Desde o final da Idade Média, a palavra *"restaurant"* designava caldos ricos, com carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765, surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs,* que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o dicionário da Academia Francesa oficializou a utilização da palavra restaurante com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra restaurante ilustra

A) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
B) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
C) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
D) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
E) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

02. (Enem–2010) *Em nosso país queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinharia dos grandes pela grandeza do homem.*

HUNT, L. Revolução Francesa e Vida Privada. In: PERROT, M. (Org.) História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (Adaptação).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

A) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
B) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
C) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
D) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato, com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
E) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

GABARITO

Fixação

01. D 02. C 03. D 04. C 05. B

Propostos

01. C
02. D
03. D
04. B
05. E
06. C
07. A) Clero, nobreza e terceiro estado.
 B) Privilégios da nobreza e do clero (sobretudo a isenção de impostos), contraste entre o luxo da aristocracia e do alto clero em comparação com a miséria do povo e com as desigualdade das camadas sociais perante à lei (desigualdade civil).
 C) Classe social: burguesia. Transformações ocorridas no período mais radical (Terror): sufrágio universal masculino, abolição dos direitos feudais remanescentes, distribuição de terras aos camponeses, abolição da escravidão nas colônias, ensino primário obrigatório e sistema métrico decimal.
08. Das características comuns entre a Revolução Francesa e a Revolução Americana, pode-se citar:
 - a influência das ideias iluministas e da expansão do liberalismo;
 - a ascensão da burguesia industrial (papel político e ideológico);
 - a crise do Antigo Regime e a contestação revolucionária aos seus princípios: absolutismo, dominação colonial.
09. Em âmbito econômico, ambas as revoluções pretendiam alcançar a liberdade, ou seja, fazer com que as relações comerciais se desvinculassem da esfera estatal. Além do liberalismo, os revolucionários também defendiam a inviolabilidade da propriedade privada.

 Já no que se refere à política, ambas as revoluções ambicionavam o fim do absolutismo monárquico. A defesa da liberdade de expressão também pode ser incluida entre as propostas revolucionárias.

Seção Enem

01. B
02. E

HISTÓRIA

Período Napoleônico e Congresso de Viena

MÓDULO 13 FRENTE A

PERÍODO NAPOLEÔNICO

O período compreendido entre 1799 e 1815 foi marcado pela expansão francesa pela Europa. As conquistas comandadas por Napoleão Bonaparte representaram não apenas o domínio da França sobre parte da Europa, mas significaram também a expansão da Revolução Francesa e de seus ideais, afinal, mesmo após as derrotas francesas, as transformações provocadas pelos ideais liberais seriam sentidas em grande parte do mundo ocidental.

> Os soldados franceses que guerrearam da Andaluzia a Moscou, do Báltico à Síria [...] estenderam a universalidade de sua Revolução mais eficazmente do que qualquer outra coisa. E as doutrinas e instituições que levaram consigo, mesmo sob o comando de Napoleão, eram doutrinas universais, como os governos sabiam e como também os próprios povos logo viriam a saber.
>
> HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Gradativamente, as medidas revolucionárias foram sendo estendidas aos territórios ocupados pelas tropas francesas. A força desse processo variava de região para região, mas é possível afirmar que os administradores de Napoleão foram responsáveis por instituir o Código Civil, abolir a servidão e o pagamento de impostos senhoriais, igualar a cobrança de impostos e promover a educação pública gratuita nos locais dominados pelos franceses.

Para muitos, como os burgueses mais progressistas, Napoleão era considerado um libertador, para outros, no entanto, o que sobressaía era seu caráter tirânico, já que empregava seus parentes em substituição aos governantes locais e explorava as regiões dominadas em benefício da França.

Consulado

Pela Constituição de 1799, ficava estabelecida uma forma de governo baseada na força do Poder Executivo. Para Napoleão e para os burgueses mais conservadores, a única maneira de estabilizar politicamente a França seria por meio da força de uma liderança incontestável e de sua autoridade. Apesar da existência de três cônsules, ficava clara a força de Bonaparte, como atesta a própria Carta Constitucional.

Em 1802, dando sequência à centralização política, Napoleão foi nomeado cônsul vitalício por meio de um plebiscito realizado entre os franceses, que ainda permitia ao cônsul o direito de indicar um sucessor para o seu cargo.

Externamente, a guerra continuava e a Segunda Coligação dos países europeus foi formada contra a França. A primeira já havia sido contida durante a fase da Convenção.

Dotado, portanto, de poder, Napoleão adotou reformas visando ao benefício do setor social que viabilizou a sua escalada do poder: a alta burguesia. Dessa forma, o cônsul centralizou a cobrança dos impostos, que posteriormente foram aplicados na criação do Banco da França e de uma nova moeda, o franco. As indústrias também foram beneficiadas, haja visto que Napoleão criou a Sociedade de Fomento à Indústria.

Durante seu governo, Napoleão buscou, ainda, se retratar com a baixa burguesia e com o clero. Para tal, foram criados os Liceus (unidades de ensino gratuitas), com o intuito de doutrinar os jovens, futuros funcionários públicos. Vale ressaltar, ainda, que Napoleão promoveu a concordata com a Igreja Católica, reconhecida como a oficial da França.

O fato mais importante ocorrido durante o Consulado, no entanto, talvez tenha sido o estabelecimento do Código Civil. Também conhecido como Código Napoleônico, esse conjunto de leis reunia os princípios liberais e as principais conquistas burguesas ocorridas durante o período revolucionário. Entre seus principais pontos, destacam-se:

- a garantia da liberdade individual e da igualdade jurídica;
- a existência de um Estado secular;
- a garantia da propriedade privada;
- a instituição do casamento civil;
- a proibição de greves e sindicatos;
- a tutela do marido sobre a mulher e filhos.

Apesar de as reformas napoleônicas terem concedido uma certa estabilidade política à França, as pressões estrangeiras e a ameaça provocada pelos nobres emigrados persistiam. Diante desse cenário, o cônsul vitalício tornou-se imperador através de um novo plebiscito realizado em 1804. Naquela ocasião, até o papa Pio VII foi a Paris para a coroação de Napoleão.

Obra de Jacques-Louis David retratando a Coroação de Napoleão Bonaparte como Imperador francês.

Império

A formação do Império deu sequência ao processo de centralização observado desde a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder. Internamente, assistiu-se à formação de uma aristocracia ligada ao imperador e ao aumento da repressão e da censura. Ocorreram prisões e julgamentos arbitrários, limitação à liberdade de imprensa e atuação de agentes secretos visando impedir as críticas ao governo. Por outro lado, a centralização imperial permitiu à França conquistar importantes vitórias sobre as coligações estrangeiras que se formavam. As vitórias em terra permitiram o avanço do Império Francês e a reformulação do mapa europeu.

Nos mares, entretanto, as conquistas não se repetiam. As derrotas para a Inglaterra, como a ocorrida na Batalha de Trafalgar, levaram Napoleão a decretar o Bloqueio Continental em 1806-1807. O objetivo do Bloqueio era enfraquecer a Inglaterra, principal rival da França e grande potência econômica no período. Através de dois decretos, o de Berlim e o de Milão, ficava determinada a proibição do comércio entre as nações europeias e a Inglaterra. Os decretos declaravam ainda que os povos que comercializassem com os ingleses seriam considerados inimigos. Com tais medidas, Napoleão visava diminuir a presença dos produtos industrializados ingleses na Europa e, assim, estimular a produção industrial francesa, que deveria ser capaz de suprir a ausência dos produtos ingleses.

A solução encontrada pelos ingleses para a manutenção de seus lucros foi redirecionar o comércio para as colônias espanholas na América. A Inglaterra, no entanto, ainda conseguia contrabandear produtos para as nações europeias que necessitavam de suas mercadorias.

É valido ressaltar que as indústrias francesas não estavam estruturadas para produzir todo o volume necessário aos mercados consumidores. Dessa forma, vários países desrespeitaram o Bloqueio e sofreram, com isso, consequências. No caso de Portugal, a Corte portuguesa, ameaçada pela iminente invasão das tropas francesas e pelas pressões de sua tradicional aliada, a Inglaterra, optou por dirigir-se à sua principal colônia, o Brasil, em 1808, mudando a sede da monarquia e redefinindo as relações de poder no interior do Império Luso-Brasileiro.

Na Espanha, o domínio conquistado em 1808 com a deposição do rei Fernando VII levou ao trono o irmão de Napoleão, José Bonaparte. As dificuldades enfrentadas pelos espanhóis abriram espaço para os movimentos que levariam à Independência da América entre os anos de 1810 e 1830.

Já a Rússia necessitava de um grande mercado consumidor, como o inglês, para a sua produção de trigo e acabou por romper o Bloqueio. Em represália, Napoleão e cerca de 600 mil soldados invadiram o país, chegando próximo a Moscou. A tática de "terra arrasada" adotada pelos russos foi fundamental para a derrota francesa. A estratégia consistia na destruição de qualquer instalação, suprimentos ou fontes de recursos que pudessem ser proveitosas ao inimigo enquanto este avançava em direção a uma determinada área. Assim, em 1812, o Exército napoleônico foi dizimado pelo frio e por epidemias de tifo e, por isso, os sobreviventes deixaram a Rússia. Segundo alguns autores, apenas 10% do contingente enviado ao território russo retornou para a França.

Com o Exército reduzido, Napoleão teve de recorrer a soldados veteranos, sem idade para servir o Exército, fator fundamental para que as tropas francesas fossem derrotadas em 1813 na Batalha de Leipzig, também conhecida como Batalha das Nações, pela coligação formada pelos exércitos da Rússia, Prússia, Áustria e Suécia. No início de 1814, os inimigos de Napoleão chegaram a Paris e recolocaram no poder a dinastia dos Bourbon, representada por Luís XVIII.

Mesmo exilado na ilha de Elba, na costa italiana, Napoleão conseguiu reunir esforços e soldados no intuito de retornar ao poder. Ao desembarcar na França, as tropas destinadas pelo novo rei francês a enfrentar Napoleão se aliaram ao antigo líder, que retornou a Paris como herói em 20 de março de 1815. O Governo dos Cem Dias teve o seu fim após as derrotas para os ingleses e prussianos na Batalha de Waterloo, na Bélgica. Bonaparte seguiu para o exílio em Santa Helena, no Atlântico Sul, onde veio a falecer seis anos mais tarde.

Francois-Joseph Sandmann

Napoleão em seu exílio, na ilha de Santa Helena.

CONGRESSO DE VIENA

Entre 1814 e 1815, a Inglaterra, a Rússia, a Áustria, a Prússia e a própria França se reuniram em Viena, capital austríaca, para decretar o fim da Era Napoleônica e discutir o futuro das nações europeias. A intenção era minimizar as marcas deixadas pela Revolução Francesa e pela expansão de Napoleão, restaurando princípios do Antigo Regime e afastando novas ameaças revolucionárias. O mapa europeu, modificado pela expansão napoleônica, também deveria ser refeito.

O Congresso visava também ao estabelecimento de uma paz duradoura e à contenção dos movimentos nacionalistas que vinham se intensificando desde a expansão francesa pela Europa. Apesar da tendência conservadora, simbolizada pelo representante austríaco, o príncipe Metternich, admitia-se a necessidade do estabelecimento de governos constitucionais, a fim de amenizar as crises internas.

Os princípios que nortearam o Congresso foram os da restauração, da legitimidade e do equilíbrio europeu. O primeiro tinha como objetivo restaurar a monarquia absoluta, reconduzir a aristocracia ao poder e conter o avanço do liberalismo. O princípio da legitimidade visava recolocar no poder as dinastias consideradas legítimas, isto é, as que reinavam antes da Revolução. Já o princípio do equilíbrio europeu fundamentava-se no restabelecimento das relações de força entre as potências europeias por meio da divisão territorial do continente e também das possessões coloniais.

Seguindo tais princípios, foram tomadas as seguintes medidas:

- a volta dos Bourbon ao trono francês, sendo que Luís XVIII, irmão de Luís XVI, assumiu o trono e governou sob uma Constituição outorgada e que estabelecia o voto censitário.
- a concessão da soberania às monarquias destituídas por Napoleão na Espanha e em alguns Estados germânicos.
- a perda dos territórios conquistados pela França durante a expansão.
- a obtenção, pelos ingleses da Ilha de Malta, da região do Cabo, no sul da África, do Ceilão, ex-colônia holandesa, da Guiana, na América do Sul, e de outras ilhas na América Central.
- a divisão da Península Itálica, restando como Estados autônomos apenas o reino de Piemonte-Sardenha, os Estados Pontifícios e o reino das Duas Sicílias.
- a incorporação da Bélgica ao Reino Unido dos Países Baixos, liderado pela Holanda.
- a concessão da maior parte da Polônia à Russia.
- a neutralização do Estado da Suíça.
- a concessão de parte da Polônia e da região do Rio Reno à Prússia.
- a obtenção de outra parte da Polônia e do norte da Itália pela Áustria.

HISTÓRIA

Ao final do Congresso, a impressão que se tinha era de que nenhum país saíra com força suficiente para conquistar todo o continente, ao mesmo tempo que nenhuma das nações teria motivos para se sentir prejudicada a ponto de iniciar um novo conflito. Visando à manutenção desse equilíbrio, foi criada uma aliança militar entre Áustria, Prússia, Rússia e Inglaterra, a Santa Aliança, também chamada de Quádrupla Aliança e proposta pelo czar russo Alexandre I.

A organização estabelecia o direito à intervenção nas regiões onde os princípios conservadores estabelecidos pelo Congresso estivessem sendo violados. A justificativa era proteger a paz, a justiça e a religião da ameaça representada pelas ideias difundidas pela Revolução Francesa. A atuação da Santa Aliança se deu em especial na luta contra a emancipação da América Espanhola e na contenção dos movimentos liberais de 1820.

Desde a sua formação, no entanto, a Aliança apresentava divergências entre os seus membros, principalmente relacionadas aos interesses ingleses em relação às colônias americanas. Para a Santa Aliança, a autoridade da Espanha deveria ser restabelecida sobre as colônias na América, ao passo que a Inglaterra visava à abertura de tais mercados para a sua crescente produção industrial.

LEITURA COMPLEMENTAR

O Decreto de Berlim

Campo Imperial de Berlim, 21 de novembro de 1806, Napoleão, imperador dos franceses, rei da Itália, etc. [...] Considerando,

1º. Que a Inglaterra não admite o direito da gente universalmente observado por todos os povos civilizados;

2º. Que esta considera inimigo todo indivíduo que pertence a um Estado inimigo e, por conseguinte, faz prisioneiros de guerra não somente as equipagens dos navios armados para a guerra mas ainda as equipagens das naves de comércio e até mesmo os negociantes que viajam para os seus negócios;

3º. Que ela estende às embarcações e mercadorias do comércio e às propriedades dos particulares o direito de conquista que só se pode aplicar àquilo que pertence ao Estado inimigo;

4º. Que ela estende às cidades e portos de comércio não fortificados nas embocaduras dos rios o direito de bloqueio que, segundo a razão e o costume de todos os povos civilizados, só se aplica às praças fortes; que ela declara bloqueadas as praças diante das quais não há sequer uma única embarcação de guerra; que ela até mesmo declara em estado de bloqueio lugares em que todas as suas forças reunidas seriam incapazes de bloquear, costas internas e todo um império;

5º. Que este monstruoso abuso do direito de bloqueio tem por objetivo impedir as comunicações entre os povos, e erguer o comércio e a indústria da Inglaterra sobre as ruínas da indústria e do comércio do continente;

6º. Que, sendo este o objetivo evidente da Inglaterra, qualquer indivíduo, que faça sobre o continente o comércio de mercadorias inglesas, por este meio favorece os seus desígnios e dela se torna cúmplice;

[...]

8º. Que é de direito natural opor ao inimigo as armas de que faz uso, e de combatê-lo do mesmo modo que este combate, quando desconhece todas as idéias de justiça e todos os sentimentos liberais, resultado de civilização humana;

Por conseguinte, temos decretado e decretamos o que segue:

Artigo 1º. As Ilhas Britânicas são declaradas em estado de bloqueio.

Artigo 2º. Qualquer comércio e qualquer correspondência com as Ilhas Britânicas ficam interditados.

[...]

Artigo 3º. Qualquer indivíduo, súdito da Inglaterra, qualquer que seja sua condição, que for encontrado nos países ocupados por nossas tropas ou pelas tropas de nossos aliados, será constituído prisioneiro de guerra.

Artigo 4º. Qualquer loja, qualquer mercadoria, qualquer propriedade pertencente a um súdito da Inglaterra será declarada boa presa.

Artigo 5º. O comércio de mercadorias inglesas é proibido, e qualquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.

[...]

Artigo 7º. Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8º. Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

[...]

Artigo 10º. Comunicação do presente decreto será dada por nosso ministro das relações exteriores aos reis de Espanha, de Nápoles, da Holanda e de Etrúria e aos nossos aliados, cujos de súditos são vítimas, como os nossos, da injustiça e da barbárie legislação marítima inglesa.

Napoleão

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (PUC Minas) O mapa a seguir mostra a Europa Ocidental nos anos iniciais do século XIX. A situação assinalada resultou na vinda da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808.

Portanto, o mapa retrata

A) o Tratado de Comércio e Navegação, assinado entre D. João e Lord Strangford, que garantia liberdade comercial para ingleses e portugueses.

B) o Tratado de Fontainebleau, assinado por França e Espanha, que supunha a invasão de portugal e divisão de suas colônias.

C) a Convenção Secreta, acordo entre Inglaterra e Portugal, que determinava a defesa marítima dos lusitanos pelos ingleses.

D) o Bloqueio Continental determinado por Napoleão Bonaparte, que proibia os países europeus de comercializarem com os ingleses.

02. (PUC Minas) Em perfeita sintonia com o espírito restaurador do Congresso de Viena, a criação da Santa Aliança tinha por objetivo

A) reprimir os movimentos revolucionários e liberais que eclodissem em qualquer parte do continente europeu.

B) difundir os princípios democráticos e parlamentaristas, promovendo a modernização das monarquias europeias.

C) garantir a liberdade comercial, tida como elemento indispensável à industrialização e à acumulação de capitais.

D) combater os focos da resistência aristocrática, geradores de tensão social e alimentadores da oposição burguesa.

E) inibir a formação de alianças entre as principais potências, o que ameaçava o equilíbrio de forças na Europa.

03. (Mackenzie-SP) *Os soberanos do Antigo Regime venceram Napoleão, que eles viam como o herdeiro da Revolução. A escolha de Viena para a realização do Congresso, para a sede de todos os Estados europeus, foi simbólica, pois Viena era uma das únicas cidades que não havia sido sacudida pela Revolução e a dinastia dos Habsburgo era símbolo da ordem tradicional, da Contrarreforma e do Antigo Regime.*

René Rémond

Entre as decisões acordadas no Congresso de Viena em 1814-1815, podemos assinalar a

A) criação de um organismo multinacional, denominado Santa Aliança.

B) convocação da reunião dos Estados Gerais.

C) criação do Comitê de Segurança Geral.

D) formação da II Coligação antifrancesa.

E) restauração dos princípios revolucionários.

04. (UFMG) Leia este texto:

Antes, Napoleão havia levado o Grande Exército à conquista da Europa. Se nada sobrou do império continental que ele sonhou fundar, todavia ele aniquilou o Antigo Regime, por toda parte onde encontrou tempo para fazê-lo; por isso também, seu reinado prolongou a Revolução, e ele foi o soldado desta, como seus inimigos jamais cessaram de proclamar.

LEFEBVRE, Georges. *A Revolução Francesa*. São Paulo: IBRASA, 1966. p. 573.

Tendo-se em vista a expansão dos ideais revolucionários proporcionada pelas guerras conduzidas por Bonaparte, é **CORRETO** afirmar que

A) os governos sob influência de Napoleão investiram no fortalecimento das corporações de ofício e dos monopólios.

B) as transformações provocadas pelas conquistas napoleônicas implicaram o fortalecimento das formas de trabalho compulsório.

C) Napoleão, em todas as regiões conquistadas, derrubou o sistema monárquico e implantou repúblicas.

D) o domínio napoleônico levou a uma redefinição do mapa europeu, pois fundiu pequenos territórios, antes autônomos, e criou, assim, Estados maiores.

05. (UFRGS) Considere as afirmações a seguir, referentes ao Período Napoleônico.

I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.

II. As Guerras Napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.

III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.

IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.

V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa.

Quais estão **CORRETAS**?

A) Apenas I e II
B) Apenas I e III
C) Apenas I, II e III
D) Apenas III, IV e V
E) I, II, III, IV e V

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (FGV-SP) A reconstrução da Europa, após as guerras napoleônicas, foi direcionada pelo Congresso de Viena. É **INCORRETO** afirmar que ele estabeleceu a

A) criação de um pacto militar internacional (Santa Aliança) para intervir onde houvesse manifestações revolucionárias.

B) devolução dos territórios conquistados pela França, desde a Revolução.

C) desobrigação de pagamento de indenização pelos franceses por terem ocupado territórios de outros países.

D) restauração da monarquia dos Bourbon na França.

E) autonomia da Itália e da Alemanha, divididas e submetidas à hegemonia húngara.

02. (UFMG) Em 1793, Schiller, um crítico da Revolução Francesa, vislumbrou os possíveis resultados contrarrevolucionários gerados pelo movimento de 1789 na seguinte passagem.
"A tentativa do povo francês de instaurar os sagrados Direitos do Homem e de conquistar a liberdade política não fez mais que trazer à luz sua impotência e falta de valor a este respeito; o resultado foi que não apenas esse povo infeliz mas junto com ele boa parte da Europa e todo um século foram atirados de volta à barbárie e à servidão". O processo contrarrevolucionário que veio confirmar o receio do autor foi

A) a eclosão da Guerra dos Cem Anos.

B) a formação da Santa Aliança.

C) a proclamação da Comuna de Paris.

D) as jornadas de 1830 e 1848.

E) o estabelecimento do Comitê da Salvação.

03. (Mackenzie-SP) Sobre o Período Napoleônico, é **CORRETO** afirmar que

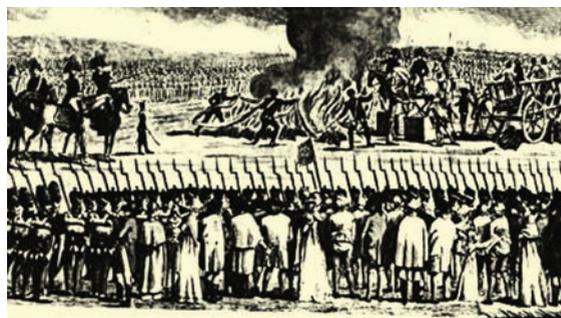
A) as campanhas napoleônicas apoiaram o movimento denominado Conjura dos Iguais e disseminaram os ideais do proletariado revolucionário francês.

B) de uma maneira geral, pode ser apontado como o momento em que se consolidaram as instituições burguesas na França.

C) Portugal, tradicional aliado da França, foi um dos primeiros países a aderir ao Bloqueio Continental em troca da ajuda na transferência da família real para a colônia Brasil.

D) o império foi marcado pelos acordos de paz com a Inglaterra, que via na França uma aliada na propaganda da mentalidade capitalista burguesa.

E) a ascensão do império de Bonaparte foi concretizada a partir dos acordos políticos da Península Ibérica, evitando as lutas nacionalistas e oposicionistas.

04. (UFRRJ)

As ordens de Napoleão: soldados franceses queimando importações britânicas em 1810.

HENDERSON, W. O. *A Revolução Industrial*. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1979. p. 27.

A explicação para o quadro anterior está

A) na repulsa da população francesa aos produtos ingleses vendidos na Europa Continental, em geral muito caros e de péssima qualidade.

B) no protesto de operários franceses contra o desemprego causado na Inglaterra pela introdução de máquinas no processo produtivo (início da chamada "Revolução Industrial").

C) na disputa, até militar, entre uma Inglaterra já em acelerado estado de industrialização e uma França que busca o mesmo intento, abrindo concorrência ao produto inglês.

D) na tentativa francesa de evitar que matérias-primas, mais baratas, oriundas da Inglaterra, arruinassem os produtos franceses.

E) na revolta dos franceses contra o apoio dado pela monarquia inglesa à família real portuguesa quando esta decidiu retornar à Europa, após sua estadia no Brasil.

05. (UNESP–2011) *Artigo 5.º – O comércio de mercadorias inglesas é proibido, equalquer mercadoria pertencente à Inglaterra, ou proveniente de suas fábricas e de suas colônias é declarada boa presa.*[...]

Artigo 7.º – Nenhuma embarcação vinda diretamente da Inglaterra ou das colônias inglesas, ou lá tendo estado, desde a publicação do presente decreto, será recebida em porto algum.

Artigo 8.º – Qualquer embarcação que, por meio de uma declaração, transgredir a disposição acima, será apresada e o navio e sua carga serão confiscados como se fossem propriedade inglesa.

EXCERTO do Bloqueio Continental, Napoleão Bonaparte. Citado por Kátia M. de Queirós Mattoso. *Textos e documentos para o estudo da História Contemporânea* (1789-1963), 1977.

Esses artigos do Bloqueio Continental, decretado pelo imperador da França em 1806, permitem notar a disposição francesa de

A) estimular a autonomia das colônias inglesas na América, que passariam a depender mais de seu comércio interno.

B) impedir a Inglaterra de negociar com a França uma nova legislação para o comércio na Europa e nas áreas coloniais.

C) provocar a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, por meio da ocupação militar da Península Ibérica.

D) ampliar a ação de corsários ingleses no norte do Oceano Atlântico e ampliar a hegemonia francesa nos mares europeus.

E) debilitar economicamente a Inglaterra, então em processo de industrialização, limitando seu comércio com o restante da Europa.

06. (UFC–2006) Assinale a alternativa que apresenta, **CORRETAMENTE**, uma realização de Napoleão Bonaparte, que representou uma consolidação das ideias da Revolução Francesa.

A) O impedimento do retorno do uso de títulos de nobreza, reivindicado pelos seus generais e pela burguesia francesa que desejava tornar-se a nova elite do país.

B) A criação do Código Civil, inspirado no direito romano e nas leis do período revolucionário, que, na sua essência, vigora até hoje na França.

C) A abolição da escravidão nas colônias francesas, reafirmando o princípio da liberdade presente na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.

D) A realização de uma reforma agrária, prometida, mas não efetivada, pelos jacobinos, o que garantiu a popularidade de Napoleão entre os camponeses.

E) A criação da Constituição Civil do Clero, que proibiu toda forma de culto religioso no território francês.

07. (UNESP) No império de Napoleão Bonaparte (1804-1814), foi instituído um Catecismo, que orientava a relação dos indivíduos com o Estado.

O cristão deve aos príncipes que o governam, e nós devemos particularmente a Napoleão 1º, nosso imperador, amor, respeito, obediência, fidelidade, serviço militar, os impostos exigidos para a conservação e defesa do império e de seu trono; nós lhe devemos ainda orações fervorosas pela sua salvação, e pela prosperidade espiritual e material do Estado.

CATECISMO IMPERIAL de 1806.

O conteúdo do Catecismo contradiz o princípio político da cidadania estabelecido pela Revolução de 1789, porque

A) o cidadão participa diretamente das decisões, sem representantes políticos e comandantes militares.

B) a cobrança de impostos pelo Estado impede que o cidadão tenha consciência de seus direitos.

C) a cidadania e a democracia são incompatíveis com as formas políticas da monarquia e do império.

D) o cidadão foi forçado, sob o bonapartismo, a romper com o cristianismo e com o papado.

E) o cidadão reconhece os poderes estabelecidos por ele e obedientes a leis.

08. (FGV-SP) Entre 1814-1815, representantes das nações europeias reuniram-se no chamado Congresso de Viena. As principais discussões desses encontros giraram em torno

A) da adoção do Código Napoleônico por todos os Estados europeus, como forma de modernizar as instituições sociais e adequá-las ao desenvolvimento capitalista do período.

B) da reorganização da Europa após as guerras napoleônicas, procurando garantir à burguesia os avanços conquistados após anos de revoluções.

C) da definição de fronteiras e governantes europeus a partir da ideia de legitimidade, isto é, a restauração do poder e das divisões territoriais anteriores à Revolução Francesa.

D) da necessidade de banir definitivamente os princípios fundamentais do Antigo Regime, tais como a desigualdade jurídica, a dominação aristocrática e o absolutismo.

E) da implementação do parlamentarismo como a única forma de garantir a dominação aristocrática e a restauração das dinastias destronadas pelas revoluções.

09. (UFES–2009) A atuação de Napoleão Bonaparte na Europa teve desdobramentos diretos sobre o Brasil. Portugal posicionou-se contrariamente aos interesses franceses, ao desobedecer ao Bloqueio Continental. A resposta francesa à atuação política de Portugal foi a assinatura do Tratado de Fontainebleau com a Espanha.

A respeito dos desdobramentos advindos das negociações entre França e Espanha, é **CORRETO** afirmar que D. João, rei de Portugal,

A) organizou forte resistência, assumindo a posição de ministro da Guerra para liderar, em Portugal, o combate aos exércitos da França e da Espanha.

B) assumiu uma posição vacilante que resultou no seu absoluto isolamento político na Europa, não lhe restando outra saída senão fugir, sem o apoio da Inglaterra, com sua Corte para o Brasil.

C) dispensou o apoio da Inglaterra por ocasião da transferência da Corte, ao fechar os portos lusitanos aos navios mercantes e de guerra britânicos.

D) firmou com a França um acordo de paz por meio do qual concordava em deixar Portugal para transferir sua Corte para o Brasil.

E) previu o enfrentamento com Napoleão, razão pela qual assinou com a Inglaterra um acordo secreto para preservar sua Corte e conservar suas colônias.

10. (UEG–2007) Em 1815, representantes das principais potências europeias reuniram-se no Congresso de Viena, com o objetivo de redefinir as relações internacionais, após as Guerras Napoleônicas. Umas das consequências desse encontro foi a formação da Santa Aliança. **ANALISE** o papel dessa organização.

SEÇÃO ENEM

01. Ao longo da história do Velho Mundo, o continente europeu foi marcado por guerras e conflitos de ordem política e cultural. Vários conquistadores se colocaram como líderes capazes de garantir, através de um único governo, a paz e estabilidade europeia. Napoleão foi um desses líderes que, com um discurso nacionalista e expansionista, decretou

A) o Bloqueio Continental.

B) a Guerra Franco-prussiana.

C) a Comuna de Paris.

D) a Conferência de Berlim.

E) a Revolução Francesa.

02. Napoleão Bonaparte governou a França entre 1799 e 1814, tendo assumido o poder no regime colegiado do Consulado. Tornou-se, em um primeiro momento, o primeiro Cônsul, se apoderando do Executivo, em seguida, ascendeu à condição de cônsul vitalício e, posteriormente, em 1804, se coroou imperador da França. Assim, progressivamente, Napoleão foi concentrando todos os poderes, usando as constituições para legalizar esse processo e os plebiscitos para legitimá-lo.

Tal prática napoleônica, devido ao seu caráter inovador, foi objeto de análise de juristas contemporâneos, como José Afonso da Silva, professor da USP, que adotou o termo Cesarista ou bonapartista para *conceituar constituições que não são propriamente outorgadas, mas tampouco democráticas, ainda que criadas com participação popular* [...] *porque* [foram] *formadas por plebiscito popular sobre um projeto elaborado por um imperador (plebiscitos napoleônicos) ou de um ditador (plebiscito de Pinochet, no Chile)*. Ainda de acordo com o jurista, *a participação popular, nesses casos, não é democrática, pois visa apenas ratificar a vontade do detentor do poder.*

A conduta napoleônica descrita proporcionou um grande êxito econômico para a França, por mais que tenha sido obtido às custas da supressão das liberdades individuais da sociedade francesa. Esta forma de governo, que inspirou diversos governantes ao longo da História – como Napoleão III e Getúlio Vargas –, foi denominada por cientistas políticos de bonapartismo.

O "bonapartismo", como definido pelo texto, deve ser

A) considerado o regime político, por excelência, capaz de garantir o desenvolvimento econômico, a propriedade privada e o pleno emprego para um Estado.

B) visto como a forma ideal para a gestão de um Estado, já que expressa a vontade popular, legitimada pelo respaldo plebiscitário e legalizada pelas constituições.

C) vinculado à fusão entre instrumentos democráticos e de manipulação popular, mediada pela ação de um líder capaz de instaurar o autoritarismo.

D) compreendido como fenômeno político francês do início do século XIX, já que este sistema político não se aplica à realidade ocidental contemporânea.

E) tolerado como um "mal necessário" para conter as desigualdades sociais registradas com frequência em momentos históricos distintos.

GABARITO

Fixação

01. D 02. A 03. A 04. D 05. C

Propostos

01. E 04. C 07. E
02. B 05. E 08. C
03. B 06. B 09. E
10. A Santa Aliança constituía um pacto militar e diplomático, cujo intuito era assegurar os interesses políticos e territoriais dos países conservadores europeus.

Seção Enem

01. A 02. C

HISTÓRIA

Revoluções liberais

MÓDULO 14 FRENTE A

Apesar dos esforços restauradores do Congresso de Viena, os movimentos liberais e nacionalistas não foram completamente sufocados. O século XIX seria, desse modo, marcado pelas tentativas de consolidação do modelo liberal e pela luta contra os vestígios absolutistas em várias nações europeias. Não se pode restringir apenas ao liberalismo o conteúdo desses movimentos, já que o crescente nacionalismo levaria ao surgimento de novos Estados. Além disso, os impactos da Revolução Industrial já podiam ser sentidos através da presença do operariado e de ideias socialistas de forma marcante, em especial a partir de 1848.

MOVIMENTOS DE 1820

Espanha

Ao retornar ao trono após a derrota de Napoleão, o rei espanhol, Fernando VII, jurou a Constituição, elaborada ainda durante o domínio francês sobre a Espanha. Não levaria muito tempo, no entanto, para o monarca suspendê-la. Seguiram-se outras medidas de caráter conservador, como a deportação de membros liberais do Parlamento espanhol, o retorno de privilégios do clero e da nobreza, a volta da atuação da Inquisição e o fechamento de órgãos de imprensa e universidades.

Salvador Viniegra

Promulgação da constituição espanhola, em 1812.

Diante dessa situação, em 1820, iniciou-se em Cádiz um movimento contra a volta do absolutismo e a favor da constitucionalização. A revolta contou com a participação de militares que estavam embarcando para reprimir os movimentos de emancipação da América e chegou a Madri. Pressionado pelos acontecimentos, o rei jurou novamente a Constituição até que tropas da Santa Aliança fossem acionadas e reprimissem a insurreição.

Portugal

O Estado lusitano vivia uma situação peculiar, pois, mesmo após a derrota dos franceses bonapartistas, o país vinha sendo dominado por oficiais ingleses enquanto a família real se mantinha na nova sede do Império, o Brasil. A crise econômica era grave e, em 1820, eclodiu a Revolução do Porto. Como meio de solucionar a crise, os revolucionários desejavam o retorno do Brasil à condição de colônia e o fim do domínio inglês. Do ponto de vista político, no entanto, os revoltosos eram liberais e desejavam o retorno do rei e sua submissão a uma Constituição.

Em 1821, D. João VI retornou a Portugal e jurou a Constituição de inspiração espanhola. Contrariando o desejo da Revolução, no entanto, o príncipe D. Pedro permaneceu no Brasil, que acabou não retornando à condição de colônia e se tornou independente um ano mais tarde.

Península Itálica

A Península Itálica, ainda marcada pela fragmentação, assistiu a movimentos de caráter nacionalista. No reino de Nápoles, governado por Fernando IV, militares associados ao grupo nacionalista dos carbonários obrigaram o rei a se submeter a uma Constituição. Agitações liberais também foram sentidas nas regiões da Lombardia e de Veneza, que estavam sob o domínio austríaco. Mais uma vez as tropas da Santa Aliança atuaram, reprimindo os movimentos.

Grécia

A região da Grécia fazia parte do Império Turco-Otomano e, em 1821, um movimento nacionalista e liberal iniciou a luta pela Independência grega. Internamente, a luta contava com o apoio de grande parte da população e, externamente, com o auxílio da Inglaterra, França e Rússia, que possuíam interesses econômicos e estratégicos na região.

Pelo Tratado de Adrianópolis, em 1829, a paz foi selada e a Independência da Grécia reconhecida pelos seus aliados. Interessante notar que parte das nações que compunham a Santa Aliança lutou, nesse caso, a favor de um movimento de tendência liberal e nacionalista. Tal atitude acabou gerando um desentendimento entre os membros da Santa Aliança, que, a partir de então, se enfraqueceu.

REVOLUÇÕES DE 1830

França

Luís XVIII governou a França, como previa a Constituição de 1814. A Carta, outorgada, concedia amplos poderes ao rei, que, no entanto, devia conviver com um Parlamento dividido em duas Câmaras – a dos Pares e a dos Deputados – e eleito pelo voto censitário. Com a participação política restrita, formaram-se nas Câmaras grupos vinculados a diferentes tendências.

Os ultrarrealistas defendiam a restauração aos moldes absolutistas e o retorno de seus privilégios. Os constitucionalistas, representantes da alta burguesia, entendiam serem necessários o poder real, somado ao respeito à Constituição, e os limites impostos pelo Legislativo ao poder do rei. Já os independentes ou liberais eram burgueses e bonapartistas que desejavam maior participação política. Em meio a esse conturbado contexto, Luís XVIII comandou um governo moderado, sem que houvesse grandes conflitos com o Parlamento.

Após a morte de Luís XVIII, seu irmão Carlos, ultrarrealista, assumiu o poder. Além de defender o retorno do absolutismo em seu reinado, Carlos X apoiou a Igreja, concedendo-lhe o controle sobre o ensino, censurou a imprensa e iniciou o processo de indenização da nobreza pela perda de seus bens durante o período revolucionário francês.

O descontentamento da população com a tendência absolutista, com a crise econômica que assolava a França e com o aumento de impostos era tanto que, já nas eleições parlamentares de 1830, os partidários do rei foram derrotados. Em resposta ao crescimento da oposição, o rei tomou medidas que ficaram conhecidas como as Ordenações de Julho. Entre as medidas repressoras adotadas por Carlos X, destacam-se:

- a dissolução da Câmara dos Deputados;
- a elevação do censo eleitoral;
- a limitação à liberdade de imprensa.

Os dias que se seguiram às Ordenações ficaram conhecidos como Três Dias Gloriosos, pois o povo de Paris saiu às ruas e ergueu barricadas, opondo-se às medidas do rei. O resultado foi a deposição de Carlos X, mas, temendo uma nova radicalização, setores da alta burguesia optaram por manter a monarquia, que seria comandada por Luís Felipe de Orléans.

Eugène Delacroix

A Liberdade Guiando o Povo. *O clássico quadro representa os eventos que levaram à queda de Carlos X. Nele, a liberdade, representada pela figura feminina com o barrete frígio, conduz burgueses e trabalhadores, representados à esquerda.*

Bélgica

Inspirados pelos eventos revolucionários de julho na França, um grupo de católicos nacionalistas deu início à luta pela Independência da Bélgica em relação à Holanda. A rebelião começou em Bruxelas após a apresentação de uma ópera em homenagem ao rei holandês. Após a bem-sucedida ruptura, foi instituída uma monarquia parlamentar, baseada em uma Constituição liberal e que garantia os direitos individuais.

Península Itálica

No norte da Península Itálica, nas regiões de Parma, Módena e Romagna, novos movimentos ocorreram e foram sufocados por tropas austríacas. Vários líderes foram exilados e, entre eles, encontrava-se Giuseppe Mazzini, que, no exterior, fundou a associação da Jovem Itália, uma sociedade secreta cujo objetivo era reforçar os ideais nacionalistas e de unificação da região italiana.

Confederação Germânica

Na região que corresponde à atual Alemanha, composta de uma série de reinos e que sofria forte influência austríaca e prussiana, as repercussões dos movimentos de julho na França também puderam ser sentidas. Por pressão dos movimentos liberais, príncipes da região de Hanover e da Saxônia foram obrigados a se submeter à Constituição, mesmo que outorgadas. Com auxílio de tropas austríacas, no entanto, os movimentos foram contidos e as constituições suspensas.

Polônia

Na região da Polônia, controlada majoritariamente pela Rússia, foi formado um governo nacionalista com sede em Varsóvia. As divergências internas, no entanto, levaram à repressão do movimento pelas tropas russas do czar Nicolau I.

AS REVOLUÇÕES DE 1848 – A PRIMAVERA DOS POVOS

França

A Monarquia de Julho, nome pelo qual ficou conhecido o reinado de Luís Felipe, foi responsável pela consolidação da ordem burguesa. Entre as ações liberais adotadas durante o seu governo, podem ser destacadas:

- o fortalecimento do Poder Legislativo;
- a redução do censo eleitoral;
- a retomada da bandeira tricolor;
- a adoção do liberalismo econômico;
- o fomento ao desenvolvimento industrial;
- o controle pela alta burguesia dos setores de ferrovias, bancos e minas de carvão e ferro.

Ao mesmo tempo que tomava medidas que privilegiavam a burguesia, o chamado rei burguês ou rei dos banqueiros reprimia manifestações de oposição ao seu governo realizadas pelos trabalhadores, como as ocorridas em Paris (1831) e em Lyon (1834), além de censurar a imprensa republicana.

Apesar das tentativas de Luís Felipe em conter seus opositores, nos anos de 1846 e 1847, uma grave crise econômica tomou conta da França. A queda na produção de alimentos levou à fome no campo e ao aumento do preço dos alimentos. Nas cidades, a queda do consumo de produtos industrializados gerou desemprego e diminuição dos salários.

Aproveitando a situação, a oposição, liderada pelos republicanos, passou a incentivar as manifestações de trabalhadores e da pequena burguesia. As reuniões, que se realizavam através de banquetes, tinham como alvos o rei e seu ministro Guizot. Além de clamarem contra a miséria, os revoltosos desejavam a ampliação das liberdades democráticas. Durante a chamada Campanha dos Banquetes, tornavam-se também cada vez mais visíveis as influências dos trabalhadores e dos ideais socialistas.

Após a proibição da realização de um desses banquetes, o proletariado de Paris se rebelou, erguendo barricadas, e, acompanhado pela pequena burguesia e pela Guarda Nacional, que se recusou a reprimir os rebeldes, derrubou a Monarquia de Julho. Em 1848, portanto, foi proclamada a Segunda República Francesa.

Félix Philippoteaux

Levantes populares ocorridos em Paris, 1848.

É importante ressaltar que os acontecimentos na França tiveram grande repercussão no restante da Europa. Assim, outros movimentos de caráter nacionalista eclodiram por todo o continente, em uma onda de rebeliões que ficou conhecida como a Primavera dos Povos. Nas manifestações, foi marcante a presença dos operários. A ameaça aos princípios burgueses, representada pela luta do proletariado, entretanto, fez com que a burguesia evitasse a radicalização na maioria das regiões.

Império Austríaco

Ainda em 1848, um movimento liberal em Viena, contando com a participação da burguesia e dos trabalhadores, saiu às ruas exigindo a ampliação do direito ao voto e a destituição de Metternich, ministro austríaco, símbolo do conservadorismo do Congresso de Viena.

A fuga de Metternich, que temia a represália popular, levou à outorga de uma Constituição e à convocação de eleições para a Assembleia Constituinte por meio do sufrágio universal. Vale ressaltar que, apesar de ter participado dos protestos que depuseram o ministro austríaco, a alta burguesia retirou seu apoio às transformações e lutou pela volta de um poder central fortalecido. Isso se justifica pelo temor deste setor abastado em relação à radicalização do movimento.

Assim, pressionado, o rei Fernando I foi obrigado a abdicar, e a Assembleia foi dissolvida. Francisco José assumiu o trono, restaurando o absolutismo. Na Hungria e na Boêmia, regiões submetidas à Áustria, também ocorreram movimentos liberais constitucionalistas, que foram sufocados pelas tropas do Império Austríaco.

Confederação Germânica

Pouco após os eventos de Viena, barricadas foram erguidas em Berlim por trabalhadores e burgueses, fazendo com que o rei da Prússia, Frederico Guilherme IV, convocasse uma Assembleia Constituinte. Rapidamente, o movimento se expandiu para o restante da Confederação Germânica, e os liberais de vários Estados se reuniram em Frankfurt com o objetivo de eleger uma Assembleia Nacional Constituinte pelo voto universal. A nova Constituição estabelecia um regime parlamentar, sendo o rei da Prússia imperador da Confederação.

Diante das pressões da Áustria, que não desejava a hegemonia prussiana na região, Frederico Guilherme rejeitou tal proposta. Prontamente, os demais príncipes germânicos também recuaram diante da possibilidade da radicalização popular. No final de 1848, a Assembleia foi dissolvida e o movimento liberal contido.

Península Itálica

Na Península Itálica, envolvida também pela Primavera dos Povos, o rei das Duas Sicílias, Fernando II, foi forçado a se submeter a uma Constituição, que, após a repressão comandada pelo rei, foi anulada. Mais ao norte, Milão e Veneza revoltaram-se contra o domínio austríaco, mas foram reprimidos pelas forças da Áustria. Na região da Toscana e em Roma, foram proclamadas repúblicas sob o comando de Giuseppe Mazzini. Naquele contexto, até o papa Pio IX foi forçado a deixar os Estados Pontifícios, mas tropas francesas restabeleceram a soberania da Igreja na região.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Mackenzie-SP) Entre o Congresso de Viena de 1815 e 1848, ocorreram, na Europa, movimentos liberais e nacionais. Considere as seguintes afirmações:

I. As decisões do Congresso de Viena geraram formas de reação da burguesia contra os limites impostos ao desenvolvimento do capitalismo industrial.

II. A Revolução Liberal de 1830, também chamada de Jornada de Julho, estancou o avanço reacionário iniciado com o Congresso de Viena de 1815.

III. A Revolução de 1848 exaltou o ânimo das massas e irradiou-se pelo continente numa sucessão de eventos que passou à história como Primavera dos Povos.

IV. Do Congresso de Viena surgiu a Santa Aliança, que objetivava a proteção à paz, à justiça e à religião e assegurava as lutas nacionalistas e liberais decorrentes das ideias implantadas pela Revolução Francesa.

Estão **CORRETAS**

A) apenas I, II e III.
B) apenas I, II e IV.
C) apenas I, III e IV.
D) apenas I e IV.
E) I, II, III e IV.

02. (UEL-PR) A respeito da Revolução de 1848 na Europa, é **CORRETO** afirmar:

A) Restringiu-se a Paris e às pequenas cidades periféricas.
B) Contou com uma reduzida participação do proletariado.
C) Caracterizou-se pela disputa entre liberais, nacionalistas e socialistas.
D) Foi marcada pelo radicalismo dos camponeses republicanos.
E) Nela, os revolucionários defendiam a continuidade da monarquia e de Luís Filipe à frente do governo.

03. (UFRRJ) Leia o texto a seguir.

As revoluções de 1848 [...] *tiveram muito em comum, não apenas pelo fato de terem ocorrido quase simultaneamente, mas também porque seus destinos estavam cruzados, todas possuíam um estilo e sentimento comuns, uma atmosfera curiosamente romântico-utópica e uma retórica similar,* [...] *Era a 'Primavera dos Povos' - e, como primavera, não durou.*

HOBSBAWM, Eric J. *A Era do capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 33.

A chamada "Primavera dos Povos", por sua amplitude e radicalidade, apresentou-se como uma enorme esperança de mudanças políticas e sociais no continente europeu e até fora dele (influência na Revolução Praieira em Pernambuco).

A alternativa que caracteriza **CORRETAMENTE** um dos movimentos revolucionários daquele período é:

A) Em 1848, a rebelião popular em Viena não conseguiu depor o ministro Metternich, dado o apoio do Império Russo ao governo conservador.
B) Na França, a partir da Revolução de Fevereiro, formou-se um governo com a participação de socialistas, responsável pela criação das Oficinas Nacionais.
C) Influenciada pela rebelião ocorrida em Viena, a Lombardia-Veneza rebelou-se contra os austríacos, com sucesso, tornando-se o centro do processo de unificação italiana.
D) Como resistência à invasão prussiana, operários franceses tomaram as ruas e ocuparam as prefeituras das cidades, gerando o movimento da Comuna de Paris, primeiro governo socialista vitorioso da história da humanidade.
E) Na França, a classe média, com o apoio dos camponeses pequenos-proprietários, se rebelou contra Luís Bonaparte, que, apoiado pela burguesia, deu golpe de Estado e implantou uma ditadura.

04. (UFRGS) O ciclo das revoluções europeias de 1848 deu origem a vários acontecimentos.

Analise os itens a seguir:

I. Fim do reinado de Luís Filipe na França e início da II República.

II. Destruição do sistema conservador da restauração imposto sob a liderança de Metternich no Congresso de Viena.

III. Revoltas nas províncias brasileiras durante a época da Regência.

Quais deles contêm acontecimentos históricos que tiveram origem no citado ciclo?

A) Apenas III

B) Apenas I e II

C) Apenas I e III

D) Apenas II e III

E) I, II e III

05. (UFMG–2009) O ano de 1848 ficou célebre em razão da onda de revoluções que varreu, então, a Europa – evento denominado Primavera dos Povos. O objetivo maior dos revolucionários de toda parte era alcançar a liberdade e combater a opressão; em algumas regiões, porém, as palavras de ordem reivindicavam, também, o fim do jugo estrangeiro, ou seja, demandavam autonomia para as nações.

Considerando-se os eventos ocorridos em 1848 e suas consequências, é **CORRETO** afirmar que,

A) na Alemanha, se instalou, com sucesso, uma República parlamentar, que aboliu as instituições imperiais e consolidou a unidade do país.

B) na França, se proclamou, outra vez, a República, mas Luís Napoleão Bonaparte, o presidente eleito, instituiu, por meio de um golpe, o II Império.

C) na Inglaterra, uma série de greves gerais colocou em xeque a monarquia, que precisou recorrer à Lei Marcial para recobrar a ordem.

D) na Rússia, os revolucionários ocuparam o poder durante alguns meses, o que provocou reação sangrenta e guerra civil.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFRGS) Em 1830, o rei Carlos X, líder dos ultrarrealistas da França, desfechou um golpe com a intenção de restaurar o absolutismo, o que resultou nas Jornadas Gloriosas de Julho, em Paris, que tiveram como consequência a

A) Proclamação da República, em que se destacou Luís Bonaparte, que organizou o Partido da Ordem.

B) liquidação do absolutismo dos Bourbon e a instalação de uma monarquia liberal sob o governo de Luís Filipe de Orléans.

C) instauração do governo do comitê de salvação pública e a declaração de guerra à Santa Aliança.

D) conquista do México para desviar a tensão política interna e restaurar o prestígio dos Bourbons.

E) enunciação da Doutrina Monroe, prevendo a conquista do oeste dos Estados Unidos pela província francesa do Quebec.

02. (UNIFESP–2007) *Signos infalíveis anunciam que, dentro de poucos anos, as questões das nacionalidades, combinadas com as questões sociais, dominarão sobre todas as demais no continente europeu.*

Henri Martin, 1847.

Tendo em vista o que ocorreu século e meio depois dessa declaração, pode-se afirmar que o autor

A) estava desinformado, pois, naquele momento, tais questões já apareciam como parcialmente resolvidas em grande parte da Europa.

B) soube identificar, nas linhas de força da história europeia, a articulação entre intelectuais e nacionalismo.

C) foi incapaz de perceber que as forças do Antigo Regime eram suficientemente flexíveis para incorporar e anular tais questões.

D) demonstrou sensibilidade ao perceber que aquelas duas questões estavam na ordem do dia e como tal iriam por muito tempo ficar.

E) exemplificou a impossibilidade de se preverem as tendências da história, tendo em vista que uma das questões foi logo resolvida.

03. (UFV-MG) *Tão logo pisei na rua, pela primeira vez respirei o ar das revoluções: o meio da via pública estava deserto, as lojas não estavam abertas* [...] *As barricadas estavam sendo construídas com arte e por um número pequeno de homens, que trabalhavam com muito cuidado. Não agiam como culpados, perseguidos pelo medo de serem flagrados em delito, mas com o aspecto de bons operários que querem completar o trabalho rapidamente e da melhor forma* [...] *Somente o povo portava armas, guardava os locais públicos, vigiava, comandava, punia. Era uma coisa extraordinária e terrível ver, nas mãos unicamente dos que nada tinham, toda aquela imensa cidade, cheia de tantas riquezas, ou melhor, aquela grande nação, porque, graças à centralização, quem reina em Paris comanda a França. E, assim, foi imenso o terror de todas as demais classes.*

O texto refere-se aos movimentos democráticos de 1848 na Europa, a respeito dos quais podemos afirmar **CORRETAMENTE** que

A) se constituíram numa série de revoltas às quais se juntavam trabalhadores e burgueses contra o Antigo Regime.

B) tiveram pouco significado histórico porque, além de sua curta duração, ficaram restritos à França.

C) foram um conjunto de revoltas de iniciativa exclusivamente popular, contra o Golpe do 18 Brumário de Napoleão Bonaparte.

D) Compuseram uma série de movimentos que eclodiram em toda a Europa, cuja reivindicação principal era mudar a forma de governo de autocrática para democrática.

E) Significaram revoluções autênticas, de inspiração socialista, com ampla mobilização popular, visando à mudança da ordem social.

04. (PUC-Campinas-SP) No contexto histórico da geração de 1848, a França tornou-se palco inicial e de expansão de revoltas em toda a Europa que enfraqueceram definitivamente os movimentos

A) liberais, que ganhavam força política com a restauração dos Estados absolutistas.
B) socialistas, que pregavam o fim da propriedade privada e da sociedade sem classes.
C) nacionalistas, que procuravam enfraquecer a política intervencionista da Santa Aliança.
D) conservadores, que procuravam restaurar o Antigo Regime desde o Congresso de Viena.
E) anarquistas, que defendiam o fim do poder político e o domínio superior do ideal humanista.

05. (UNIFESP) O movimento revolucionário de 1848, que abalou, mas não destruiu, a ordem social vigente na Europa, pode ser caracterizado como um conflito no qual

A) a burguesia, ou frações dessa classe, face ao perigo representado pelo proletariado, não tomou o poder.
B) o campesinato, em luta encarniçada contra a nobreza, abriu espaço para a burguesia tomar o poder.
C) a nobreza, diante da ameaça representada pela burguesia, fez concessões ao proletariado para se manter no poder.
D) o proletariado, embora fosse uma classe já madura e com experiência, ficou a reboque dos acontecimentos.
E) não houve luta de classes, e sim disputas derivadas das tensões e contradições existentes entre ricos e pobres.

06. (UEPG-PR) Sobre a onda de revoluções que sacudiu a Europa, ao longo do ano de 1848, assinale o que for **CORRETO**.

01. Explodiram quase simultaneamente na França, na Itália, nos Estados Alemães, na Suíça, em grande parte do Império Habsburgo e, de forma menos aguda na Espanha, Dinamarca, Romênia e outros.
02. A França, mais uma vez, foi o exemplo revolucionário, com a fuga do rei Luís Filipe e, após intensa manifestação operária, a proclamação da Segunda República.
04. As motivações revolucionárias podem ser atribuídas à disseminação dos argumentos apresentados por Thomas Morus em relação à injustiça social e à propriedade.
08. Os diversos movimentos surgidos vão apresentar um ponto em comum: o embate entre três diferentes projetos sociais, como o liberalismo, contrário às limitações impostas pela monarquia absolutista; o nacionalismo, que procurou unir politicamente as populações com a mesma origem e cultura, e o socialismo, força nova, que pregava a igualdade social e econômica através de reformas radicais.
16. Todos esses movimentos defendiam a organização de uma sociedade em classes e sem a propriedade privada.

Soma (   )

07. (UFMS) Segundo o historiador Eric J. Hobsbawm, *a palavra 'nacionalismo' apareceu pela primeira vez em fins do século XIX, para grupos de ideólogos de direita na França e na Itália, que brandiam entusiasticamente a bandeira nacional contra os estrangeiros, os liberais e os socialistas* [...]

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*: 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 203-204.

A partir da análise desse extrato de texto e com base em seus conhecimentos sobre a história mundial, em especial a respeito do fenômeno do nacionalismo, pode-se afirmar que

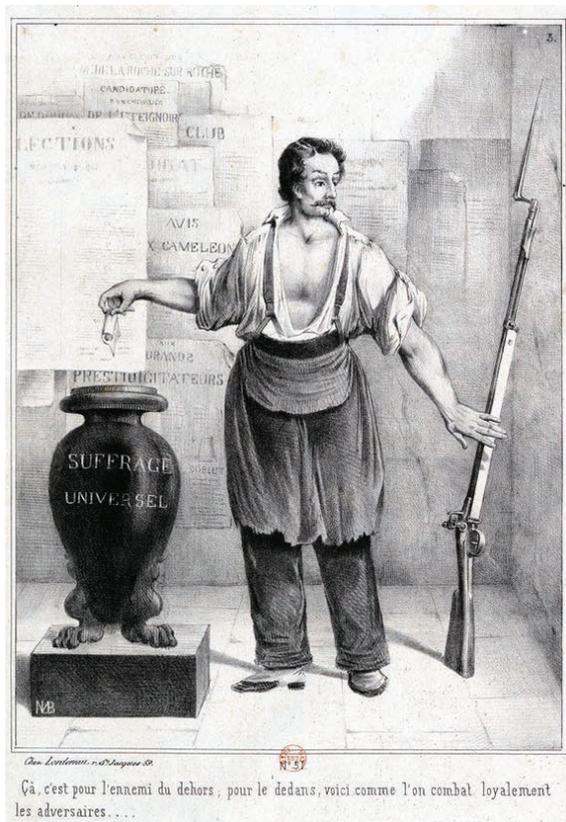
01. a palavra nacionalismo só deve ser empregada quando representar os sentimentos de todos os grupos políticos de um mesmo país, incluindo, nesse caso, os liberais, socialistas e extremistas de direita.
02. a essência do nacionalismo, que emergia em Estados-Nação estabelecidos, era a reivindicação do monopólio do patriotismo para a extrema direita política.
04. o nacionalismo dos grupos e ideólogos de direita tinha como essência a estigmatização de todos os outros grupos políticos como traidores.
08. a palavra nacionalismo está associada exclusivamente à definição de um determinado espaço físico para a implantação de uma nação forte e com a sua bandeira nacional.
16. para os grupos de ideólogos de direita, tanto da França quanto da Itália, o que interessava era a união dos dois países para a constituição de uma grande nação.

Soma (   )

08. (UFF-RJ) O processo das revoluções democrático-burguesas que animou a Europa e a América nos séculos XVIII e XIX contribuiu, efetivamente, para a institucionalização da vida política contemporânea.

Com relação ao enunciado, pode-se afirmar que

A) a Revolução Francesa não fez parte do processo das revoluções democrático-burguesas, pois apresentou ideias de vida social incompatíveis com o capitalismo liberal.
B) as revoluções democrático-burguesas, ao conterem a crítica mais radical ao Antigo Regime, desenvolveram as ideias centrais do positivismo e do evolucionismo, contribuindo para o reforço do autoritarismo.
C) a Revolução Francesa, movimento heterogêneo que incluiu setores sociais descontentes com o Antigo Regime, promoveu o desenvolvimento das matrizes ideológicas do século XIX: liberalismo, socialismo e conservadorismo.
D) a Revolução Americana, ao ser incluída nas revoluções democrático-burguesas, excluiu-se do processo ocidental, vinculando-se, apenas, às revoluções atlânticas.
E) a Revolução Francesa não representou o processo das revoluções democrático-burguesas, por não aceitar a hegemonia inglesa na expansão das ideias liberais.

09. (PUC Rio–2011) A gravura a seguir foi difundida pelos revolucionários franceses das barricadas de 1848 e simbolizava a sua principal reivindicação.

França 1848 - O voto ou o fuzil, gravura de M. -L. Bosredon (B.N., Paris). Disponível em: <http://www.histoire-image.org>.

Considerando a gravura e o debate político no qual se insere, é **CORRETO** afirmar que

A) a urna eleitoral representa o sufrágio universal defendido pela burguesia liberal que reconhecia o papel das classes trabalhadoras nas guerras antiabsolutistas.

B) a ampliação do voto é apresentada como uma conquista dos setores militares positivistas, ideia reforçada pela presença simultânea da urna e do fuzil.

C) a defesa do sufrágio universal era um meio de os liberais franceses restaurarem a ordem social após as agitações da Revolução de 1789, como indica a deposição das armas.

D) os democratas eram a favor da soberania popular e a identificavam com o voto universal, masculino e feminino, tal como o demonstra a imagem.

E) a República e a revolução social eram reivindicações de socialistas, democratas e trabalhadores urbanos, como é ilustrado pelo acesso ao voto por parte de um operário.

10. (UFRRJ–2006) *Qualquer historiador reconhece-a imediatamente: as barbas, as gravatas esvoaçantes, os chapéus dos militantes, as bandeiras tricolores, as barricadas, o sentido inicial de libertação, de imensa esperança e confusão otimista. Era a "Primavera dos Povos" – e, como a primavera, não durou.*

HOBSBAWM, Eric. *Era do Capital*. Paz e Terra: RJ, 1982. p. 33.

As revoluções de 1848 tiveram seu início na França, em fevereiro daquele ano, com a derrubada do "rei burguês", Luís Filipe, e se estenderam por diversos Estados europeus em pouco tempo.

A) **EXPONHA** um resultado da forte participação operária, já de base socialista, na derrubada do "rei burguês".

B) **EXPLIQUE** as palavras de Hobsbawm sobre a duração da "Primavera dos Povos".

SEÇÃO ENEM

01. *Felizmente, a Revolução Francesa ainda está viva. Pois Liberdade, Igualdade e Fraternidade e os valores da razão e do Iluminismo – os valores que construíram a civilização moderna desde os tempos da Revolução Americana – são mais necessários do que nunca, na medida em que o irracionalismo, a religião fundamentalista, o obscurantismo e a barbárie estão, mais uma vez, avançando sobre nós. É, portanto, uma coisa boa que* [...] *tenhamos a ocasião de pensar novamente sobre os acontecimentos extraordinários que há dois séculos transformaram o mundo. Para melhor.*

HOBSBAWM, Eric. *Ecos da Marselhesa*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 127.

A França foi uma referência para os regimes absolutistas da Europa, mas, talvez por esse motivo, foi também referência de luta contra esses regimes. Podemos considerar como defesa dos ideais revolucionários franceses

A) a Segunda Guerra Mundial, na qual a França lutou contra os regimes fascistas em defesa das liberdades individuais.

B) as revoluções liberais de 1830, que marcaram a luta contra a reação absolutista que ameaçava a Europa pós-Congresso de Viena.

C) o Período Napoleônico, marcado pela expansão do nacionalismo, com a libertação de regiões da África e da Ásia do domínio europeu.

D) a Guerra Fria, momento em que a França se posiciona contra o expansionismo do poderio militar e econômico dos Estados Unidos.

E) a criação da União Europeia, com o objetivo de erradicar a pobreza e as desigualdades socioeconômicas do Velho Mundo.

02.

A Liberdade Guiando o Povo – Delacroix

Disponível em: <http://wosrevista.com.br>.
Acesso em: 13 out. 2010

O quadro representado anteriormente – assinado pelo francês Eugène Delacroix – retrata a Revolução Liberal parisiense de 1830 que destituiu o rei absolutista Carlos X e levou ao trono a monarquia constitucional de Luis Filipe de Orleáns, que tinha forte apoio burguês. Na imagem, a Liberdade é representada por uma figura feminina seminua que empunha uma bandeira da França e uma arma. Além da Liberdade, membros de vários setores da sociedade francesa são guiados para frente, passando por cima daqueles que haviam morrido pelos ideais revolucionários. Este quadro reflete alguns dos principais valores burgueses inerentes ao século XIX, já que

A) denota o caráter socialista preconizado por Karl Marx, expresso, na tela, pela luta revolucionária armada.

B) ao representar a Tomada da Bastilha, remete à Revolução Francesa que, no final do século, consolidaria a burguesia no poder.

C) evidencia o republicanismo que, inerente à Revolução de 1830, acabou sendo disseminado pela Europa.

D) representa a participação das mulheres naquelas lutas, o que levou os países europeus a constituírem leis que as integrassem efetivamente à política.

E) faz menção ao nacionalismo, um dos elementos presentes nas revoluções que varreram a Europa durante o século XIX.

GABARITO

Fixação

01. A
02. C
03. B
04. B
05. B

Propostos

01. B
02. D
03. E
04. D
05. A
06. Soma = 11
07. Soma = 06
08. C
09. E
10. A) O governo provisório, surgido com a revolução de fevereiro de 1848, contou com representantes (mesmo em minoria) do pensamento socialista. Esse curto governo colocou em prática as chamadas "oficinas nacionais", em que se buscava a garantia de emprego para trabalhadores urbanos.

    B) A "Primavera dos Povos" varreu a Europa continental, derrubando diversos governos conservadores em poucos meses, mas, depois de não mais de seis meses, novos (ou antigos) governantes conservadores (re)tomaram o poder.

Seção Enem

01. B
02. E

HISTÓRIA

Revolução Industrial e movimento operário

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

O conjunto de transformações de ordem econômica, social e política que alteraram o modo de produção europeu, consolidando o capitalismo como sistema hegemônico, foi denominado por Marx, no século XIX, de Revolução Industrial. Esse processo iniciou-se no século XVIII e expandiu-se por toda a Europa e por alguns países fora do Velho Mundo, durante o século XIX. A ampliação dos mercados, a divisão social e técnica do trabalho e a introdução de tecnologia no processo produtivo são algumas das características do processo revolucionário.

Tal processo pode ser dividido em etapas. A primeira etapa da Revolução Industrial, que vai de aproximadamente 1750 até 1850, é caracterizada pelo predomínio da Inglaterra, e, ao mesmo tempo, pelo início do desenvolvimento industrial na França, nos Estados Unidos e na Bélgica. No entanto, a consolidação da Revolução durante os primeiros cem anos desse processo só ocorreu na Inglaterra, que era chamada de "oficina do mundo".

A fonte de energia predominante nessa primeira fase foi o carvão, e os setores industriais que mais se desenvolveram foram o têxtil e o siderúrgico. As máquinas eram feitas de ferro fundido e não se utilizava o aço. As empresas, que geograficamente ficavam distantes umas das outras, eram formadas em sua maioria por capitais privados. Normalmente, os próprios donos das empresas trabalhavam nelas e estas eram passadas de pai para filho.

A segunda etapa da Revolução Industrial, que se estendeu de aproximadamente 1850 até 1970, foi caracterizada pela expansão do processo para outros países, como Itália, Alemanha, Japão e Rússia. Alguns novos setores industriais, como o farmacêutico, o petroquímico e, principalmente, o automobilístico, se desenvolveram. Sem dúvida, um dos marcos nas inovações tecnológicas foi a utilização do sistema Bessemer, que permitia transformar ferro em aço, matéria-prima utilizada até os dias atuais na produção de máquinas, ferramentas e veículos automotores. A vantagem do aço em relação ao ferro fundido é que o primeiro pode ser furado, perfilado e dobrado mais facilmente, é mais resistente, mais leve e seu custo não é muito mais elevado do que o do ferro fundido.

Evolução da produção siderúrgica (em milhões de toneladas)

Países	1800	1830	1850
Alemanha	50	100	210
Bélgica	30	90	160
Império Austríaco	30	90	200
Espanha	15	20	40
França	120	225	450
Reino Unido	190	690	2 390
Rússia	160	190	220
Suécia	50	105	140

A partir da Segunda Revolução Industrial, devido ao desenvolvimento tecnológico, os investimentos na indústria se tornaram mais volumosos, e instituições financeiras passaram a investir no setor industrial, gerando, assim, os capitais acionários. Grandes centros industriais com concentração espacial das empresas foram formados, facilitando a interação entre diversos tipos de indústrias. As diferenças entre os dois processos estão resumidas no quadro a seguir:

	1ª Rev. Industrial (1750-1850)	2ª Rev. Industrial (1850-1970)
Local	Inglaterra, França, Bélgica e EUA	Itália, Alemanha, Japão e Rússia
Materiais básicos	Ferro fundido	Aço e produtos sintéticos
Fontes de energia	Carvão e vapor	Petróleo e eletricidade
Setores predominantes	Têxtil e siderúrgico	Petroquímico e automobilístico
Capitalismo	Livre-concorrência	Monopolista ou financeiro
Investimentos	Capitais particulares (donos das empresas)	Capitais financeiros (bancário, acionistas e estatal)
Divisão espacial	Empresas dispersas	Formação de grandes centros industriais
Situação do operário	Jornadas de trabalho de 16 a 18 horas diárias, trabalho infantil e feminino e ausência de legislação trabalhista	Diminuição da jornada de trabalho, regulamentação do trabalho feminino e, em alguns casos, proibição do infantil, existência de legislação trabalhista

O capitalismo vigorou durante as duas fases da Revolução Industrial e, tradicionalmente, ele pode ser dividido em livre-concorrencial, durante a primeira fase, e monopolista, na segunda. Essa divisão é polêmica, uma vez que vários autores não a aceitam, alegando que o que existe é um sistema que sofreu transformações, e não formas diferentes de capitalismo.

Podemos caracterizar esses dois momentos da seguinte maneira: no capitalismo livre-concorrencial, não existem fusões de empresas, mas uma competição entre elas. Com a fase monopolista, os investimentos industriais aumentaram, a concorrência tornou-se maior e algumas empresas se fundiram, visando ao domínio do mercado.

Nesse momento, surgem os trustes, os cartéis e os *holdings*. Cartéis são associações de empresas para dominar o mercado, não havendo fusão administrativa; as empresas mantêm a sua autonomia. Um exemplo foi a Autolatina, associação da Volkswagen e da Ford, empresas do setor automobilístico que estabeleciam estratégias e preços comuns. Já nos trustes, existe a fusão das empresas, que acabam se tornando uma. Um exemplo de truste foi a criação da Ambev, fusão de várias cervejarias, como a Brahma, a Skol e a Antarctica. *Holdings* são empresas criadas para administrar outras.

Fatores responsáveis pelo pioneirismo inglês

Acumulação primitiva de capitais

Na Inglaterra, houve acumulação suficiente de capitais para financiar a transformação das manufaturas em maquinofaturas. Podem-se citar pelo menos três fontes importantes para esse acúmulo. A primeira delas foi a pirataria. O governo inglês financiava piratas para atacarem os navios portugueses e espanhóis, que partiam da América carregados de ouro e prata. O lucro do saque era dividido com o governo que, desse modo, investia pouco, comparando-se ao seu retorno econômico.

Outra fonte lucrativa foi a forma que o mercantilismo assumiu na Inglaterra: o comercialismo. Posto que o país comprava produtos e os revendia por preços bem mais altos, houve uma grande acumulação de capital, caracterizando, assim, o comercialismo como a forma mercantilista mais bem-sucedida entre os países europeus.

A assinatura de tratados comerciais vantajosos foi uma outra fonte lucrativa para os ingleses. O principal desses acordos foi o **Tratado de Methuen** (1703), também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, assinado entre Portugal e Inglaterra. O primeiro venderia vinho mais barato e, em troca, compraria produtos manufaturados mais baratos que os demais países da Europa. Devemos nos lembrar de que Portugal era um dos maiores produtores de vinho do mundo, e a Inglaterra, por sua vez, era grande produtora de tecidos. O vinho era mais barato que os tecidos, além disso, Portugal comprava um volume maior nessa relação comercial. Assim, os ibéricos acabaram desenvolvendo poucas manufaturas, tornando-se dependentes da produção inglesa e contraindo enormes dívidas. O ouro brasileiro foi utilizado para pagar as dívidas da metrópole com os ingleses. Uma frase bastante comum diz que "o ouro brasileiro financiou a Revolução Industrial na Inglaterra".

Mão de obra

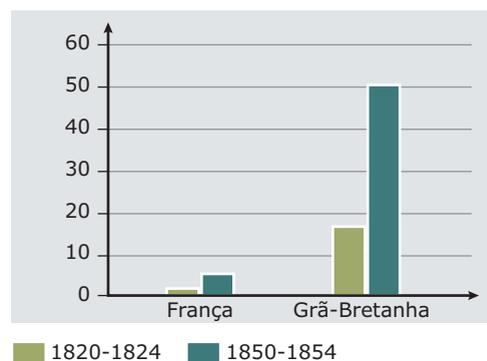
Durante a Idade Moderna, a Inglaterra viveu um período de crescimento populacional. Além disso, os cercamentos (*enclosures*), processo de expulsão dos camponeses das terras comunais para a criação de ovelhas fornecedoras de lã para a manufatura têxtil, contribuiram para gerar a força de trabalho necessária para essas transformações na economia. A massa de camponeses expulsa deslocou-se para as cidades, formando um exército de mão de obra barata.

Outro fator a se destacar é a utilização do sistema de *putting-out*, no qual os camponeses recebiam a lã do comerciante, fiavam e teciam em casa, recebendo um salário por isso. A grande importância desse sistema está no fato de o camponês ter sido preparado e treinado, tornando-se, mais tarde, o proletário.

Matéria-prima

As colônias inglesas na América do Norte forneciam uma das principais matérias-primas da produção têxtil, o algodão, afinal, o sul dos Estados Unidos era o maior produtor mundial de algodão. As reservas de carvão e de minério de ferro da Inglaterra também foram fundamentais para seu desenvolvimento industrial.

Crescimento da produção de carvão

(em milhões de toneladas)

HEFFER, J.; SERMAN, W. *O Século XIX, 1815-1854.* Lisboa: Dom Quixote, 1998.

Mercado consumidor

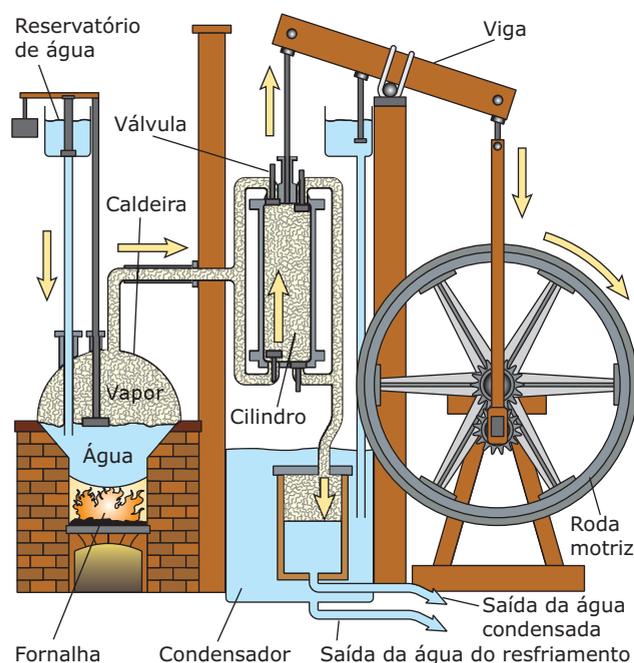
O vasto sistema colonial inglês, além de matéria-prima, representava mercado para os produtos ingleses. A poderosa frota naval da Inglaterra também contribuiu para que esse mercado fosse ampliado pelos países da Europa com os quais a Inglaterra comercializava.

Revolução Gloriosa (1688-1689)

Após as Revoluções Inglesas, a burguesia ascendeu ao poder e criou os mecanismos políticos necessários ao desenvolvimento industrial, como a legalização dos cercamentos. De uma maneira geral, era necessário que a burguesia tivesse alguma forma de poder político para que houvesse desenvolvimento industrial, o que ocorreu após a Revolução Gloriosa, quando o parlamentarismo se consolidou na Inglaterra, favorecendo seu mais forte grupo social, a burguesia.

Inovações tecnológicas

Alguns avanços tecnológicos foram de fundamental importância para o desenvolvimento e a consolidação do capitalismo industrial. Sem essas inovações, o aumento da produção e da acumulação de capitais não seria possível. Entre as mais destacadas, pode-se citar:

Invenção	Criador	Ano
Lançadeira volante	John Kay	1733
Spinning-Jenny (máquina de fiação)	James Hargreaves	1765
Máquina a vapor	James Watt	1769
Mula (fiadeira mecânica)	Samuel Crompton	1779
Tear mecânico	Cartwright	1785
Descaroçador de algodão	Eli Whitney	1792
Navio a vapor	Robert Fulton	1807
Locomotiva a vapor	George Stephenson	1814
Motor de combustão interna	Nicolau Otto	1876
Telefone	Graham Bell	1876
Telégrafo sem fio	Marconi	1899

Representação do projeto de uma máquina a vapor, modelo muito utilizado durante a Primeira Revolução Industrial.

Essas invenções contribuíram para o aumento da produtividade, crescimento do mercado e diminuição das distâncias. Apesar dos altos investimentos em tecnologia, o retorno financeiro para os capitalistas era imenso, com o poder econômico se concentrando nas mãos de uma parcela cada vez menor da sociedade. Por outro lado, uma parcela cada vez maior era expropriada dos meios de produção e passava a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.

Etapas de desenvolvimento da produção

O processo produtivo industrial passou por algumas etapas de desenvolvimento. Uma das primeiras e mais significativas foi o taylorismo. Criado pelo engenheiro estadunidense Frederick W. Taylor (1856-1915), o taylorismo propunha a separação entre o trabalho intelectual e o braçal. Para ele, o operário não deveria pensar sobre o processo produtivo, pois quanto mais movimentos repetitivos o trabalhador fizesse, maior seria a sua produtividade.

No início do século XX, outro engenheiro estadunidense chamado Henry Ford (1863-1947), aprimorando o taylorismo, criou a linha de produção em série. Para Ford, cada trabalhador deveria ser capaz de adquirir o que produzia. Assim, ele diminuiu os custos, aumentou os salários e criou o primeiro carro popular, o modelo T40 da Ford.

A mecanização do trabalho foi retratada pelo filme Tempos Modernos *(1936), produzido pelo cineasta inglês Charles Chaplin.*

O toyotismo, surgido na segunda metade do século XX, na montadora japonesa Toyota, veio criticar o fordismo e propor o fim dos estoques e da padronização. O objetivo era diminuir os gastos, uma vez que a manutenção de estoques representava um custo alto para as empresas. Além disso, com o alto grau de avanço tecnológico, esses estoques podem se tornar obsoletos e gerar prejuízos.

Para ganhar mercado, o toyotismo propunha uma produção que atendesse às especificações dos clientes, ou seja, a montagem do automóvel de acordo com a procura de cada cliente e num tempo satisfatório *(Just in Time)*. Esse sistema inovou também na descentralização do espaço industrial, com a ideia de que as empresas devem fugir dos espaços industriais tradicionais, em que a mão de obra, apesar de qualificada, é cara, os sindicatos são fortes e não existem muitos incentivos fiscais. Com isso, regiões do planeta que, antes, não eram espaços industriais passaram a receber investimentos e se tornaram importantes centros produtores.

Consequências da Revolução Industrial

Devido ao caráter inovador trazido pela Revolução Industrial, é importante ressaltar que a Europa e as suas áreas de domínio sofreram diversas repercussões, como:

- Consolidação do modo de produção capitalista como dominante: a Revolução Industrial consolidou a transição entre o feudalismo e o capitalismo. Alguns autores afirmam que só é possível se falar em capitalismo após a Revolução Industrial, sendo que antes existiria apenas um protocapitalismo.
- Aumento da média de vida da população: o desenvolvimento da indústria química levou a uma maior utilização de remédios e vacinas, gerando a erradicação de algumas doenças.
- Consolidação de duas novas classes sociais: a burguesia industrial, detentora dos meios de produção e do poder político, e o proletariado, que, expropriado dos meios de produção, passou a ter como forma de sobrevivência a venda da sua força de trabalho.
- Urbanização: formação de grandes núcleos urbanos ao redor das indústrias. Algumas vilas operárias eram construídas pelas próprias empresas que as utilizavam como instrumentos de controle. Caso os operários não se submetessem à empresa, eram demitidos e perdiam a moradia. Devemos nos lembrar de que as cidades que surgiram com a Revolução Industrial eram desestruturadas, com altos índices de prostituição e violência, ou seja, já apresentavam os grandes problemas dos atuais centros urbanos.
- Revolução agrícola: houve significativo aumento da produção agrícola com a utilização de adubos químicos e máquinas na agricultura.
- Surgimento de ideologias que criticavam o capitalismo, como o socialismo e o anarquismo, por exemplo.

Além das consequências apresentadas, é válido ressaltar que, com a Revolução, a situação do trabalhador não melhorou, pelo contrário, as jornadas de trabalho eram extensas, chegando a 18 horas diárias, os salários eram baixos, as condições de trabalho eram precárias, sem segurança e insalubres, além de haver a exploração do trabalho feminino e infantil.

Artista desconhecido

Exploração do trabalho infantil numa mina de carvão

Era inevitável que, em determinado momento, os operários começassem a se organizar para mudar sua situação, assim como era também previsível que essa organização tivesse início na Inglaterra, onde a exploração era mais intensa e onde ela foi iniciada.

MOVIMENTO OPERÁRIO

A classe operária é fruto do desenvolvimento do modo de produção capitalista e, mais precisamente, da Revolução Industrial, mas só é possível entender o seu aparecimento e desenvolvimento reconhecendo-a como uma classe social ativa desde o início.

O operário da fábrica era anteriormente o camponês que, com a desagregação do modo de produção feudal, foi levado a se deslocar para as cidades. Todo esse contingente populacional formou a reserva necessária ao desenvolvimento da indústria, afinal, sem mão de obra excedente, não haveria Revolução Industrial. Vale ressaltar que, no campo, o trabalhador inglês já estava sendo preparado para vender sua força de trabalho através do *putting-out*, fiando e tecendo nos períodos de inverno, quando não podia trabalhar nas terras, sendo, dessa forma, "treinado" para vender sua força de trabalho.

Controle do Estado sobre o proletariado

O crescimento da classe operária assustou a burguesia, pois as elites e o governo viam nela uma ameaça em potencial. Por isso, ainda antes do início da Revolução Industrial, as camadas dirigentes criaram mecanismos de controle do proletariado.

Na Inglaterra, em 1547, muito antes do surgimento de indústrias, foi proibida a mendicância, de forma a garantir oferta de mão de obra aos primórdios de manufaturas. Em 1662, a Lei de Residência permitia às cidades expulsarem os vadios que não pertenciam a elas. Seguindo essa política, foram criadas, em 1723, as "casas de trabalho", que eram centros de trabalhos forçados, onde os mendigos e vadios eram obrigados a trabalhar recebendo basicamente o seu alimento. Com as Leis de Gilbert (1782), essas casas foram fechadas.

Em 1791, em plena França revolucionária, surgiu a Lei *Le Chapelier*, que proibia greves e associações de trabalhadores. Após a proibição de organização dos alfaiates e a dos marceneiros, foram finalmente aprovadas as *Combination Acts* (1799), que proibiram toda forma de organização operária na Inglaterra.

A crise social surgida na Inglaterra com o desenvolvimento industrial e a exploração sobre o trabalhador levaram as classes dirigentes a tentarem amenizar o problema com a criação da Lei *Speenhamland*, uma forma de subsidiar os salários dos trabalhadores até o nível de subsistência, evitando, assim, o pauperismo e as revoltas sociais. A *Speenhamland* acabou sendo abolida em 1834.

Em 1833, enfim, foi aprovada a Lei de Fábrica (*Factory Act*), uma lei absurda para os padrões atuais, pois permitia o emprego de crianças acima de nove anos, desde que tivessem uma carga horária de até 48 horas por semana.

Como se pode perceber, portanto, os operários estiveram, em grande parte, a mercê da opressão dos seus patrões. Enfatizar esse conjunto de medidas das elites, no entanto, não significa afirmar que o proletariado ficou passivo. As lutas se davam através de greves e até de sabotagem e assustaram as classes dirigentes, alcançando alguns resultados significativos, como a revogação das *Combination Acts* em 1825. A redução da jornada de trabalho para dez horas diárias em toda a Inglaterra, em 1847, foi uma outra grande conquista do operariado. Segundo Karl Marx, essa foi a primeira grande vitória do movimento operário organizado como classe política.

Primeiros movimentos operários

Ludismo

O Ludismo foi um movimento surgido na Inglaterra, que se caracterizou pela quebra das máquinas. Os trabalhadores consideravam serem elas as responsáveis pela situação que viviam. Apesar da falta de um projeto claro e objetivo, o movimento se espalhou de tal forma pela Inglaterra que o governo decretou a pena de morte para quem fosse encontrado quebrando máquinas. Segundo Marx, os trabalhadores não haviam, ainda, percebido que não eram as máquinas, mas sim o sistema capitalista o responsável pela exploração.

Cartismo

O Cartismo foi o movimento inglês que percebeu que a luta operária deveria passar pela política, tanto que, em 1837, foi publicada a chamada Carta do Povo, documento contendo reivindicações enviado ao Parlamento inglês. As principais exigências eram: o voto secreto por sufrágio universal masculino, a redução da jornada de trabalho, a representação política dos trabalhadores e a remuneração aos parlamentares.

É interessante observar que as reivindicações cartistas eram de ordem política, o que demonstra uma maior organização da classe operária. Ainda assim, o Parlamento inglês não atendeu às reivindicações e, com o surgimento do socialismo científico, o Cartismo foi se enfraquecendo até deixar de existir. Vale ressaltar, entretanto, que o movimento foi um importante embrião da luta política dos trabalhadores, inspirando mais tarde o aparecimento de sindicatos.

Trade Unions

Organizações de caráter assistencialista, as *Trade Unions* foram criadas para prestar auxílio mútuo. Os trabalhadores perceberam que não poderiam contar com o governo ou com os patrões e passaram a criar organizações em que uns ajudavam aos outros. As *Trade Unions* foram os primórdios dos sindicatos e se espalharam para além da Inglaterra, chegando à França e aos Estados Unidos.

Artista desconhecido

A charge, produzida no século XIX, retrata a confusão estabelecida durante uma reunião de operários ingleses.

Sindicalismo

Os sindicatos surgiram no século XIX e tinham por objetivo unificar as reivindicações dos operários de uma mesma categoria, ou não, diante dos patrões, afinal, os sindicalistas acreditavam que o poder de negociação do trabalhador seria fortalecido se os homens se unissem diante do patrão. Ao longo do tempo, os sindicatos passaram a representar juridicamente os trabalhadores, que, unidos, tornaram-se mais fortes.

Associações Internacionais do Trabalho

Também chamadas de Internacionais, as Associações do Trabalho foram tentativas de organizar um movimento operário em âmbito mundial. A primeira teve início em 1864, e, durante a sua realização, houve um conflito entre os socialistas (liderados por Marx) e os anarquistas (liderados por Bakunin). Os socialistas achavam que o desenvolvimento da luta operária deveria passar por uma fase de transição entre o capitalismo e o comunismo. Já os anarquistas eram contra a ideia de Estado, por considerá-lo uma instituição repressora, e, por isso, defendiam a passagem direta da sociedade capitalista para comunista. Apesar da vitória do primeiro, o movimento acabou por se apresentar como um fracasso, uma vez que o operariado mundial estava dividido entre essas duas ideologias.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFV-MG) Leia o texto a seguir:

Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. [...] *Dadas as condições adequadas, as inovações técnicas da Revolução Industrial se fizeram por si mesmas, exceto talvez na indústria química. Isto não significa que os primeiros industriais não estivessem constantemente interessados na ciência em busca de seus benefícios práticos. Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã-Bretanha,* [...]

HOBSBAWM, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 45-47.

As condições britânicas adequadas à Revolução Industrial foram as seguintes, **EXCETO**

A) A ampla produtividade agrícola, decorrente de modificações nas formas de produção, permitiu alimentar a população urbana em franco crescimento, bem como acumular capital a ser aplicado em outros setores da economia.

B) Os *Enclosure Acts*, que decretaram o cercamento dos campos de uso comum, criaram um problema agrário, mas também permitiram que a produção agrícola fosse direcionada para o mercado.

C) A infraestrutura urbana de algumas regiões da Grã-Bretanha atuou como fator de atração para as populações oriundas dos campos e permitiu uma organização social intensa e propícia à melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

D) As políticas implementadas depois da derrubada do absolutismo, ainda no século XVII, caracterizaram-se pelo incentivo à obtenção do lucro privado e ao desenvolvimento econômico, considerados como legítimos e supremos objetivos políticos da nação.

E) A Grã-Bretanha detinha o controle do mercado colonial de escravos e da produção e comercialização do algodão, além de possuir grande quantidade de matéria-prima, como carvão e ferro, destinados à energia e à construção de máquinas.

02. (UFV-MG) A transição do sistema de produção doméstico para o fabril foi característica do processo histórico conhecido como Revolução Industrial. Ela se deu, primeiramente, na Inglaterra, durante a segunda metade do século XVIII, e foi marcada por uma série de transformações econômicas, sociais, culturais, técnicas e tecnológicas. Entre essas transformações, destacam-se:

I. O aumento da produção de bens de consumo, especialmente têxteis, devido à substituição da energia humana e hidráulica pela energia a vapor e à invenção do tear mecânico e da máquina de fiar.

II. A diminuição da divisão social do trabalho e o surgimento de uma nova concepção de tempo, associada à regularidade do padrão de trabalho doméstico.

III. O desenvolvimento do sistema de produção doméstico, devido ao desemprego e ao aumento do controle dos trabalhadores sobre os resultados do seu trabalho.

IV. A aceleração do processo de urbanização e o aumento do poderio naval britânico, contribuindo para a conquista de novos mercados em outras regiões do mundo.

V. A expropriação dos trabalhadores de seus meios de produção e a divisão das terras comunais, o que beneficiou principalmente os grandes proprietários rurais.

Está **CORRETO** o que é dito apenas em

A) I, III e IV.
B) I, II e III.
C) I, IV e V.
D) II, III e V.
E) II, IV e V.

03. (FJP-MG–2010) Considerando a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra ao longo do século XVIII e no século XIX, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

A) A introdução das máquinas diminuiu sensivelmente as horas de trabalho dos operários que acompanhavam o frenético ritmo de produção das máquinas, diferentemente do lento trabalho do sistema doméstico.

B) A máquina a vapor foi o significativo motor da Revolução Industrial, pois possibilitou, pela primeira vez, a produção artificial de energia, acelerando a velocidade da produção nas máquinas de tecer e fiar e na extração de minério.

C) A política dos cercamentos promovida pelo governo inglês foi responsável pela expulsão dos camponeses de suas terras e garantiu um grande número de desempregados, que foram absorvidos pelas fábricas que surgiam nos centros urbanos.

D) As indústrias inglesas foram beneficiadas pelas abundantes reservas naturais de carvão, o combustível nelas utilizado, além da facilidade de obtenção de matérias-primas importadas das colônias inglesas para a fabricação dos produtos.

04. (UEL-PR–2008)

Observe a imagem:

PAZZINATO, A. L., SENISE, M. H. V. *História Moderna e Contemporânea*. São Paulo: Ática, 1994. p. 177.

Com base na imagem, considere as afirmativas a seguir:

I. No século XIX, com a descoberta de novas técnicas e a consequente mecanização da produção, os industriais intensificaram a exploração da mão de obra para recuperar os investimentos com as maquinarias e aumentar os lucros com a produção. Para conseguir tal intento, os assalariados tinham que cumprir em média 15 horas de trabalho por dia, sendo que mulheres e crianças – consideradas inferiores – foram comumente utilizadas como mão de obra por se constituírem em força de trabalho mais barata.

II. A crise econômica que arrasou a Inglaterra na segunda metade do século XIX abriu espaço para que os Estados Unidos colocassem no mercado seus produtos industrializados. A partir de então, o capitalismo foi se consolidando numa perspectiva mais financeira e abriu espaço para o surgimento das grandes potências bancárias.

III. A luta de classes tornou-se uma realidade a partir do momento em que a sociedade ficou dividida em duas classes antagônicas: burguesia e proletariado. As diferenças entre aqueles que eram donos dos meios de produção – e do capital – e aqueles que possuíam a força de trabalho – mão de obra – levou estes últimos a organizarem-se em sindicatos, partidos, associações para lutar contra a exploração a que eram submetidos.

IV. O anarquismo, como doutrina política, foi primordial para a constituição da classe burguesa, no século XIX, porque defendia a importância do capital na consolidação dessa nova ordem social. Defendia também que todos os indivíduos tinham o direito de lutar para garantir melhores salários e qualidade de vida.

Assinale a alternativa que contém todas as afirmativas **CORRETAS**.

A) I e II
B) I e III
C) III e IV
D) I, II e IV
E) II, III e IV

05. (UFF-RJ–2008) Para que o conhecimento tecnológico tivesse o êxito de hoje, foi preciso que ocorressem, no tempo, alterações radicais que abriram caminho para a introdução de novas relações de mercado e novas formas de transportes.

Assinale a alternativa que **MELHOR** identifica o momento inicial da Revolução Industrial.

A) A utilização da máquina a vapor, que propiciou o desenvolvimento das ferrovias, integrando áreas de produção aos mercados, aumentando o consumo e gerando lucros.

B) A revolução política de 1688, que garantiu a vitória dos interesses dos proprietários agrícolas em aliança com os trabalhadores urbanos que controlavam as manufaturas.

C) Os cercamentos que modificaram as relações sociais no campo, gerando novas formas de organização da produção rural e mantendo os vínculos tradicionais de servidão.

D) O desenvolvimento da energia eólica, produzindo um crescimento industrial que manteve as cidades afastadas do fantasma das doenças provocadas pelo uso do carvão.

E) A máquina a vapor, que promoveu o desenvolvimento de novas formas de organização da produção agrícola e levou ao crescimento dos transportes marítimos na Europa Ocidental, através de investimentos estatais.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFU-MG) *A divisão do trabalho e a mecanização complementam-se e reforçam-se mutuamente.* [...] *somente com a introdução da maquinaria, com seu ritmo constante, é possível realizar o sonho – ou o pesadelo – de uma administração exata do tempo e dos movimentos do operário, sem a onerosa necessidade de colocar um capataz e um cronometrador atrás de cada um.*

ENGUITA, Mariano F. Tecnologia e sociedade: a ideologia da racionalidade técnica, a organização do trabalho e a educação. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.) *Trabalho, Educação e Prática Social.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1991. p. 235.

Tomando como referência a citação anterior, podemos afirmar que

I. o taylorismo, concepção produtivista desenvolvida por Frederick Taylor nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e início do século XX, tinha como características o controle sobre os gestos e comportamentos do trabalhador, com o intuito de evitar o "desperdício de tempo", e a decomposição da produção em movimentos monótonos, causando tédio e idiotização do trabalhador.

II. o fordismo, desenvolvido por Henry Ford, seguiu a trilha aberta por Taylor ao utilizar a linha de montagem na fabricação em massa de automóveis, ao fixar o operário em um mesmo posto, subordinando-o à máquina.

III. no mundo contemporâneo, a chamada "desindustrialização" – processo de utilização da microeletrônica para a criação de novos postos de trabalho – substituiu os antigos robôs, provocando a diminuição do desemprego, melhorando a distribuição de renda em países emergentes como o Brasil e criando novas oportunidades de lazer aos trabalhadores.

Assinale

A) se apenas I e II são corretas.
B) se apenas I é correta.
C) se apenas II é correta.
D) se apenas II e III são corretas.
E) se todas são corretas.

02. (PUC Minas) No início do século XIX, um grupo de operários ingleses liderados por Ned Ludlam organizou um movimento de protesto contra as precárias condições de vida e trabalho do proletariado. O Ludismo caracterizou-se

A) pela tomada do poder e instalação de um governo revolucionário que suprimiu a propriedade particular e estimulou a criação de cooperativas.

B) pela elaboração da chamada Carta do Povo, exigindo do Parlamento britânico a realização de uma série de reformas sociais e políticas.

C) pela destruição de máquinas e equipamentos industriais considerados responsáveis pelo crescente desemprego e depauperação dos trabalhadores.

D) pela constituição de uma poderosa estrutura sindical e partidária, que permitiu a organização do proletariado e o aumento de sua força política.

03. (Mackenzie-SP) *Em vez de fazer os camponeses trabalharem para eles em suas próprias casas, na chamada estação morta, os empresários manufatureiros os reuniam em grandes oficinas e lhes impunham uma nova divisão técnica de trabalho. Ao fazer isso, estes capitalistas revolucionavam não só as relações sociais de produção, mas também as forças produtivas, ao inventar o trabalhador coletivo, ou seja, um corpo disciplinado e coordenado de produtores especializados.*

Paul Singer

A descrição anterior se refere

A) ao sistema de corporações de ofício que existiu na Europa durante a Alta Idade Média e foi responsável pela consolidação do modo de produção feudal.

B) às transformações ocorridas na organização do trabalho na transição do feudalismo para o capitalismo.

C) à superação das relações de produção baseadas na propriedade privada dos meios de produção e à implementação do controle dos produtores sobre o produto de seu trabalho.

D) à coletivização dos trabalhadores rurais diante das transformações ocorridas pela imposição do sistema de cooperativas estatais.

E) à difusão do trabalho compulsório para atender à necessidade das indústrias em expansão.

04. (UFPel-RS–2007) *Um fato saliente chamou a atenção de Adam Smith, ao observar o panorama da Inglaterra: o tremendo aumento da produtividade resultante da divisão minuciosa e da especialização de trabalho. Numa fábrica de alfinetes, um homem puxa o fio, outro o acerta, um terceiro o corta, um quarto faz-lhe a ponta, um quinto prepara a extremidade para receber a cabeça, cujo preparo exige duas ou três operações diferentes: colocá-la é uma ocupação peculiar; prateá-la é outro trabalho. Arrumar os alfinetes no papel chega a ser uma tarefa especial; vi uma pequena fábrica desse gênero, com apenas dez empregados, e onde, consequentemente, alguns executavam duas ou três dessas operações diferentes. E embora fossem muito pobres, e portanto mal-acomodados com a maquinaria necessária, podiam fazer entre si 48 000 alfinetes num dia, mas se tivessem trabalhado isolada e independentemente, certamente cada um não poderia fazer nem vinte, talvez nem um alfinete por dia.*

FARIA, Ricardo de Moura *et al*. *História*. vol. 1. Belo Horizonte: Lê, 1993 (Adaptação).

O documento sobre a Revolução Industrial, na Inglaterra,

A) relaciona a divisão de trabalho com a alta produtividade, situação bem diferente da produção artesanal característica da Idade Média.

B) enfatiza o trabalho em série e as condições do trabalhador nas fábricas, reforçando a importância das leis trabalhistas, no início da Idade Moderna.

C) demonstra que a produtividade está diretamente relacionada ao número de empregados da fábrica, ao contrário das corporações de ofício, em que a produção artesanal dependia do mestre.

D) destaca a importância da especialização do trabalho para o aumento da produtividade, situação semelhante à que ocorria nas corporações de ofício, de que participavam aprendizes, oficiais e mestre.

E) evidencia as ideias fisiocráticas e mercantilistas, ao realçar a divisão do trabalho, características marcantes da Revolução Comercial.

05. (UECE–2007) Sobre o processo conhecido como Revolução Industrial, são feitas as seguintes afirmações:

I. Consolida-se na Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVIII, e estabelece transformações rápidas e fundamentais na sociedade contemporânea, em especial nas novas formas de organização do trabalho produtivo.

II. Completa a transição do feudalismo para o capitalismo e marca a introdução da maquinofatura e das relações assalariadas.

III. É o processo em que a França apresenta ao mundo a invenção das máquinas têxteis, deixando definitivamente a Inglaterra para trás na corrida capitalista.

Assinale o **CORRETO**.

A) Apenas I e III são verdadeiras.

B) Apenas I e II são falsas.

C) Apenas I e II são verdadeiras.

D) Apenas II e III são falsas.

06. (UFAC-2010) *A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da 'indústria' como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade 'burguesa' liberal; não da 'economia moderna' ou do 'Estado Moderno', mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. A transformação de 1789-1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países e que dali se propagou por todo o mundo. Mas não seria exagerado considerarmos esta dupla revolução – a francesa, bem mais política, e a industrial (inglesa) – não tanto como uma coisa que pertença à história dos dois países que foram seus principais suportes e símbolos, mas sim como a cratera gêmea de um vulcão regional bem maior. O fato de que as erupções simultâneas ocorreram na França e na Inglaterra, e de que suas características difiram tão pouco, não é nem acidental nem sem importância.*

HOBSBAWM, Eric J. *A Era das Revoluções.* Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/2301094/A-Era-das-Revolucoes- Eric-J-Hobsbawm>.

A respeito do contexto político e social das Revoluções Francesa e Industrial, a leitura do texto de Hobsbawm indica que

A) ambas, não por acaso, ocorreram em períodos concomitantes, com efeitos sobre os modos de vida, alterando as relações de produção e ordenamentos políticos que se estenderam para outras partes do mundo.

B) o autor enquadra as duas revoluções como apenas uma grande revolução, embora em países diferentes, cujas consequências são a vitória da indústria, da igualdade e da economia moderna.

C) o historiador afirma terem ocorrido consequências exclusivas sobre a Grã-Bretanha e a França, com incidência sobre a indústria capitalista, a sociedade burguesa e o estado moderno.

D) a citação considera a Revolução Francesa como política, enquanto que a Revolução Inglesa seria de caráter industrial, com repercussão de ambas sobre a formação dos Estados Modernos e da criação das monarquias de caráter absoluto.

E) o texto caracteriza a coexistência das duas Revoluções como uma casualidade histórica, sem significado, descaracterizando o contexto social e político do período.

07. (UEG–2007) No século XIX, a Revolução Industrial provocou inúmeras mudanças, tais como a imigração de camponeses para a cidade e a alteração nas condições dos trabalhadores que estavam submetidos à burguesia, enfrentando longas jornadas de trabalho. Sobre tal contexto, julgue a validade das proposições a seguir:

I. O Ludismo expressou uma forma de resistência dos trabalhadores ao autoritarismo do patrão e, ao mesmo tempo, caracterizou-se pelas reivindicações por melhores salários e condições de trabalho.

II. O Cartismo representou a busca por participação política dos trabalhadores de forma referendada pelos pontos das cartas, entre os quais se destaca o sufrágio universal e o direito dos operários de participarem do Parlamento.

III. As Revoluções de 1848 consolidaram os interesses da burguesia liberal, representados pela implantação de parlamentos e constituições e pela legitimação política de suas nações, através do nacionalismo e do liberalismo.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

A) Apenas as proposições I e II são verdadeiras.

B) Apenas as proposições II e III são verdadeiras.

C) Apenas as proposições I e III são verdadeiras.

D) Todas as proposições são verdadeiras.

08. (Unicamp-SP–2010) *Na Europa, até o século XVIII, o passado era o modelo para o presente e para o futuro. O velho representava a sabedoria, não apenas em termos de uma longa experiência, mas também da memória de como eram as coisas, como eram feitas e, portanto, de como deveriam ser feitas. Atualmente, a experiência acumulada não é mais considerada tão relevante. Desde o início da Revolução Industrial, a novidade trazida por cada geração é muito mais marcante do que sua semelhança com o que havia antes.*

HOBSBAWM, Eric. O que a História tem a dizer-nos sobre a sociedade contemporânea. In: *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 37-38.

A) Segundo o texto, como a Revolução Industrial transformou nossa atitude em relação ao passado?

B) De que maneiras a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX alterou o sistema de produção?

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2001) [...] *Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes;* [...]

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Investigação sobre a sua natureza e suas causas. vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

Jornal do Brasil, 19 fev. 1997.

A respeito do texto e do quadrinho, são feitas as seguintes afirmações:

I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho à qual são submetidos os operários.

II. O texto refere-se à produção informatizada e o quadrinho, à produção artesanal.

III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Entre essas afirmações, apenas

A) I está correta.

B) II está correta.

C) III está correta.

D) I e II estão corretas.

E) I e III estão corretas.

02. (Enem–2010) A evolução do processo de transformação de matérias-primas em produtos acabados ocorreu em três estágios: artesanato, manufatura e maquinofatura. Um desses estágios foi o artesanato, em que se

A) trabalhava conforme o ritmo das máquinas e de maneira padronizada.

B) trabalhava geralmente sem o uso de máquinas e de modo diferente do modelo de produção em série.

C) empregavam fontes de energia abundantes para o funcionamento das máquinas.

D) realizava parte da produção por cada operário, com uso de máquinas e trabalho assalariado.

E) faziam interferências do processo produtivo por técnicos e gerentes com vistas a determinar o ritmo de produção.

03. (Enem–2010) *A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros, Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altosfornos eram como as pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.*

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (Adaptação).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

A) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.

B) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.

C) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.

D) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.

E) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

GABARITO

Fixação

01. C
02. C
03. A
04. B
05. A

Propostos

01. A
02. C
03. B
04. A
05. C
06. A
07. D
08. A) Com base nas informações do texto, podemos perceber que a Revolução Industrial gerou um certo descaso, por parte da população europeia, com o passado, afinal, após o século XVIII, o homem passou a valorizar o progresso e as suas conquistas em detrimento da experiência acumulada pela humanidade ao longo dos séculos.

B) Tanto a Primeira quanto a Segunda Revolução Industrial geraram uma mudança brusca no processo de produção do mundo ocidental. Substituindo as antigas manufaturas, as modernas indústrias, lançando mão de equipamentos como as máquinas movidas a vapor, tinham um potencial produtivo muito grande. Assim, não só a produção, mas também todo o comércio mundial sofreu as consequências de tal processo. Além disso, a relação entre os trabalhadores e seus patrões foi afetada, afinal, dada a busca pelo aumento da produtividade fabril, os operários passaram a ser submetidos, após o século XVIII, a altas jornadas de trabalho e a péssimas condições de segurança e trabalho.

Seção Enem

01. E 02. B 03. E

HISTÓRIA

MÓDULO 09 FRENTE B

Brasil Colônia: bandeirantismo, mineração e Período Pombalino

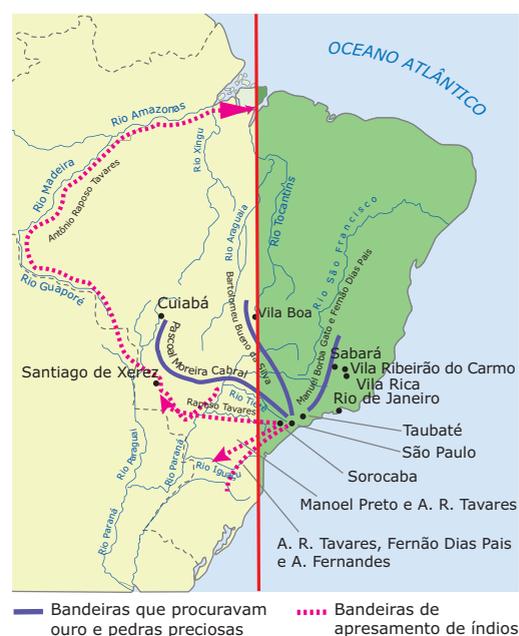
A INTERIORIZAÇÃO DA COLÔNIA

Um dos aspectos mais marcantes da estrutura colonial portuguesa na América, até a primeira metade do século XVII, foi a ocupação da faixa litorânea sem a realização de esforços para a interiorização. Essa situação advém da opção por um regime econômico vinculado aos interesses metropolitanos e que, portanto, exigia uma logística para a obtenção de lucros. Assim, estar no litoral facilitava o escoamento das mercadorias como o pau-brasil e a cana-de-açúcar, que visavam ao mercado externo. Nas palavras de frei Vicente do Salvador, os portugueses, semelhantemente aos caranguejos, apenas arranhavam a costa do Brasil.

Esse cenário apresentou substancial mudança com o avançar do século XVII. A penetração pelo interior da América Portuguesa se explica pela necessidade econômica, uma vez que algumas áreas litorâneas não conseguiram se desenvolver satisfatoriamente vinculadas ao projeto exportador. É o caso da capitania de São Vicente, que, nas primeiras décadas do século XVI, empreendeu uma agricultura de cana-de-açúcar que se mostrou fracassada devido à inadequação do solo e à distância dos principais mercados. Por consequência, a vila teve de buscar alternativas econômicas para a sua sobrevivência, desenvolvendo as chamadas bandeiras, atividade extremamente importante para o processo de interiorização da colônia portuguesa.

BANDEIRAS

A capitania de São Vicente se notabilizou por apresentar uma estrutura econômica de subsistência e por possuir um quadro social marcado por intensa miscigenação, com considerável presença de mamelucos, que seguiam os hábitos indígenas no cotidiano das vilas fundadas na região. No decorrer do Período Colonial, a precariedade socioeconômica exigiu a busca de alternativas para a sobrevivência dos habitantes dessa região.

Principais bandeiras

Bandeiras de apresamento

Na primeira metade do século XVII, a região de São Vicente se destacou pela realização de expedições para o interior do Brasil no intuito de capturar indígenas para serem escravizados. Essa possibilidade de enriquecimento ocorreu em virtude da agressiva política externa holandesa, que resultou na invasão das praças fornecedoras de escravos na costa africana. Uma vez que os flamengos garantiam apenas o abastecimento das regiões controladas por suas companhias de comércio, por exemplo, o Nordeste brasileiro, algumas áreas ficaram carentes de mão de obra, como é o caso das cidades de Salvador e Rio de Janeiro. Assim, os paulistas partiram em expedições pelo interior da colônia na intenção de aprisionar os gentios e vendê-los para essas regiões. Eram as chamadas bandeiras de apresamento, responsáveis pela destruição de inúmeras missões jesuíticas, principalmente na província de Guairá, território do atual estado do Paraná.

Muitos missionários optaram por avançar ainda mais para o Sul, com o intuito de fugir das ações abusivas dos bandeirantes. Foi nesse contexto que ocorreu a fundação da redução jesuítica de Sete Povos das Missões, a partir de 1687.

Bandeiras de prospecção

Na segunda metade do século XVII, intensificou-se a busca de metais preciosos no interior da colônia. Vários fatores foram determinantes para essa situação, como a necessidade de revitalização econômica do Estado português após a danosa dominação espanhola, além da crise da economia açucareira. A experiência obtida pelos paulistas através das bandeiras de apresamento, em crise naquele período histórico, contribuiu para a desenvoltura na busca de metais e de pedras preciosas pelo interior da colônia, como foi o caso da marcante expedição de Fernão Dias Pais, em 1674, em busca de esmeraldas. É importante lembrar que a Coroa portuguesa contribuiu financeiramente para determinadas bandeiras de prospecção, através da formação das chamadas Entradas Reais. Portanto, na segunda metade do século XVII, houve uma junção de esforços entre o Estado português e os bandeirantes, no sentido de se buscar uma nova atividade econômica que gerasse maior rentabilidade, no caso, a mineração.

Fernão Dias Pais

Fernão Dias Pais, nascido provavelmente em Piratininga, em 1608, é um dos mais famosos bandeirantes. Descendente dos primeiros povoadores de São Vicente, tomou parte de várias expedições de apresamento indígena no Sul do Brasil, na primeira metade do século XVII [...]
Foi com a expedição denominada "bandeira das esmeraldas", iniciada em 21 de julho de 1674, quando tinha 67 anos de idade, que acabou explorando e tornando conhecida grande parte das terras do que seria mais tarde a capitania de Minas Gerais, desde a cabeceira do Rio das Velhas até a Zona do Serro Frio, região que se tornou uma das mais ricas e cobiçadas com a descoberta do ouro. O bandeirante achou somente "pedras verdes", na verdade turmalinas e não esmeraldas, como buscava e acreditava. Junto com ele, conforme o costume dos "paulistas", fizeram parte da expedição vários parentes, entre os quais Borba Gato (futuramente descobridor do rico veio aurífero em Sabará), seu genro, e dois filhos, Garcia Rodrigues Pais e José Dias Pais. O último, filho ilegítimo, foi enforcado pelo pai por ter liderado uma conspiração. Durante sete anos, Fernão Dias Pais andou em busca das "esmeraldas", mas acabou morrendo de febre palustre, no arraial denominado Sumidouro, próximo a Sabará, em 1681.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000. p. 232.

Benedito Calixto de Jesus

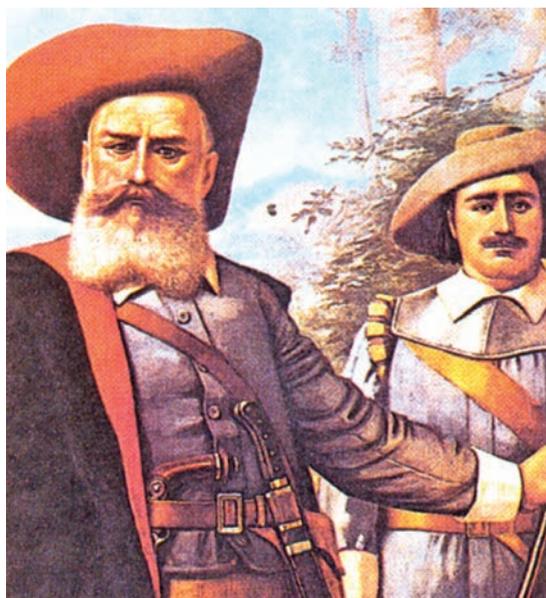



Imagem do bandeirante Domingos Jorge Velho.

Antônio Rodrigues de Arzão foi o primeiro bandeirante a localizar jazidas de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, em 1693, nas proximidades de cataguases. Já em 1698, foi encontrado ouro por Antônio Dias Oliveira na região que passaria a ser designada de Vila Rica. A vila, hoje conhecida por Ouro Preto, foi o principal núcleo de exploração mineral na América Portuguesa, mudando por completo as estruturas políticas e econômicas vigentes na relação entre Portugal e Brasil com o avançar do século XVIII. Cabe ressaltar que a atuação dos bandeirantes contribuiu para a delimitação das atuais fronteiras brasileiras.

Monções

A expansão para o interior do Brasil Colonial também contou com a colaboração das monções, ou seja, expedições que utilizavam as vias fluviais para o processo de deslocamento para as regiões longínquas da América Portuguesa. Os rios brasileiros passaram a ser utilizados como aliados no processo de ocupação, já que muitas vezes impediam o avanço das expedições terrestres quando o leito era muito extenso e dificultavam a passagem dos bandeirantes. O nome monções se origina dos ventos que colaboravam para trazer as caravelas portuguesas para a costa da colônia americana. Curioso notar que as embarcações que iam para o interior partiam no mesmo período em que os barcos europeus se deslocavam para a América, ou seja, entre os meses de março e abril. Porém, cabe ressaltar que as pequenas embarcações que buscavam o interior não utilizavam a energia eólica, sendo movidas apenas pela força dos remos.

No contexto da mineração do século XVIII, as monções assumiram um importante papel no processo de abastecimento da região, saindo para o interior algumas frotas que contavam com aproximadamente 300 embarcações. A opção pelos comboios era fundamental para se evitar os ataques indígenas e outras adversidades que o interior colonial poderia apresentar.

Também deve ser lembrado, como atividade vinculada aos bandeirantes, o sertanismo de contrato, que consistia na contratação de bandeirantes com o intuito da captura de escravos fugidos ou mesmo da destruição de quilombos. O dinheiro para o pagamento de tal ação, normalmente, advinha dos grandes proprietários, que se uniam para a eliminação de ameaças ao sistema escravista. O grande exemplo dessa ação consiste na destruição do Quilombo de Palmares, em fins do século XVII, pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

Bandeirantes: a construção do mito

A historiografia acerca dos bandeirantes mostra-se intensamente controversa. Os primeiros compêndios da história brasileira, produzidos no século XIX, construíram a imagem dos bandeirantes como pioneiros no processo de desenvolvimento do Brasil. A ideia de coragem, de espírito civilizador e missionário soma-se ao desejo de vincular a figura do bandeirante à presença portuguesa no interior da colônia. Seria a contribuição lusa para a formação territorial de nossa nação. Com o avançar do século XX, a historiografia buscou aproximar o bandeirante de uma concepção mais realista para o cenário colonial português dos séculos XVII e XVIII. Em primeiro lugar, cabe ressaltar a presença de poucos portugueses nessas expedições. As bandeiras eram compostas, em sua maioria, de miscigenados. Com hábitos tipicamente indígenas, esses mamelucos não foram responsáveis por estender a civilização portuguesa para o interior, já que sequer compartilhavam desse conceito civilizatório. Destaca-se, portanto, que as bandeiras foram movidas pelo desejo de enriquecimento pessoal, e que as ações dos "paulistas" no interior do Brasil se distanciaram, em virtude da ganância e da violência, especialmente contra comunidades indígenas, das idealizadas ações referendadas pelos historiadores do século XIX.

MINERAÇÃO

A notícia a respeito das minas de ouro e de diamante rapidamente se espalhou no território brasileiro e em Portugal. A consequência imediata dessa situação foi a ampliação do fluxo migratório, em especial o português, para a região. Calcula-se que, do final do século XVII até os últimos anos do século XVIII, o Brasil passou de 300 mil habitantes para aproximadamente 3 300 000. Essa situação exigiu um controle maior pela Coroa portuguesa, já que, diferentemente da cana-de-açúcar, o ouro era uma riqueza não renovável, e, portanto, se a tributação fosse perdida, não seria possível uma segunda arrecadação.

Assim, já em 1702, foi fundada a Intendência das Minas, órgão português responsável pela gerência das atividades de exploração da região aurífera. A Intendência apresentava duas atribuições fundamentais:

- Distribuir as datas de ouro para a extração. O principal critério para a aquisição desses lotes por seus pretendentes era ter a propriedade de escravos, que seriam os braços responsáveis pela extração do ouro. Esse critério favorecia os exploradores com maior poderio econômico e permitia à Coroa portuguesa maior arrecadação tributária.
- Promover a tributação do ouro, visando garantir o aumento do erário português.

Nesse sentido, a política tributária na região das Minas variou conforme as circunstâncias presentes no decorrer do século XVIII. Naturalmente, a opressão tributária ocasionou vários conflitos, como a Revolta de Felipe dos Santos em 1720. Destaca-se a cobrança do **quinto**, ou seja, 20% do ouro extraído pelo minerador. Para facilitar e registrar a tributação, o ouro era quintado nas **casas de fundição**, criadas em 1720. A Coroa portuguesa também chegou a cobrar a **capitação**, caracterizada pela cobrança de 17 gramas de ouro por cada cabeça de escravo. A ganância lusitana chegou ao auge quando se estabeleceu a **finta** em 1750, que consistia na arrecadação anual mínima de 100 arrobas de ouro (1 468,9 Kg). Caso essa cota não fosse atingida, seria realizada a **derrama**, marcada pela cobrança de impostos atrasados e confisco do ouro até atingir a meta estabelecida pela finta. A Coroa também cobrava impostos para a circulação de mercadorias na região das minas, conhecidos como **impostos de entrada**.

A mineração foi marcada pela fundação de núcleos urbanos em torno das principais áreas de exploração do ouro, como Vila Rica, Mariana e Sabará. A formação dessas cidades exigia a necessidade de abastecimento, visto o considerável número de pessoas dedicadas a setores vinculados direta ou indiretamente à extração do ouro. A consequência óbvia dessa situação foi o fortalecimento do comércio intercolonial, com destaque para a vinda de gado do Sul.

Dessa forma, pode-se notar que a colônia iniciava o lento processo de integração territorial. Com o intuito de fácil lucro, muitos fazendeiros intensificaram a atividade agrícola em torno das minas com o objetivo de abastecer os milhares de habitantes da região. Essa situação não impediu momentos de precariedade e crises de abastecimento, objeto de constante preocupação da Coroa portuguesa, já que isso ocasionava instabilidade sociopolítica.

A relação de trabalho se baseava na exploração da mão de obra escrava. O universo urbano ocasionava, naturalmente, novas relações entre senhores e escravos, que reduziam, em algumas situações, o quadro de opressão tão presente nas atividades rurais. A presença dos escravos de ganho em setores de comércio e serviço enriquecia a diversidade social das minas. Essa situação não esconde a opressão que muitos escravos sofreram quando foram submetidos a longas jornadas de trabalho nas minas com o objetivo de enriquecer seus proprietários mineradores.

Creative Commons

Arquitetura barroca em Minas

Desclassificados do ouro

A região das Minas também se destacou pela diversidade social comum do espaço urbano. Comerciantes, artistas, padres, funcionários públicos, escravos e mineradores se misturavam a outros estratos sociais, fazendo das minas um espaço até então nunca visto no território colonial, com o nascimento de uma cultura urbana, dotada de suas próprias peculiaridades e promotora de uma maior circulação de informação e conhecimento. A historiografia tradicional vincula essa variação populacional e cultural a uma maior possibilidade de ascensão social, visto a riqueza imediata que o ouro representava e as inúmeras atividades econômicas que surgiram em torno do ouro. A despeito dessa situação, cabe ressaltar que o escritor Sérgio Buarque de Holanda referencia que os negócios em torno do ouro e dos diamantes ocupavam apenas 1/3 da população, sendo que o restante vivia de atividades secundárias à mineração.

Justifica-se, portanto, a afirmativa de Celso Furtado de que, apesar da intensa utilização do trabalho escravo na extração do ouro, esse tipo de mão de obra não constituiu a maioria na capitania das Minas.

Porém, é valido lembrar, conforme muito bem analisa a historiadora Laura de Mello e Souza em sua obra *Desclassificados do ouro*, que o quadro social das Minas era fortemente marcado pela marginalização de grande parte da população, que, a despeito de toda a riqueza que o ouro representava, ficava mergulhada em profunda pobreza. É o chamado falso fausto, ou seja, o esplendor das Minas não foi, necessariamente, o enriquecimento de uma sociedade.

> [...] A sociedade era pobre, e creio poder dizer que as festas eufóricas do século XVIII tenham sido grandemente responsáveis por uma manipulação "autoritária" da estrutura social, na medida em que uma das visões possíveis da sociedade foi imposta como a visão da sociedade, a que mais acertadamente refletia a estrutura social – no caso, a visão de riqueza e de opulência.
>
> Na sociedade mineradora – como, de resto, nas outras partes da colônia –, eram privilegiados os elementos que tivessem mais número de escravos. Mais da metade das lavras estavam concentradas nas mãos de menos de 1/5 dos proprietários de negros; o próprio critério de concessão de datas assentava-se na quantidade de cativos possuídos, as maiores extensões indo para as mãos dos grandes senhores. Para estes, o luxo e a ostentação existiram de fato – não como sintomas de irracionalidade, conforme disseram muitos, mas como sinal distintivo do *status* social, como instrumento de dominação necessário à consolidação e manutenção do mando. Acumulação de escravos e luxo aparecem, aqui, como características de uma sociedade escravista específica, própria ao sistema colonial, e indicam o seu caráter extremamente restritivo [...]
>
> SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. Rio de Janeiro: Grall, 1996.

Entre 1740 e 1770, ocorreu o auge da mineração no Brasil. Após essa fase, a atividade aurífera entrou em crise. Vários fatores contribuíram para esse novo cenário, com destaque para o esgotamento do ouro de aluvião, retirado nos barrancos e nas encostas de rios, e para as técnicas rudimentares que inviabilizavam a exploração do ouro em regiões subterrâneas, como viria a ocorrer a partir do século XIX. A retração econômica da região não significou o desaparecimento dos núcleos urbanos, mas assinalou o fim de uma importante fase do sistema colonial português na América. É importante lembrar que grande parte da riqueza produzida no período acabou por ser transferida para a Europa, sendo parte componente do processo de acumulação de capital pela Inglaterra.

Arraial do Tijuco – Diamantes

Durante a exploração do ouro nas Minas, foram descobertos os primeiros diamantes na região do Arraial do Tijuco, atual cidade de Diamantina. A exploração, iniciada em torno de 1729, era de complexa fiscalização, já que o diamante é um produto facilmente contrabandeado, além de difícil tributação. A situação extrema da região do Serro acabou levando a Coroa portuguesa a empreender um controle direto da extração de diamantes, fundando a Real Extração, em 1771. A área do Arraial do Tijuco ficou submetida ao controle direto do Estado lusitano, sendo a livre entrada para a região proibida. O intendente do diamante, responsável pela exploração da região, era nomeado diretamente pelo rei, não sendo submetido ao controle das autoridades coloniais, como o governador geral. O modelo da Real Extração adentrou o século XIX, sendo mantido pelo Estado imperial após a Independência, e somente foi abolido no Segundo Reinado.

PERÍODO POMBALINO

Na segunda metade do século XVIII, o Estado português passou por uma série de reformas realizadas pelo então ministro do rei José I, o chamado marquês de Pombal. O intuito era promover uma modernização nas estruturas administrativas do reino, reduzindo a dependência portuguesa dos outros impérios europeus. O impacto dessas realizações foi determinante para a história portuguesa e, por consequência, para as regiões coloniais controladas pelo reino. O que se percebeu foi uma clara influência dos conceitos racionais iluministas nas medidas tomadas por Pombal, possibilitando defini-lo como um déspota esclarecido, embora não realizasse suas ações na condição de monarca.

Louis-Michel Van Loo e Claude-Joseph Vernet

Marquês de Pombal, representante do despotismo esclarecido em Portugal

Curioso notar que, mesmo sobre a influência do pensamento da Ilustração, Pombal reiterou medidas mercantilistas no trato das questões coloniais. Essa negação das práticas liberais, em voga entre os pensadores da época, justificava-se pelo anseio de fortalecer o reino português, mediante uma exploração mais racionalizada das áreas coloniais, por meio da acumulação de capital, essencial para a independência lusitana frente aos poderosos países da época, como Inglaterra e França. Deve-se lembrar de que, durante o Período Pombalino, um forte tremor causou grandes estragos em Lisboa, gerando uma demanda extra por capital. Entre as medidas tomadas pelo marquês de Pombal, destacam-se:

- centralização administrativa no Brasil, por meio da extinção do sistema de capitanias hereditárias;
- expulsão dos jesuítas do reino em 1759, com o intuito de reduzir o poder político da ordem religiosa e de ampliar as ações laicas;
- criação do subsídio literário, imposto que deveria custear a educação, já que a expulsão dos jesuítas enfraqueceu as estruturas educacionais;
- proibição da escravidão indígena em 1757, passando a considerar o nativo submetido legalmente às regras portuguesas;
- criação de companhias de comércio que seriam responsáveis pelo monopólio mercantil das regiões designadas, garantindo o aumento das rendas da Coroa. A Companhia Geral do Comércio do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a Companhia Geral do Comércio de Pernambuco são exemplos desse modelo;
- maior controle fiscal das atividades mineradoras. Como exemplo, cabe ressaltar a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro (1763), a instauração da primeira derrama (1762-1763) e a criação da Real Extração (1771).

Apesar das grandes realizações entre 1750 e 1777, Pombal não se sustentou no poder após a morte do monarca José I. Seus adversários políticos conseguiram manipular a monarca D. Maria I para afastar o governante de seus encargos – provocando uma reação conservadora, contrária às medidas modernizantes de Pombal – e implementar a reaproximação do reino luso com a Inglaterra, elemento determinante para o rumo da Coroa portuguesa nas décadas iniciais do século XIX.

Fronteiras

O século XVIII também foi fundamental para o estabelecimento das novas fronteiras que separavam as possessões portuguesas e espanholas na América.

O Tratado de Madrid (1750) foi fundamental para a definição das fronteiras brasileiras.

O novo limite substituiu o Tratado de Tordesilhas de 1494 e apresentou como principal ponto de referência a aplicação do princípio do *Uti Possidetis*, ou seja, as fronteiras seriam traçadas conforme a ocupação territorial realizada até a metade do século XVIII. Assim, os avanços portugueses promovidos durante os primeiros séculos de ocupação foram reconhecidos, fortalecendo o espaço de domínio lusitano na América. Como principais pontos dessa nova limitação, destacam-se:

- a ampliação da fronteira norte para o oeste, chegando ao limite das últimas missões jesuíticas portuguesas na Bacia Amazônica;
- a ampliação da região central do Brasil para oeste, conforme a ocupação realizada pela pecuária e pela extração aurífera;
- a anexação do território de Sete Povos das Missões pelos portugueses no Sul do Brasil;
- a entrega da colônia de Sacramento aos espanhóis, visto que essa região se apresentava incrustada nas possessões espanholas da América.

Apesar dos vários desacordos entre as duas Coroas após a assinatura do Tratado de Madrid, devido aos conflitos europeus da segunda metade do século XVIII – fato responsável pela assinatura de novos acordos –, as fronteiras do Tratado de Madrid marcam de maneira mais legítima as atuais fronteiras do Brasil.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (Fatec-SP–2010) *Neste caso, como em quase tudo, os adventícios* [que chegaram depois] *deveriam habituar-se às soluções e muitas vezes aos recursos materiais dos primitivos moradores da terra. Às estreitas veredas e atalhos que estes tinham aberto para uso próprio nada acrescentariam aqueles de considerável, ao menos durante os primeiros tempos. Para o sertanista branco ou mameluco, o incipiente sistema de viação que aqui encontrou foi um auxiliar tão prestimoso e necessário quanto o fora para o indígena. Donos de uma capacidade de orientação nas brenhas selvagens, em que tão bem se revelam suas afinidades com o gentio, mestre e colaborador inigualável nas entradas, sabiam os paulistas como transpor pelas passagens mais convenientes as matas espessas ou as montanhas aprumadas, e como escolher sítio para fazer pouso e plantar mantimentos.*

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 19 (Adaptação).

Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda, sobre os indígenas e os sertanistas que circulavam pelo sistema de estradas que ligavam a vila de São Paulo ao Sertão e à Costa, é **CORRETO** afirmar que

A) os sertanistas precisaram construir muitas vias de acesso entre São Paulo e o Sertão, substituindo as poucas e estreitas veredas abertas pelos indígenas.

B) os indígenas foram importantes colaboradores dos paulistas nas entradas.

C) os sertanistas, ao contrário dos indígenas, pouco sabiam da arte de transpor as matas e escolher o melhor lugar para fazer pouso.

D) os sertanistas não conseguiram se adaptar aos recursos materiais dos indígenas.

E) os indígenas se diferenciavam dos sertanistas por terem uma capacidade maior de transpor montanhas e de plantar mantimentos.

02. (FUVEST-SP–2010) *E o pior é que a maior parte do ouro que se tira das minas passa em pó e em moeda para os reinos estranhos e a menor quantidade é a que fica em Portugal e nas cidades do Brasil* [...]

ANTONIL, João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, 1711.

Essa frase indica que as riquezas minerais da colônia

A) produziram ruptura nas relações entre Brasil e Portugal.

B) foram utilizadas, em grande parte, para o cumprimento do Tratado de Methuen entre Portugal e Inglaterra.

C) prestaram-se, exclusivamente, aos interesses mercantilistas da França, da Inglaterra e da Alemanha.

D) foram desviadas, majoritariamente, para a Europa por meio do contrabando na região do Rio da Prata.

E) possibilitaram os acordos com a Holanda, que asseguraram a importação de escravos africanos.

03. (UFMG) Leia o texto.

Doenças, acidentes, deserções, combates com os índios iam dizimando paulatinamente a tropa. [...] *Num dos momentos mais difíceis da aventura, o filho bastardo de Fernão, José Pais, compreendeu que a única maneira de retornar à casa seria matando o obstinado líder da bandeira. Mas Fernão descobriu a conspiração e quem morreu – enforcado à vista do Arraial – foi José. E com ele seus companheiros de conjura.*

SANTOS, C. Moreira dos. *Jornal do Brasil*, Caderno B, 27 abr. 1974.

Assinale a alternativa que apresenta afirmação **CORRETA** sobre as bandeiras que penetraram o Sertão brasileiro no século XVII.

A) O caráter nômade e provisório das bandeiras impediu que elas iniciassem a fixação de população no interior.

B) A adversidade da natureza impediu que os bandeirantes dessem início a qualquer tipo de atividade de subsistência.

C) Os índios encontrados pelo caminho eram exterminados, quando impediam a captura de mão de obra negra e escrava.

D) Os bandeirantes paulistas, soltos no Sertão bravio, muitas vezes usurpavam do rei o poder que este lhes delegara.

04. (FGV-SP) [...] *assistimos no final do século XVII, após a descoberta das minas, não a uma nova configuração da vila nem à ruptura brusca com o padrão anterior, ao contrário, à consolidação de todo um processo de expansão econômica, de mercantilização e de concentração de poder nas mãos de uma elite local. A articulação com o núcleo mineratório dinamizará esse quadro, mas não será, de forma alguma, responsável por sua existência.*

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 125.

O texto anterior refere-se

A) à vila de São Luís e ao seu papel de núcleo articulador entre a economia exportadora e o mercado interno colonial.

B) à vila de São Paulo, cuja integração a uma economia de mercado teria ocorrido antes da descoberta dos metais preciosos.

C) à vila de Ouro Preto, importante centro agrícola e pecuarista encravado no interior da América Portuguesa.

D) à vila de Cuiabá, principal entreposto de tropeiros e comerciantes que percorriam as precárias rotas do Centro-Sul.

E) à vila de Mariana, importante centro distribuidor de indígenas apresados pelos bandeirantes.

05. (Mackenzie-SP) *Como decorrência do caminho, constituiu-se a civilização paulista* [...] *Na faina sertaneja e predadora dos paulistas, desenvolveram-se hábitos próprios, tributários dos indígenas e incorporados mesmo por aqueles que haviam nascido na Europa, como o alentejano Antônio Raposo Tavares.*

Laura de Mello e Souza

O texto reporta-se às características da vida paulista no Período Colonial e seu significado. Sobre esses fatos, **NÃO** podemos dizer que

A) o isolamento e a reduzida importância econômica da região resultaram num forte senso de autonomia entre a gente paulista.

B) casas de taipa, móveis rústicos, tendo com o idioma dominante o tupi-guarani até o século XVIII, essa era a vila de São Paulo.

C) mestiços rudes, os mamelucos paulistas vagavam pelos sertões, apresando índios, buscando ouro ou atacando quilombos.

D) o alargamento da fronteira foi uma consequência inconsciente da luta desses homens pela sobrevivência.

E) o prestígio do bandeirante deve-se à integração dos vicentinos à economia exportadora açucareira.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG) Em relação à política de abastecimento das autoridades metropolitanas para a capitania de Minas Gerais, os fatores econômicos foram menos determinantes que os políticos.

Essa afirmação justifica-se porque tais autoridades

A) se encarregavam de estocar os alimentos e de reparti-los entre todos os moradores da região, evitando a ação dos atravessadores.

B) adotavam medidas para evitar a escassez de produtos, especialmente a carne, buscando impedir motins e tumultos na região.

C) concentravam as sesmarias nas mãos de indivíduos com grandes plantéis de escravos, tendo em vista a expansão da monocultura.

D) distribuíam as datas visando ao aumento da safra anual de grãos, que atenderia às demandas da população.

02. (UNESP) *Já se verificando nesta época a diminuição dos produtos das Minas, viu-se o capitão Bom Jardim obrigado a voltar suas vistas para a agricultura* [...] *Seus vizinhos teriam feito melhor se tivessem seguido exemplo tão louvável em vez de desertar o país, quando o ouro desapareceu.*

MAWE, John. *Viagens ao interior do Brasil, principalmente aos Distritos do Ouro e Diamantes*.

Segundo as observações do viajante inglês, os efeitos imediatos da decadência da extração aurífera em Minas Gerais foram

A) a esterilização do solo mineiro e a queda da produção agropecuária.

B) a crise econômica e a consolidação do poder político das antigas elites mineiras.

C) a instalação de manufaturas e a suspensão dos impostos sobre as riquezas.

D) a conversão agrícola da economia e o esvaziamento demográfico da província.

E) a interrupção da exploração do ouro e a decadência das cidades.

03. (FUVEST-SP) As reformas pombalinas propuseram, em relação ao Brasil,

A) a expulsão dos mercenários e o afrouxamento das práticas mercantilistas.

B) a expulsão dos jesuítas e uma política de liberdade do indígena.

C) a criação de um sistema de intendências e a formação de companhias privilegiadas.

D) a subordinação da Igreja ao Estado e a permissão para o surgimento da imprensa.

E) o fomento às atividades manufatureiras na colônia e o combate aos espanhóis no Sul.

04. (UECE) Entre as principais medidas tomadas pelo marquês de Pombal com relação à colonização do Brasil, pode-se assinalar **CORRETAMENTE**:

A) Permissão para a criação de manufaturas e de indústrias no Brasil, liberalização dos impostos alfandegários sobre os produtos brasileiros e maior controle sobre as atividades religiosas.

B) Criação de companhias de comércio, expulsão dos jesuítas e maior pressão fiscal sobre as áreas produtoras de ouro.

C) Transferência da capital da colônia do Rio de Janeiro para Salvador, expulsão da Companhia de Jesus dos territórios portugueses e criação de mesas de negociação de impostos com os produtores de ouro.

D) Extinção dos monopólios comerciais estatais, assinatura de acordos com a Igreja sobre a ação dos jesuítas e transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio de Janeiro.

05. (UFMG) Leia estes trechos de documentos relacionados ao Brasil Colonial, atentando para os processos históricos a que se referem:

I. [...] a grande constância de outros, desprezando as inclemências do tempo, desatendendo ao trabalho das marchas, vencendo os descômodos da vida, e perdendo o temor aos assaltos, continuavam a cortar bosques, a abrir caminhos, a penetrar sertões, a combater com o gentio bárbaro, fazendo a muitos e algumas mulheres prisioneiros [...]

II. [...] quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas, perpetuamente ardentes; as labaredas que estão saindo a borbotões de cada uma pelas duas bocas, ou ventas, por onde respiram o incêndio; os etíopes, ou cíclopes, banhados em suor tão negros como robustos que subministram a grossa e dura matéria ao fogo [...] não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.

III. Ali ignora-se o uso da verruma, o método de conhecer o interior e as diversas camadas de terras: as ciências naturais, a mineralogia, a química, o conhecimento da mecânica, das leis do movimento e da gravidade dos corpos, tudo está ali muito na sua infância; das máquinas hidráulicas apenas se conhece ainda muito imperfeita, a que, pela sua figura e construção, chamam rosário [...]

IV. [...] o conde enriqueceu e ornou com edifícios vilas e cidades. Construiu pontes e palácios para utilidade e beleza. Erigiu, em parte por sua munificência, um templo para a piedade e para o serviço divino. Teve consigo e favoreceu, na paz e na guerra, os mais eminentes artistas [...] para que eles mostrassem, vencidos, [...] os lugares, as terras e as cidades que ele próprio vencesse.

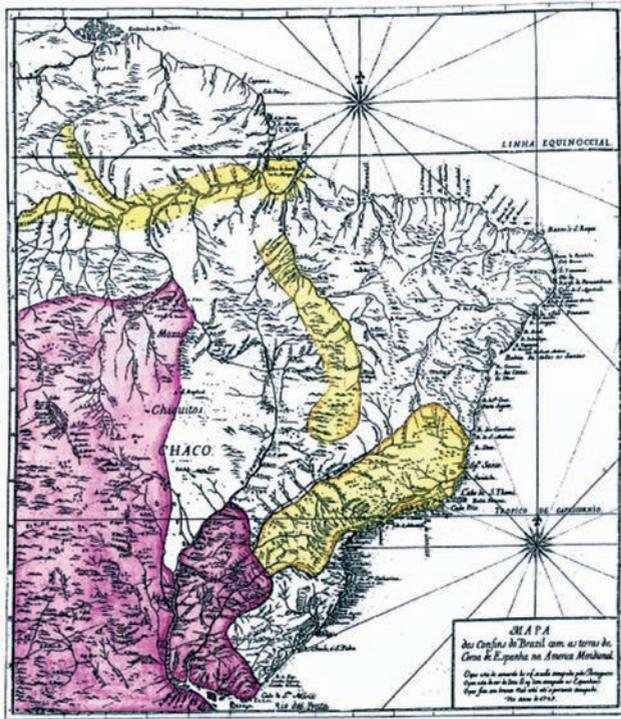
Os trechos I, II, III e IV fazem referência, respectivamente,

A) à ação dos quilombolas, aos motins coloniais, às atividades agrícolas indígenas e à construção da cidade de Salvador.

B) à pecuária, ao batuque dos negros, à arte naval portuguesa e à transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro.

C) ao bandeirantismo, aos engenhos de açúcar, às técnicas de mineração e à presença holandesa no Nordeste açucareiro.

D) ao tráfico negreiro, aos rituais indígenas, às moendas de açúcar e à urbanização das vilas das Minas Gerais.

06. (UFMG) Observe este mapa:

MAPA DAS CORTES [Mapa do Rio de Janeiro].
Mapoteca do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Esse mapa serviu de base aos representantes das Coroas portuguesa e espanhola para o estabelecimento do Tratado de Madrid, assinado em 1750, que definiu os novos limites na América entre as terras pertencentes a Portugal e à Espanha.

Considerando-se essa informação, é **CORRETO** afirmar que o Tratado de Madrid

A) substituiu o Tratado de Tordesilhas e conferiu às possessões lusas e espanholas na América uma feição mais próxima do que tinha sido a efetiva ocupação de terras pelas duas Coroas.

B) estabeleceu uma conformação do território brasileiro muito distante da sua aparência atual, por ter respeitado espaços previamente ocupados pelos espanhóis no continente americano.

C) manteve, com poucas alterações, o que já estava estabelecido pelos tratados anteriormente negociados entre as monarquias de Portugal e da Espanha, desde a Bula Intercoetera, editada em 1493.

D) levou Portugal a desistir da soberania sobre grande parte da Amazônia em troca do controle da Bacia do Prata, área estratégica para o domínio do interior do Brasil após a descoberta de ouro.

07. (UFMG) Antonil, jesuíta que viveu no Brasil, no Período Colonial, destacou a importância da posse de escravos, descrevendo-os como "as mãos e os pés do senhor".

Na perspectiva da economia colonial, essa importância pode ser confirmada pela vinculação entre o número de escravos possuídos e a doação de

A) capitanias hereditárias, lotes de terras em que foi dividida a colônia.

B) datas de ouro, lotes de terra destinados à exploração mineral.

C) sesmarias, para exploração, de acordo com o Regimento de Tomé de Souza.

D) títulos de nobreza, necessários à obtenção de terras para a agricultura.

08. (UESPI–2010) O Tratado estabelecido entre Portugal e Espanha, em 1750, bem diferente do firmado em 1494, propiciou o reconhecimento internacional de uma configuração dos limites do Brasil, quase idêntica à atual, e recebeu o nome de

A) Tratado de Santo Idelfonso.

B) Tratado de Methuen.

C) Tratado de Madrid.

D) Tratado de Tordesilhas.

E) Tratado de Westfália.

09. (Unicamp-SP–2011)

A arte colonial mineira seguia as proposições do Concílio de Trento (1545-1553), dando visibilidade ao catolicismo reformado. O artífice deveria representar passagens sacras. Não era, portanto, plenamente livre na definição dos traços e temas das obras. Sua função era criar, segundo os padrões da Igreja, as peças encomendadas pelas confrarias, grandes mecenas das artes em Minas Gerais.

SANTIAGO, Camila F. G. Traços europeus, cores mineiras: três pinturas coloniais inspiradas em uma gravura de Joaquim Carneiro da Silva. In: FURTADO, Junia. (Org.) *Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica*. Europa, Américas e África. São Paulo: Annablume, 2008. p. 385 (Adaptação).

Considerando as informações do enunciado, a arte colonial mineira pode ser definida como

A) renascentista, pois criava na colônia uma arte sacra própria do catolicismo reformado, resgatando os ideais clássicos, segundo os padrões do Concílio de Trento.

B) barroca, já que seguia os preceitos da Contrarreforma. Era financiada e encomendada pelas confrarias e criada pelos artífices locais.

C) escolástica, porque seguia as proposições do Concílio de Trento. Os artífices locais, financiados pela Igreja, apenas reproduziam as obras de arte sacra europeias.

D) popular, por ser criada por artífices locais, que incluíam escravos, libertos, mulatos e brancos pobres que se colocavam sob a proteção das confrarias.

10. (UFC) Leia o trecho a seguir.

Na mineração, como de resto em qualquer atividade primordial da colônia, a força de trabalho era basicamente escrava, havendo entretanto os interstícios ocupados pelo trabalho livre ou semilivre.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro*: pobreza mineira no século XVIII. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. p. 68.

Com base nesse trecho sobre o trabalho livre praticado nas áreas mineradoras do Brasil Colônia, é **CORRETO** afirmar que,

A) devido à abundância de escravos no período do apogeu da mineração, os homens livres conseguiam viver exclusivamente do comércio de ouro.

B) em função da riqueza geral proporcionada pelo ouro, os homens livres dedicavam-se à agricultura comercial, vivendo com relativo conforto nas fazendas.

C) perseguidos pela Igreja e pela Coroa, os homens livres procuravam sobreviver às custas da mendicância e da caridade pública.

D) sem condições de competir com as grandes empresas mineradoras, os homens livres dedicavam-se à “faiscagem” e à agricultura de subsistência.

E) em função de sua educação, os homens livres conseguiam trabalho especializado nas grandes empresas mineradoras, obtendo confortáveis condições de vida.

11. (UERJ)

Ano	Produção aurífera (kg)
1699	725
1701	1 785
1704	9 000
1720	25 000
1725	20 000

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

O século XVIII foi marcado por inúmeras descobertas de ouro no Brasil, possibilitando um aumento da extração desse metal, como se observa na tabela anterior.

Essas descobertas provocam mudanças significativas na organização colonial, tais como

A) recuperação agrícola do Nordeste e redução das atividades pastoris.

B) estabelecimento da capital na cidade do Rio de Janeiro e incentivo às atividades urbanas.

C) declínio da utilização de mão de obra escrava e ampliação do trabalho assalariado nas Minas.

D) superação da condição de colônia e elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves.

12. (UERJ–2010) As expedições destinadas ao apresamento de indígenas constituíram, como se pode observar no mapa a seguir, a principal atividade realizada pelos bandeirantes paulistas entre os séculos XVI e XVIII.

Esquema geral das expedições de apresamento (1550-1720)

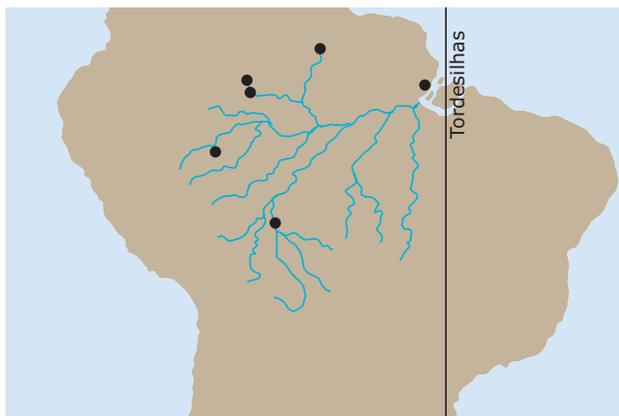
ESTABELEÇA a relação existente entre as expedições de apresamento e as atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes da capitania de São Vicente. Em seguida, **IDENTIFIQUE** um efeito dessas expedições para a colônia portuguesa na América.

13. (Unicamp-SP) No Brasil Colonial, além da produção açucareira escravista, o historiador Caio Prado Júnior (em *Formação do Brasil Contemporâneo*) enumera outras atividades econômicas importantes, como a mineração do século XVIII, que era também uma atividade voltada para o comércio externo.

A) **CARACTERIZE** a mineração no século XVIII em termos de região geográfica, organização do trabalho e desenvolvimento urbano.

B) **CITE** e **CARACTERIZE** duas outras atividades econômicas do Brasil Colonial que não eram voltadas para o comércio externo.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2003) O mapa a seguir apresenta parte do contorno da América do Sul, destacando a Bacia Amazônica. Os pontos assinalados representam fortificações militares instaladas no século XVIII pelos portugueses. A linha indica o Tratado de Tordesilhas revogado pelo Tratado de Madrid, apenas em 1750.

MATTOS, Carlos de Meira de. *Geopolítica e teoria de fronteiras* (Adaptação).

Pode-se afirmar que a construção dos fortes pelos portugueses visava, principalmente, a dominar

A) militarmente a bacia hidrográfica do Amazonas.

B) economicamente as grandes rotas comerciais.

C) as fronteiras entre nações indígenas.

D) o escoamento da produção agrícola.

E) o potencial de pesca da região.

02. (Enem–2010) *Os tropeiros foram figuras decisivas na formação de vilarejos e cidades do Brasil Colonial. A palavra tropeiro vem de "tropa" que, no passado, se referia ao conjunto de homens que transportava gado e mercadoria. Por volta do século XVIII, muita coisa era levada de um lugar a outro no lombo de mulas. O tropeirismo acabou associado à atividade mineradora, cujo auge foi a exploração de ouro em Minas Gerais e, mais tarde, em Goiás. A extração de pedras preciosas também atraiu grandes contingentes populacionais para as novas áreas e, por isso, era cada vez mais necessário dispor de alimentos e produtos básicos. A alimentação dos tropeiros era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité (um molho de vinagre com fruto cáustico espremido). Nos pousos, os tropeiros comiam feijão quase sem molho com pedaços de carne de sol e toucinho, que era servido com farofa e couve picada. O feijão tropeiro é um dos pratos típicos da cozinha mineira e recebe esse nome porque era preparado pelos cozinheiros das tropas que conduziam o gado.*

Disponível em http://www.tribunadoplanalto.com.br. Acesso em: 27 nov. 2008.

A criação do feijão tropeiro na culinária brasileira está relacionada à

A) atividade comercial exercida pelos homens que trabalhavam nas minas.

B) atividade culinária exercida pelos moradores cozinheiros que viviam nas regiões das minas.

C) atividade mercantil exercida pelos homens que transportavam gado e mercadoria.

D) atividade agropecuária exercida pelos tropeiros que necessitavam dispor de alimentos.

E) atividade mineradora exercida pelos tropeiros no auge da exploração do ouro.

03. (Enem–2006) *No princípio do século XVII, era bem insignificante e quase miserável a Vila de São Paulo. João de Laet dava-lhe 200 habitantes, entre portugueses e mestiços, em 100 casas: a Câmara, em 1606, informava que eram 190 os moradores, dos quais 65 andavam homiziados*.*

**homiziados = escondidos da Justiça*

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1964

Na época da invasão holandesa, Olinda era a capital e a cidade mais rica de Pernambuco. Cerca de 10% da população, calculada em aproximadamente 2 000 pessoas, dedicavam-se ao comércio, com o qual muita gente fazia fortuna. Cronistas da época afirmavam que os habitantes ricos de Olinda viviam no maior luxo.

FEST, Hildegard. *Pequena história do Brasil holandês*. São Paulo: Moderna, 1995 (Adaptação).

Os textos anteriores retratam, respectivamente, São Paulo e Olinda no início do século XVII, quando Olinda era maior e mais rica. São Paulo é, atualmente, a maior metrópole brasileira e uma das maiores do planeta. Essa mudança deveu-se, essencialmente, ao seguinte fator econômico:

A) maior desenvolvimento do cultivo da cana-de-açúcar no planalto de Piratininga do que na Zona da Mata Nordestina.

B) atraso no desenvolvimento econômico da região de Olinda e Recife, associado à escravidão, inexistente em São Paulo.

C) avanço da construção naval em São Paulo, favorecido pelo comércio dessa cidade com as Índias.

D) desenvolvimento sucessivo da economia mineradora, cafeicultora e industrial no Sudeste.

E) destruição do sistema produtivo de algodão em Pernambuco quando da ocupação holandesa.

04. (Enem–2010)

Gregório de Matos definiu, no século XVII, o amor e a sensualidade carnal

O Amor é finalmente um embaraço de pernas, união de barrigas , um breve tremor de artérias.

Uma confusão de bocas, uma batalha de veias, um rebuliço de ancas, quem diz outra coisa é besta.

VAINFAS, R. Brasil de todos os pecados. *Revista de História.* Ano1 , nº 1. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, novo 2003.

Vilhena descreveu ao seu amigo Filopono, no século XVIII, a sensualidade nas ruas de Salvador

Causa essencial de muitas moléstias nesta cidade é a desordenada paixão sensual que atropela e relaxa o rigor da Justiça, as leis divinas, eclesiásticas , civis e criminais. Logo que anoutece, entulham as ruas libidinosos, vadios e ociosos de um e outro sexo. Vagam pelas ruas e, sem pejo, fazem gala da sua torpeza.

VILHENA, L.S. *A Bahia no século XVIII.* Coleção Baiana. V. 1. Salvador: Itapuã, 1969. (Adaptação).

A sensualidade foi assunto recorrente no Brasil Colonial. Opiniões se dividiam quando o tema afrontava diretamente os "bons costumes". Nesse contexto, contribuía para explicar essas divergências

A) a existência de associações religiosas que defendiam a pureza sexual da população branca.

B) a associação da sensualidade às parcelas mais abastadas da sociedade .

C) o posicionamento liberal da sociedade oitocentista, que reivindicava mudanças de comportamento na sociedade.

D) a política pública higienista, que atrelava a sexualidade a grupos socialmente marginais.

E) a busca do controle do corpo por meio de discurso ambíguo que associava sexo, prazer, libertinagem e pecado.

GABARITO

Fixação

01. B   02. B   03. D   04. B   05. E

Propostos

01. B   04. B   07. B   10. D
02. D   05. C   08. C   11. B
03. B   06. A   09. B

12. A posição marginal ocupada por São Paulo dentro da economia colonial e a necessidade de estabelecimento de novas fontes de renda estimularam a interiorização territorial. Nesse contexto, a ocupação das terras do planalto pelos paulistas ocasionou conflitos com as populações nativas locais, que foram, em grande parte, aprisionadas e, então, utilizadas como mão de obra escrava na lavoura de gêneros alimentícios. Por sua vez, o desenvolvimento dessa lavoura, destinada ao comércio intracolonial, estimulou a organização de novas expedições, destinadas ao apresamento de indígenas.

    Um dos efeitos:

    - desbravamento e conhecimento dos sertões;
    - descoberta de ouro na região das Minas Gerais;
    - extermínio e escravização de populações ameríndias;
    - criação de caminhos e estradas entre as regiões desbravadas;
    - ampliação da oferta de mão de obra escrava indígena para outras regiões da América Portuguesa;
    - legitimação das pretensões territoriais portuguesas na negociação do Tratado de Madrid.

13. A) A mineração desenvolveu-se nas Minas Gerais e no Centro-Oeste, apoiada sobretudo no trabalho escravo africano, mas também em modalidades de trabalho livre.

    A população numerosa, oriunda majoritariamente do forte processo migratório, demandava grande quantidade de produtos e serviços, permitindo o intenso desenvolvimento de atividades comerciais e urbanas. Paralelamente, o desenvolvimento urbano permitiu a criação de uma sociedade mais flexível e com maior circulação cultural.

    B) A pecuária, que abastecia os centros urbanos com o fornecimento de carne e de animais empregados para o transporte, e a agricultura de subsistência.

Seção Enem

01. A   02. C   03. D   04. E

HISTÓRIA

MÓDULO 10 FRENTE B

Rebeliões nativistas e separatistas

No final do século XVII e no decorrer do século XVIII, o Brasil foi marcado por rebeliões que objetivavam contestar a exploração portuguesa do território colonial, apontando, com relativa clareza, a crise na relação metrópole-colônia, centrada na insatisfação de uma parcela da população quanto ao excessivo controle português do território brasileiro.

As revoltas ocorridas nos últimos séculos da colonização são comumente divididas em dois blocos: as rebeliões nativistas e as rebeliões separatistas. As primeiras reagiam contra as posturas metropolitanas que estivessem desagradando setores da sociedade em certa época e local, porém, sem um esforço emancipatório, típico das rebeliões separatistas, que, conforme a indicação do nome, desejavam a ruptura política entre a colônia portuguesa e a metrópole.

Enquadram-se nas revoltas nativistas: a Revolta de Beckman, a Guerra dos Emboabas, a Guerra dos Mascates e a Revolta de Felipe dos Santos. São consideradas rebeliões separatistas aquelas que, a partir de finais do século XVIII, manifestavam ideias de ruptura política em relação a Portugal. Podemos citar como exemplos a Inconfidência Mineira, a Conjuração Baiana, a Insurreição Pernambucana, entre outras.

REBELIÕES NATIVISTAS

Revolta de Beckman (Maranhão, 1684)

Inúmeras foram as divergências entre os europeus quanto à questão indígena nos primeiros anos de colonização. O testemunho desse embaraço ficou registrado na ampla, complexa e contraditória legislação lusitana a respeito do gentio, personagem sujeito à escravidão nas primeiras leis portuguesas, mas poupado de tamanha violência com o decorrer dos séculos, pelo menos na lei. Como o jogo de interesses em torno da questão indígena era amplo, as críticas à legislação régia partiam de inúmeras áreas coloniais, entre as quais se destacavam as regiões de São Paulo e Maranhão, locais nos quais houve conflitos entre colonos e jesuítas por causa da escravização dos nativos. Enquanto os religiosos estabeleciam as missões que evangelizavam os índios, os colonos queriam utilizá-los nas fazendas como mão de obra cativa. Deve-se lembrar de que, no século XVII, devido às invasões holandesas, em especial, ocorreram graves problemas de mão de obra na América Portuguesa. No caso maranhense, a crise levou à expulsão da Companhia de Jesus, em 1661, por causa da oposição à transformação do índio em escravo. A presença dos jesuítas na região foi retomada apenas em 1680, quando o governo português declarou ser totalmente proibida a utilização dos indígenas, também chamados no período de "negros da terra", como mão de obra forçada, tendo os religiosos a jurisdição espiritual e temporal das aldeias indígenas.

Para solucionar o problema da falta de abastecimento de escravos, a metrópole criou a Companhia de Comércio do estado do Maranhão, em 1682, que tinha as funções de fornecer escravos, vender manufaturas europeias e comprar os produtos coloniais, durante um período de 20 anos. Esse monopólio comercial da Companhia permitiu uma série de abusos, como os exorbitantes preços cobrados na venda das mercadorias europeias, além dos baixos preços pagos pela compra de baunilha, cacau, pau-cravo, cana-de-açúcar, algodão e tabaco. A situação tornou-se insustentável quando se explicitou a incapacidade da Companhia em garantir o abastecimento dos 500 escravos anuais, conforme havia sido acordado com os colonos.

Insatisfeita com essa situação, parcela do clero, junto aos fazendeiros abastados, resolveu apoiar, em 25 de fevereiro de 1684, a revolta liderada por Manuel Beckman, rico fazendeiro que conseguiu tomar o governo do Maranhão, expulsando os jesuítas e abolindo a Companhia de Comércio. Foi enviado para Portugal Tomás Beckman, irmão do líder da revolta, que deveria informar ao rei as principais exigências dos rebelados à metrópole. No entanto, Tomás foi preso ao expor suas ideias à Coroa. O rei português enviou um novo governador para o Maranhão, Gomes Freire de Andrada, que conseguiu restabelecer a ordem, perseguindo o fugitivo Manuel Beckman, que, após ser delatado por seu sobrinho, foi preso e enforcado. O governo português permitiu o retorno dos jesuítas e restabeleceu a Companhia de Comércio do Maranhão, acabando, porém, com o monopólio que ela detinha.

Guerra dos Emboabas (Minas Gerais, 1708-1709)

Quando a notícia da descoberta das minas de ouro na colônia chegou a Portugal, houve um fluxo natural de lusitanos para a região aurífera, na busca de riqueza fácil e rápida. Segundo o padre João Antônio Andreoni (Antonil):

> A sede do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificultosamente se poderá dar conta do número das pessoas que atualmente lá estão [...]
>
> ANTONIL. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas, 1711.*

A presença cada vez maior de portugueses desagradou aos paulistas, responsáveis pela descoberta do ouro, que enxergavam os lusitanos como invasores do rico território conquistado com muito esforço.

Os paulistas reivindicavam o direito exclusivo de exploração da região, tratando com desdém os estrangeiros, chamados, de modo pejorativo, de emboabas, já que estavam sempre de botas, com panos enrolados nos pés, lembrando uma ave da região, que tinha os pés emplumados, conhecida como emboaba. Essa crítica era baseada no fato de os bandeirantes paulistas estarem sempre descalços, comportamento natural para uma população mestiça e acostumada a participar das bandeiras pelo interior da colônia. Esse cenário de rivalidade era aflorado pela insuficiente presença da Coroa portuguesa, em um contexto de forte deslocamento populacional para a região mineradora.

Um dos líderes dos paulistas era o conhecido bandeirante Manuel de Borba Gato. Entre os líderes dos portugueses, estava o riquíssimo Manoel Nunes Viana, governador de Minas. O conflito armado aconteceu em várias regiões de Minas Gerais, como Caeté, Sabará, Vila Rica e São João Del Rei, onde os paulistas, menos preparados para o combate, sofriam derrotas sucessivas. O episódio mais dramático da batalha ficou conhecido como Capão da Traição. Alguns paulistas, cercados pelos portugueses liderados por Bento do Amaral Coutinho, receberam a promessa de que suas vidas seriam poupadas, caso entregassem as armas. Porém, ao se desarmarem, foram massacrados impiedosamente. Os paulistas tiveram força para se organizar posteriormente, mas não foram capazes de derrotar os portugueses.

Ao perder a guerra, parte dos paulistas partiu para outras regiões em busca de novas minas de ouro, encontrando-as, em 1718, na região do atual Mato Grosso. Com o objetivo de ampliar o controle da região, a Coroa portuguesa promoveu a criação da capitania de Minas Gerais e São Paulo, separando-a do Rio de Janeiro. A mudança política assinalou uma característica fundamental do conflito: a disputa pelo poder administrativo de uma nova área de exploração colonial pelos poderes emergentes nas minas no início do século XVIII. A vitória dos emboabas acabou por possibilitar a sistematização da retirada do ouro de Minas Gerais, que durou, aproximadamente, 80 anos.

Guerra dos Mascates (Pernambuco, 1710)

Ocorrida em Pernambuco, a Guerra dos Mascates representou uma consequência da decadência da produção açucareira da região de Olinda, desde o início da concorrência holandesa nas Antilhas. A aristocracia de Olinda, anteriormente rica e poderosa, vivia uma situação de crise econômica. Para manter o *status*, costumava pedir empréstimos aos comerciantes portugueses de Recife, cidade marcada por uma profunda expansão econômica desde a presença holandesa na região, na primeira metade do século XVII, e cujos moradores eram tratados pejorativamente de mascates pelos olindenses. Já os cidadãos de Recife chamavam os fazendeiros de Olinda de pés-rapados, já que viviam em plena decadência e pobreza. Dessa forma, pode-se constatar que a elite de Olinda, fragilizada pela perda do poder econômico, encontrava-se prestes a também ver a diminuição de seu domínio político.

Frans Post

Vista da cidade Maurícia e do Recife.

Em 1709, devido ao desenvolvimento econômico de Recife, o rei Dom João V elevou a região à condição de vila, o que desagradou os olindenses, já que a emancipação de Recife daria maior poder aos fortalecidos comerciantes. Quando se iniciou a demarcação da separação das duas vilas, teve início o conflito, sendo os recifenses chefiados por João da Mota, enquanto os olindenses eram coordenados por Bernardo Vieira de Melo. Nas primeiras batalhas, o governador de Pernambuco, Sebastião de Castro e Caldas, foi atingido por um tiro na perna e fugiu para a Bahia, deixando para trás uma tensa situação entre as duas cidades, que se armaram para novos conflitos. A guerra entre esses grupos assumiu uma postura antilusitana, visto que a maioria dos habitantes de Olinda nascera no Brasil, e os comerciantes de Recife eram portugueses. A solução só veio com a nomeação, em 1714, de um novo governador, Felix José Machado de Mendonça, que anistiou os envolvidos no conflito e confirmou a autonomia da vila de Recife perante Olinda.

Revolta de Felipe dos Santos ou Revolta de Vila Rica (Minas Gerais, 1720)

A Revolta de Felipe dos Santos ocorreu devido à rigidez metropolitana na elaboração de instrumentos eficazes para a cobrança tributária na região das Minas. Sua origem está relacionada à proibição da circulação de ouro em pó por parte da Coroa portuguesa no ano de 1720.

Nesse período, foi determinada a transformação de todo ouro circulante em barras nas casas de fundição, evitando a sonegação do quinto, imposto referente a 20% da produção aurífera. A notícia da implantação das casas de fundição e da proibição da circulação do ouro em pó, demonstrando um Estado português cada vez mais atuante e mercantilista no trato com as Minas, levou à eclosão de um levante armado que contou com a participação de, aproximadamente, dois mil mineradores e teve a liderança de Pascoal da Silva Guimarães, rico português que sofria as pressões do fisco da Coroa. A Revolta de Vila Rica se voltou contra o conde de Assumar, governador recém-chegado a Minas e conduzido ao cargo com o intuito de impor as ordens vindas de Portugal.

O governador, não podendo reagir imediatamente contra os revoltosos, já que não detinha força militar para restabelecer a ordem, aceitou as reivindicações dos mineradores contra as leis metropolitanas. Porém, assim que conseguiu tropas suficientes, o conde de Assumar massacrou os revoltosos e ordenou a queima de suas casas. Felipe dos Santos, português pobre e considerado uma das lideranças dos setores menos favorecidos do movimento, foi condenado à morte, sendo enforcado e esquartejado em plena Vila Rica, como demonstração de força da Coroa portuguesa. As casas de fundição foram efetivamente implantadas em 1724, e a capitania de Minas foi separada da capitania de São Paulo, com o intuito de ampliar o controle administrativo na região.

A Revolta de Vila Rica representou um prelúdio do atrito entre colonos e metrópole no conturbado universo social da mineração, repleto de crises e conflitos, que culminou na tentativa de sedição ocorrida em 1789 com a Inconfidência Mineira.

REBELIÕES SEPARATISTAS

Inconfidência Mineira (Minas Gerais, 1789)

O movimento da Inconfidência Mineira não pode ser compreendido sem que esteja relacionado com a situação econômica de Minas Gerais no período da revolta. Na segunda metade do século XVIII, a região já apresentava sinais de decadência devido à redução da quantidade de ouro extraído, fato que deixou os grandes mineradores sob pressão, já que estes estavam, em grande parte, endividados com a Coroa portuguesa. Em meio à elite de Vila Rica, encontravam-se pessoas letradas, que conheciam as ideias iluministas divulgadas nas universidades europeias. Informados da Independência dos Estados Unidos, ocorrida no ano de 1776, esses membros da elite começaram a planejar uma possível ação semelhante na colônia portuguesa, numa nítida reação contra os abusos metropolitanos. Alguns estudantes já haviam sondado Thomas Jefferson, um dos redatores da Declaração de Independência americana, então embaixador americano na França, quanto à possibilidade de os Estados Unidos apoiarem uma revolta no Brasil. Além da conversa entre José Joaquim Maia e Thomas Jefferson, merece destaque a busca de apoio de José Álvares Maciel junto aos comerciantes ingleses para uma possível rebelião em Vila Rica.

Assim, o pensamento sobre a ruptura frente a Portugal foi se constituindo através do exemplo bem-sucedido dos Estados Unidos e do contato com os princípios iluministas e liberais que exortavam o homem à liberdade, servindo, assim, de arcabouço intelectual para os colonos.

Como é perceptível, já que o movimento da Inconfidência teve o apoio de mineradores, de estudantes da elite e de alguns membros da classe média, seu caráter foi elitista, ou seja, não havia preocupação com a melhoria de vida da população mais pobre, muito menos com a da grande massa de escravos. As mudanças desejadas pelos inconfidentes se restringiam ao âmbito político e econômico, estando as questões sociais a ocupar um local periférico. Entre os principais líderes, estavam os poetas Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e Tomás Antônio Gonzaga, os padres José de Oliveira Rolim, Carlos Correia de Toledo e Melo e Manuel Rodrigues da Costa, o tenente-coronel Francisco de Paula Freire Andrade, os coronéis Domingos de Abreu e Joaquim Silvério dos Reis e o alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido como Tiradentes. Este último foi o articulador da sedição junto aos setores populares, visto que possuía menor condição econômica e era mais próximo da população.

Como o movimento da Inconfidência não se concretizou, é difícil estabelecer com plena fidelidade as principais propostas da revolta, sendo apenas conhecidas as que foram expostas por alguns inconfidentes nos autos da devassa. Entre os objetivos, estava a separação apenas da capitania de Minas Gerais, apesar do contato de lideranças do movimento com setores da vida política de SP e RJ, formando uma República que teria como base a Constituição dos Estados Unidos. Além disso, seria criada uma universidade em Vila Rica, e a capital da nova nação teria sede na cidade de São João Del Rei. Os inconfidentes incentivariam a formação de indústrias e a participação no Exército seria obrigatória; a nova nação teria uma bandeira com o escrito em latim: *Libertas quae sera tamen*, que significa "Liberdade ainda que tardia". Quanto à questão da escravidão, não havia a intenção dos inconfidentes de libertarem os cativos, já que parte dos envolvidos no levante era senhores de escravos. O único compromisso de que se tem notícia nesse sentido é a liberdade dos escravos e mulatos nascidos no Brasil.

Pedro Américo

Tiradentes esquartejado

Com a chegada do novo governador das Minas, visconde de Barbacena, a tensão na capitania aumentou ainda mais, já que era conhecida a ordem do rei de Portugal de se declarar a derrama, ou seja, o confisco de ouro até se atingir a quantidade de 100 arrobas estabelecida pela Coroa portuguesa. Junto com a cobrança da derrama, seria realizada a cobrança de outras dívidas que houvesse entre os mineradores e o governo português.

Assim, aproveitando o clima de tensão, os inconfidentes estabeleceram o seguinte acordo: no dia em que fosse decretada a derrama, seria aproveitado o cenário de insatisfação e de revolta para dar início à insurreição. Porém, os inconfidentes não contavam com uma traição: Silvério dos Reis, membro participante da Inconfidência, resolveu entregar uma lista dos traidores em troca do perdão de sua dívida com a Coroa portuguesa. O visconde de Barbacena deu por suspensa a derrama e prendeu os envolvidos. Como foram pegos de surpresa e possuíam limitada capacidade de organização e mobilização, todos negaram a participação no movimento. Apenas Tiradentes, que estava no Rio de Janeiro, assumiu a participação. Após a maioria dos delatados ter sido condenada à morte, D. Maria I, rainha de Portugal, resolveu substituir a pena capital pelo envio dos condenados para o degredo na África. Já para Tiradentes, por ser o mais pobre entre os inconfidentes e, para servir de exemplo, foi mantida a condenação à morte por enforcamento. Tiradentes foi então executado no Rio de Janeiro e seu corpo esquartejado e espalhado pela estrada de Minas. Sua casa foi derrubada e a terra foi salgada, prática comum da época. Sua cabeça foi exposta na praça central de Vila Rica.

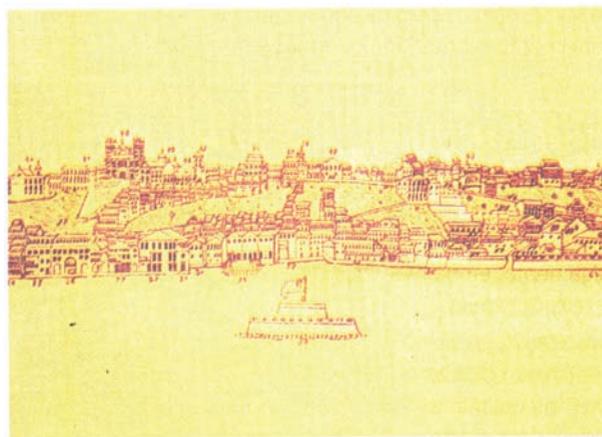
Dois elementos da Inconfidência Mineira são fundamentais. Em primeiro lugar, cabe observar que, apesar de a tentativa de sedição ter ocorrido no ano da Revolução Francesa (1789), esta não influenciou os fatos ocorridos em Vila Rica, cabendo a influência externa apenas às ideias iluministas e liberais e à Independência dos Estados Unidos, o que nos permite afirmar que a Inconfidência foi uma utopia americana, de acordo com o historiador Kenneth Maxwell. Em segundo lugar, a imagem mítica de Tiradentes, tratado como herói do movimento, só foi construída positivamente no contexto da Proclamação da República, quando a historiografia brasileira carecia de um mártir para o movimento republicano nacional. No período anterior, orientado pelos anseios de um regime monárquico, a imagem de Tiradentes fugia desse referencial heroico, sendo ele tratado com desdém e com desinteresse pelos primeiros historiadores do Brasil.

Conjuração Carioca (Rio de Janeiro, 1794)

Assim como a Inconfidência Mineira, a Conjuração Carioca não chegou a ser concretizada. Inspirado pelas ideias do Iluminismo, um grupo de intelectuais fluminenses fundou a Sociedade Literária, em 1786, realizando inúmeras reuniões na cidade do Rio de Janeiro. Esses encontros, comuns na Europa, buscavam discutir variados temas, sem nenhuma pretensão de modificação social. No momento em que os membros da Sociedade Literária Fluminense começaram a intensificar a crítica aos elementos sociais do Brasil Colônia, eles foram denunciados por um dos signatários, conhecido como José Bernardo da Silva Frade, que acusou o grupo de conspirar contra a religião e o governo português.

Foram delatados como membros do movimento o poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga, Vicente Gomes e João Manso Pereira. Durante dois anos e meio, esses homens ficaram presos, tendo sido colocados em liberdade no ano de 1797, por falta de provas.

Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates (Bahia, 1798)

Das insurreições que ocorreram durante o Período Colonial, aquela que apresentou um caráter mais popular foi a Conjuração Baiana, que, além de ter a participação de médicos, advogados e comerciantes, teve o apoio de ex-escravos, sapateiros e vários alfaiates, motivo pelo qual ficou também conhecida como **Revolta dos Alfaiates**.

Artista desconhecido

Gravura representando a cidade de Salvador no período da Conjuração

As razões que provocaram a eclosão do movimento foram variadas. Em termos estruturais, depois da decadência da produção açucareira no Nordeste, a primeira capital brasileira já não apresentava todo o seu esplendor, ainda mais quando o eixo econômico do Brasil havia se deslocado para o Sudeste. Isso ocorreu devido à exploração do ouro, levando à transferência da capital brasileira por Pombal para o Rio de Janeiro em 1763. Com uma carga tributária elevada recaindo sobre uma população pobre, as ideias de liberdade começaram a se ampliar cada vez mais. As notícias da Revolução Francesa, junto com as ideias iluministas, percorriam cada vez mais o círculo da população baiana, que já vislumbrava o sucesso de episódios como a Independência americana e a revolução dos escravos ocorrida no Haiti, que acabou por culminar na independência da região em 1793.

Essas informações eram discutidas em sociedades secretas, que conspiravam contra as autoridades portuguesas, destacando o grupo conhecido como Cavaleiros da Luz, coordenado pelo farmacêutico Figueiredo Melo. No momento em que se estabeleceu o interesse comum das classes em realizar uma conspiração e em promover a sedição, a discussão partiu para as mudanças internas que deveriam ser postas em prática. Os grupos populares insistiam em promover algumas reformas sociais após a ruptura, levando os grupos da elite a se afastar da direção do movimento.

Entre os líderes do levante, podemos citar os alfaiates João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, os soldados Lucas Dantas de Amorim Torres, Luís Gonzaga das Virgens e Romão Pinheiro, o padre Francisco Gomes, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo, o professor Francisco Barreto e o médico Cipriano Barata.

Entre as principais ideias defendidas pelo motim, encontram-se o fim da escravidão, o aumento de salário para os soldados e a formação de um governo republicano, além do desejo de emancipação frente à Coroa portuguesa.

Apesar do radicalismo presente nas ideias da Conjuração Baiana, nota-se uma ausência de organização na preparação da conspiração. Os revolucionários, no dia 12 de agosto de 1798, fixaram panfletos nos principais prédios públicos e nas igrejas, convidando as pessoas a participarem da rebelião. Rapidamente o governador conseguiu informações, através de denúncias, sobre os líderes da rebelião, prendendo mais de uma dezena de pessoas. Muitos deles foram condenados ao enforcamento e ao esquartejamento, como João de Deus, Manuel Faustino, Lucas Dantas e Luís Gonzaga. Os membros da elite foram condenados a penas menores ou foram apenas inocentados.

A Inconfidência Baiana foi marcada pela mescla de interesses políticos de emancipação, comum a muitos setores da sociedade colonial do século XVIII, e pelas propostas de cunho social que acarretariam possíveis transformações na lógica estrutural do sistema econômico, construído durante os séculos de colonização portuguesa. O fracasso do movimento não escondeu a ansiedade dos setores menos privilegiados da sociedade por lutar por um sistema mais justo no Brasil no final do regime colonial.

Conspiração dos Suassunas (Pernambuco, 1801)

Uma das conspirações contra o controle de Portugal de que se tem menor conhecimento foi a Conspiração dos Suassunas, ocorrida em Pernambuco, em 1801. O nome da revolta originou-se do fato de que os principais líderes do movimento eram proprietários do Engenho Suassuna: Francisco de Paula, Luís Francisco e José Francisco, tratados como os irmãos Cavalcanti de Albuquerque.

Segundo os autos da devassa, os conspiradores faziam parte de uma sociedade secreta chamada Areópago de Itambé, que era ligada à maçonaria e pretendia criar uma república liberal no Brasil com o auxílio de Napoleão Bonaparte, que então dominava a França.

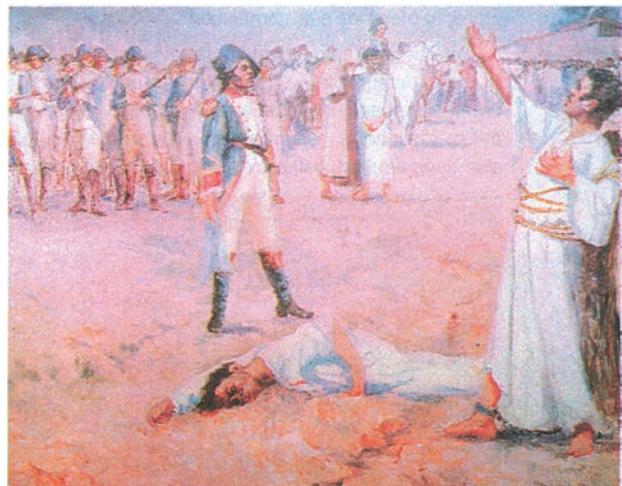
Como nos episódios anteriores, membros da própria sociedade conspiraram contra as ideias levantadas dentro do grupo, acusando seus companheiros de traidores do reino português. Os possíveis conspiradores foram presos, mas libertados logo em seguida, devido à falta de provas.

Revolução Pernambucana (Pernambuco, 1817)

Esse movimento revolucionário tem sua origem no aumento considerável dos impostos estabelecidos por D. João VI, príncipe regente de Portugal, quando da presença da família real portuguesa no Brasil. A Revolução de 1817 também foi marcada pela busca por autonomia da elite local frente aos desmandos vindos da Corte sediada no Rio de Janeiro, além de possuir um claro espírito antilusitano.

A região de Pernambuco ainda sentia as dificuldades oriundas da decadência da produção açucareira, que completava quase um século, quando começou a perceber a crescente pressão econômica do Rio de Janeiro, através da alta dos impostos. Essa excessiva tributação visava manter os exorbitantes gastos da família real, que se encontrava no Brasil, após a fuga de Portugal devido à invasão napoleônica. Assim, membros da elite e da classe média se organizaram para estabelecer uma república no Nordeste, separada do Brasil, que teria a sua capital na cidade de Recife. A rebelião contou com o apoio das províncias de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entre os principais líderes do movimento, destaca-se o comerciante Domingos José Martins e os padres João Ribeiro e Miguel Joaquim de Almeida e Castro, este último conhecido como padre Miguelinho.

Antonio Parreiras

Os mártires de 1817. Na tela, a execução do padre Miguelinho, um dos líderes da insurreição.

Mais organizado que as Inconfidências anteriores, esse movimento conseguiu derrubar o governador da região e decretar a República, além de promover a extinção dos impostos, a liberdade de imprensa e a igualdade entre os cidadãos. Dava também garantia à propriedade, inclusive a de escravos, ou seja, o movimento não tocou na questão da mão de obra cativa. Os revolucionários tentaram obter, sem resultado, o reconhecimento dos governos da Inglaterra, EUA e Argentina.

Apesar da ocorrência de alguns conflitos entre os participantes da sedição e soldados da Coroa, o resultado foi o fracasso, devido à rápida reação de D. João VI, que derrotou o movimento ainda em 1817. Mais de duzentas pessoas foram presas, sendo muitas condenadas à morte, como o padre Miguelinho. Somente em 1821, parte dos revoltosos foram soltos, por meio da anistia concedida pelas cortes portuguesas.

CONCLUSÃO

Tanto as revoltas nativistas quanto as rebeliões separatistas não conseguiram promover a ruptura das estruturas coloniais entre Brasil e Portugal. Porém, essas revoltas assinalaram a saturação, o esgotamento existente no modelo de relação entre metrópole e colônia que perdurou entre os séculos XVI e XVIII. Inspirados nas ideias iluministas de liberdade ou nos movimentos revolucionários da América e da França, esses conspiradores buscaram reproduzir o que ocorria nas variadas partes do planeta, em uma onda inevitável de revoluções.

A falta de organização, somada à violenta repressão portuguesa, impediu que o Brasil produzisse uma ruptura do sistema colonial que fosse natural, sem a participação do próprio monarca português como intermediário da emancipação. Assim, no momento em que a Independência do Brasil foi formalmente decretada por Pedro I, faltou à população o espírito de ruptura, que se reflete na sociedade até os dias de hoje, quando se nota a ausência de uma percepção de fundação tão necessária para a construção de um conceito de cidadania. Apesar de sermos uma nação que lutou por sua independência, sua chegada não garantiu as reivindicações precursoras das revoltas e das rebeliões. A Independência brasileira não retratou os anseios de sua sociedade nas décadas de luta pela emancipação.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG–2010) O século XVIII foi palco de uma série de movimentos e sedições, nos quais, em diferentes graus e a partir de diferentes estratégias, os vassalos da América Portuguesa procuraram redefinir o formato de suas relações com a Coroa portuguesa.

Considerando-se esse contexto, é **CORRETO** afirmar que

A) a Revolta de Felipe dos Santos, em Minas Gerais, na primeira metade desse século, reforçou os mecanismos de controle sobre os vassalos.

B) a Revolta do Vintém e a do Quebra-quilos, na segunda metade desse século, ao desafiarem a Coroa, colocaram em crise a sede do vice-reinado.

C) a Revolta dos Távora procurou estabelecer novos limites para a cobrança do subsídio literário, destinado à educação dos vassalos.

D) os conflitos entre paulistas e emboabas, nas Minas Gerais, levaram à instalação das casas de fundição nessa capitania.

02. (PUC-Campinas-SP) Leia o texto:

As ordens já são mandadas,
já se apressam os meirinhos.
Entram por salas e alcovas,
relatam roupas e livros:
[...]
Compêndios e dicionários,
e tratados eruditos
sobre povos, sobre reinos,
sobre invenções e Concílios...
E as sugestões perigosas
da França e Estados Unidos,
Mably, Voltaire e outros tantos,
que são todos libertinos...

MEIRELES, Cecília. Romance XLVII ou Dos sequestros. *Romanceiro da Inconfidência.*

A respeito da caracterização dos inconfidentes, tema presente em todo o *Romanceiro*, considere o texto adiante.

A análise da extração social dos revolucionários indica, claramente, que em Minas a inquietação está lastreada pela prosperidade (de lavras, terras de lavoura, de gado e de escravos): a revolução é intentada por homens de posse.

MOTA, Carlos Guilherme. *A idéia da Revolução no Brasil* (1789-1801). São Paulo: Cortez, 1989. p. 115.

A medida da Coroa que incidiu sobre essas posses e acirrou os desejos de rompimento com a metrópole foi a

A) resolução da rainha, D. Maria I, de proibir a agricultura de subsistência na região de Minas Gerais.

B) ameaça da derrama, cobrança de 100 arrobas de ouro anuais a todos os habitantes, de forma indiscriminada.

C) nomeação de contratadores, encarregados de cobrar todos os tributos destinados à metrópole.

D) oficialização do quinto, imposto que incidia sobre a produção mineradora, da qual 20% destinavam-se a Portugal.

E) instituição da devassa, apuração dos proprietários suspeitos de conspirarem contra a Coroa.

03. (UFPE) A luta para construir a autonomia política do Brasil contou com várias rebeliões, em que se destacaram reflexões sobre a questão da escravidão, que tanto atingiu a nossa história. Os escravos foram decisivos para a produção da riqueza social e sofreram com a exploração política e física dos seu senhores. Sobre a luta contra a escravidão no Brasil, podemos afirmar que

A) não houve resistências dos grandes proprietários, preocupados apenas com os lucros da exportação de seus produtos.

B) a Revolta dos Alfaiates, na Bahia, mostrou-se contra a escravidão e teve apoio da população mais pobre de Salvador.

C) todas as rebeliões políticas do século XVIII foram claramente contra a escravidão; sobretudo, as que ocorreram em Pernambuco.

D) a vinda das ideias liberais para o Brasil em nada contribuiu para o fim da escravidão no século XIX.

E) o fim do tráfico em 1850 não teve relação com a luta contra a escravidão, não abrindo, pois, espaços para novas reivindicações de liberdade.

04. (UFPI) Acerca da Inconfidência Mineira (1789), é **CORRETO** afirmar que

A) a Coroa portuguesa, diante da possível vitória do movimento, negociou com os inconfidentes e propôs a anistia total aos revoltosos.

B) o projeto dos inconfidentes, com o objetivo de deslocar mão de obra para as Minas, incluía o fechamento de engenhos e de fábricas de tecidos.

C) a maior parte da direção do movimento era formada por pessoas pobres, e em suas propostas havia a defesa da extinção da propriedade privada.

D) a rebelião ocorreu em um contexto no qual acontecia a diminuição da produção do ouro e o aumento na cobrança de imposto por parte da Coroa portuguesa.

E) a introdução do trabalho livre em substituição à mão de obra escrava e a indenização aos grandes proprietários escravagistas eram defendidas pelos inconfidentes.

05. (UFPI–2008) A crise do antigo sistema colonial no Brasil expressa-se, inicialmente, através dos chamados movimentos nativistas, acentuando-se com os movimentos de independência nacional. Esses movimentos de rebelião colonial, assim como o processo de emancipação política do Brasil, estão ligados às transformações do mundo ocidental no final do século XVIII. Considerando-se esse enunciado, é **CORRETO** afirmar que

A) o desenvolvimento de indústrias no Brasil, algo que se acentua desde o início do século XVIII, tende a reforçar o pacto colonial, na medida em que os novos industriais passam a ver o Brasil como uma reserva de mercado para os seus produtos.

B) a crise referida deu-se de forma localizada no Brasil, na medida em que os principais movimentos de emancipação partiram de centros importantes como Rio de Janeiro e São Paulo.

C) a emancipação política, no caso brasileiro, seguiu-se de uma nítida separação entre os grupos portugueses, hostilizados como agentes da metrópole, e os colonos brasileiros, interessados na constituição de um Estado republicano.

D) as reações ao domínio português foram movimentos autóctones das elites coloniais, não se ligando ao processo geral da crise do Antigo Regime.

E) as rebeliões coloniais só podem ser compreendidas dentro de um quadro mais geral, marcado por ideias liberais, eclodidas a partir de eventos como as revoluções Francesa e Americana, que propunham a superação do Antigo Regime.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFMG–2008) Leia este trecho, que contém uma fala atribuída a Joaquim José da Silva Xavier:

> [...] *se por acaso estes países chegassem a ser independentes, fazendo as suas negociações sobre a pedraria pelos seus legítimos valores, e não sendo obrigados a vender escondido pelo preço que lhe dessem, como presentemente sucedia pelo caminho dos contrabandos, em que cada um vai vendendo por qualquer lucro que acha, e só os estrangeiros lhe tiram a verdadeira utilidade, por fazerem a sua negociação livre, e levado o ouro ao seu legítimo valor, ainda ficava muito na capitania, e escusavam os povos de viver em tanta miséria.*
>
> AUTOS de Devassa da Inconfidência Mineira. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados; Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1980. v. 5. p. 117.

A partir dessa leitura e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que os inconfidentes mineiros de 1789

A) acreditavam que o contrabando aumentava o valor recebido pelas pedras e ouro, pois dificultava sua circulação.

B) consideravam que o monopólio comercial explicava por que as regiões de que se compunha Minas Gerais, cheias de pedras e ouro, ficavam mais ricas.

C) defendiam o livre-comércio, por meio do qual pedras e ouro adquiririam seu real valor, uma vez que seriam vendidos aos estrangeiros legalmente.

D) pensavam que os estrangeiros poderiam tirar vantagens do livre-comércio das pedras e ouro, visando a aumentar seus lucros.

02. (UFRGS) Levando-se em consideração a origem social dos seus protagonistas, pode-se afirmar que a chamada Inconfidência Mineira foi

A) um movimento de contestação ao sistema colonial que teve como seus principais agentes idealizadores os grandes fazendeiros e mineradores, além de burocratas e militares.

B) um movimento encabeçado pelos grandes proprietários de escravos, insatisfeitos com a cobrança da taxa de capitação sobre a mão de obra cativa.

C) uma revolta dos mineradores, liderados por Felipe dos Santos, que protestaram contra a instalação das casas de fundição.

D) uma sedição que teve a decisiva participação das massas populares (especialmente artesãos e camponeses), lideradas pelo soldado José Joaquim da Silva Xavier, conhecido como o Tiradentes.

E) uma conjuração liderada pelos intelectuais residentes nas vilas mineiras, que se reuniam para conspirar contra o governo metropolitano nos encontros da Sociedade Literária.

03. (PUC Minas) *Ó vós homens cidadãos; ó vós povos curvados e abandonados pelo rei, pelos seus despotismos, pelos seus ministros. Ó vós povo que nascestes para seres livres e para gozardes dos bons efeitos da liberdade... O dia da nossa revolução está para chegar, animai-vos, que sereis felizes para sempre.*

PANFLETO: Aviso ao povo bahiense.

O fragmento apresentado se refere ao movimento conhecido como Conjuração dos Alfaiates.

Com relação a esse movimento ocorrido na Bahia em 1798, é **CORRETO** afirmar que os revoltosos pretendiam

A) instalar uma República Provisória na cidade de São Salvador, com apoio da elite burocrática e de alguns membros do alto clero.

B) defender o fim da dominação colonial, garantindo, porém, a preservação do regime monárquico e a manutenção da escravidão.

C) estabelecer um governo democrático na capitania da Bahia de Todos os Santos, com igualdade de direitos, sem distinção de cor ou riqueza.

D) protestar contra a política mercantilista portuguesa, buscando conseguir o apoio do governo norte-americano para pôr fim ao pacto colonial.

04. (FGV-SP) A respeito da Revolta dos Alfaiates de 1798, podemos afirmar:

A) Trata-se de uma revolução burguesa que tinha por objetivo eliminar o sistema colonial e estimular a entrada de imigrantes no Brasil.

B) Os rebeldes foram influenciados pelas ideias do comunismo francês, que pregava a igualdade social e a distribuição de terras entre os mais pobres.

C) Influenciados pelas doutrinas sociais da Igreja francesa, os líderes da revolta pretendiam garantir o ingresso no clero de homens de todas as raças.

D) O discurso rebelde era marcado pelo anticlericalismo e defendia uma reforma na ordem vigente, de modo a eliminar as diferenças sociais.

E) O movimento foi liderado pela elite baiana, descontente com a falta de incentivos do governo metropolitano com relação às necessidades da produção açucareira.

05. (UFC) Ao mesmo tempo que se desenvolvia, em Portugal, uma política de reforma do absolutismo, surgiram conspirações na colônia. Elas estavam ligadas às novas ideias e a acontecimentos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos, mas também à realidade local. A ideia de uma nação brasileira foi se definindo à medida que setores da sociedade da colônia passaram a ter interesses distintos da metrópole ou a identificar nela a fonte de seus problemas. Uma dessas conspirações foi a Inconfidência Mineira. Sobre o grupo que organizou esse movimento, é **CORRETO** dizer:

A) Era heterogêneo, de origem social variada, com ideias diferentes sobre as transformações sociais que o movimento deveria provocar.

B) Era um pequeno grupo de mineradores, preocupados unicamente em não pagar mais impostos à metrópole, pois a extração do ouro tinha diminuído, e a Coroa continuava a cobrar o quinto.

C) Era um grupo homogêneo de intelectuais, inspirados no Iluminismo e no liberalismo da Revolução Americana.

D) Eram todos jovens, filhos da elite colonial, que tinham ido estudar na Europa.

E) Teve forte presença de homens pobres, livres, libertos e escravos, e, por isso, o fim da escravidão era um de seus principais objetivos.

06. (Fatec-SP) A Conjuração ou Inconfidência Mineira foi o primeiro movimento a manifestar de forma clara a intenção de romper completamente com Portugal.

Entre os muitos planos desses revolucionários, estava

A) fixar a capital em Sabará e implantar a República, sendo o primeiro presidente Alvarenga Peixoto.

B) fixar a capital em Mariana e criar uma bandeira com um triângulo vermelho com a divisa *"Libertas Quae Sera Tamen"*.

C) fixar a capital em São João Del Rei e acabar com a escravidão negra.

D) fixar a capital em São João Del Rei e acabar com o Exército; em seu lugar, atuariam as milícias.

E) fixar a capital em Sabará e premiar as mulheres brancas que tivessem muitos filhos.

07. (UEL-PR) Leia o texto.

Passava-se, efetivamente, nesta quadra de crise do Antigo Regime e de seu sistema colonial, das indagações teóricas sobre a legitimidade do regime para a prática política de sua superação. Em dois momentos pelo menos, em Minas Gerais em 1789 e na Bahia em 1798, transcendeu-se a tomada de consciência da situação colonial, e se projetou a mudança, intentando-se a tomada do poder [...] *Emancipacionistas, ambos os movimentos refletem, no plano político, o agravamento das tensões derivadas do próprio funcionamento do sistema colonial, e por aí se inserem no quadro geral da revolução do Ocidente. O exemplo secessionista da América Inglesa esteve permanentemente vivo em todo o processo da rebelião mineira; o espectro libertário da França revolucionária acompanha os insurretos baianos de 1798, que para além da emancipação chegaram a visar "uma inteira revolução" de que resultaria uma nova ordem "sem diferença de cor branca, preta e parda".*

NOVAIS, Fernando Antônio. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial* (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1981. p. 169-171.

A partir da análise do texto, pode-se depreender que o autor

A) mostra que os dois movimentos defendiam os mesmos princípios de igualdade social e política para o povo brasileiro.

B) considera os movimentos emancipacionistas brasileiros os únicos responsáveis pela crise do Antigo Regime e do sistema colonial.

C) destaca a influência da Revolução Francesa em todo o processo revolucionário desenvolvido na rebelião mineira.

D) ressalta a pequena influência que tiveram os movimentos emancipacionistas no processo de Independência do Brasil.

E) defende a ideia de que os movimentos emancipacionistas estavam inseridos dentro do próprio mecanismo do sistema colonial.

08. (Mackenzie-SP) *Já na Bahia, em 1798, a inquietação é orientada por elementos de "baixa esfera", pequenos artesãos, ex-proprietários de lavoura de cana, militares de baixo escalão* [...] *O problema é mais social que colonial.*

MOTA, Carlos Guilherme.

Sobre a Inconfidência Baiana, descrita no texto anterior, podemos afirmar que

A) se inspirava nas ideias revolucionárias francesas e propunha mudanças na ordem social da colônia.

B) liderada pela elite preocupava-se com a preservação dos direitos dos grandes proprietários e da estabilidade social.

C) tinha como único suporte ideológico as ideias da Independência dos EUA.

D) com sólido apoio militar e popular ofereceu sério risco ao domínio colonial português.

E) como a Revolução Pernambucana de 1817 foi derrotada por ser elitista e sem propostas sociais.

09. (UFC–2008) *Se, na monarquia, Tiradentes, quando lembrado, era apresentado como um homem sem habilidades e realização profissional, no início da República ele passou a ser descrito como personagem de múltiplos talentos, entre os quais o talento político e revolucionário. Já no Estado Novo, tornava-se exemplo do brasileiro laborioso e dotado de inúmeras qualidades* [...]

FONSECA, Thais Nívia de Lima e. A imagem do herói. In: *Nossa História*. São Paulo: Editora Vera Cruz, n. 3, 2004. p. 81.

Considerando o texto anterior, responda:

A) A que episódio célebre da história brasileira se liga a personagem supracitada?

B) Qual a razão imediata da deflagração desse episódio?

C) O que explica a construção da imagem de Tiradentes em cada um dos contextos históricos mencionados?

I. Monarquia

II. Início da República

III. Estado Novo

10. (UFC) *Na manhã de 12 de agosto de 1798, um panfleto revolucionário afixado em vários lugares da cidade de Salvador dizia:*

"Povo, o tempo é chegado para vós defendêreis a vossa Liberdade; o dia da nossa revolução, da nossa Liberdade e de nossa felicidade está para chegar, animai-vos que sereis felizes."

PRIORE, Mary Del et al (Org.). *Documentos de História do Brasil* – de Cabral aos anos 90. São Paulo: Scipione, 1997. p. 38.

A partir desse texto e de seus conhecimentos, responda às questões propostas.

A) Que movimento produziu o panfleto citado?

B) **CITE** três acontecimentos ocorridos no período, na esfera internacional, que podem ser relacionados a esse movimento.

C) **CITE** dois objetivos do movimento ao qual o texto anterior se refere.

D) **APRESENTE** a relação entre a dureza das penas impostas aos principais acusados e a condição social da maioria dos participantes desse movimento.

11. (UFU-MG) *O final do século XVIII foi um momento de grande turbulência política internacional, com ressonâncias no sistema colonial montado pelas nações européias. As idéias liberais agitavam as mentes, acenavam com a possibilidade de mudanças. Para as colônias traziam a esperança de independência política.*

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da História*: a construção da modernidade – O Brasil Colônia e o mundo moderno. São Paulo: Atual, 1996. p. 238.

Tomando como referência a citação anterior e seus conhecimentos sobre as revoltas coloniais no Brasil, **IDENTIFIQUE** as diferenças entre a Inconfidência Mineira e a Inconfidência Baiana.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2003) A primeira imagem a seguir (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esquartejado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.

A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

I. Os artistas registraram a antropofagia e o esquartejamento praticados no Brasil.

II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena e o esquartejamento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.

III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre "bárbaros" e "civilizados", indígenas e europeus.

Está correto o que se afirma em

A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) III, apenas.
D) I e II, apenas.
E) I, II e III.

02. (Enem–2010) *O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que "Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância".*

MAXWELL, K. Condicionalismos da independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por

A) defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.

B) introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.

C) propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.

D) apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.

E) defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

GABARITO

Fixação

01. A 02. B 03. B 04. D 05. E

Propostos

01. C 03. C 05. A 07. E

02. A 04. D 06. D 08. A

09. A) O episódio ficou conhecido como "Inconfidência" ou "Conjuração Mineira" (1789).

B) A sua motivação imediata consiste na previsão de uma nova derrama, forma de recolhimento compulsório dos impostos atrasados instituída pela metrópole na região das Minas.

C) Quanto à memória edificada em torno de Tiradentes, a monarquia lhe foi quase indiferente (quando não lhe depreciava, desenhando-o como inapto), devido ao fato de a personagem simbolizar um movimento defensor da República. Esta, nos seus momentos iniciais, tinha-o na conta de uma figura hábil politicamente e visionária, visto que sua elite, desejosa de legitimação, construíra um panteão de heróis, que teriam prefigurado a nova forma de governo, no qual Tiradentes detinha lugar especial. O Estado Novo concebia-o como valoroso, afeito ao trabalho, porquanto podia ser modelo da nova cidadania que se queria engendrar, plena de civismo e amor à pátria e à coletividade e em consonância com a ideologia varguista, o trabalhismo.

10. A) A Conjuração Baiana ou Conjuração dos Alfaiates.

B) Esse movimento estava relacionado às novas ideias e fatos ocorridos na esfera internacional, como a Independência dos Estados Unidos, em 1776, a Revolução Francesa, em 1789, e a Independência do Haiti, em 1791.

C) Podem ser citados:

- o fim da escravidão;
- a emancipação brasileira frente ao domínio português;
- o estabelecimento de um governo de cunho republicano.

D) A penalização imposta pela Coroa portuguesa aos insurgentes alternou de acordo com o perfil social. Indivíduos pertencentes aos setores abastados da sociedade baiana receberam penas brandas ou foram inocentados. Representantes de estratos pobres sofreram condenações de longa duração ou a pena capital. Deve-se notar que mediante a necessidade de se restaurar a ordem e de se demonstrar força, o Estado português não hesitou em concentrar sua reação nos revoltosos oriundos de camadas populares.

11. As Inconfidências Mineira e Baiana, ocorridas no Brasil no final do século XVIII, foram movimentos de caráter emancipacionsta em relação a Portugal e sob forte influência de ideais liberais e republicanos propagados no contexto da crise do sistema colonial na América.

A Inconfidência Mineira, em 1789, teve um conteúdo fortemente elitista e local, uma vez que a pauta das críticas dos inconfidentes recaía sobre a tributação metropolitana nas Minas Gerais, o que permitiu uma forte identificação com a Revolução Americana. Já a Conjuração Baiana de 1798, apesar de ter sido organizada pelas elites representadas pela sociedade maçônica Cavaleiros da Luz, constituiu-se num movimento de caráter popular, sob influência da Revolução Francesa, por contar com lideranças ligadas às camadas mais humildes de Salvador, em particular de artesãos representados pelos alfaites. A defesa da abolição da escravidão e da igualdade de direitos aos negros acrescentou ao movimento um caráter de luta social, pouco presente ou mesmo inexistente na rebelião mineira.

Seção Enem

01. E 02. E

HISTÓRIA

Período Joanino e Independência do Brasil

MÓDULO 11 FRENTE B

No início do século XIX, os Estados Nacionais da Europa assistiam à expansão das ideias liberais por meio das revoluções burguesas. No centro desse processo, encontrava-se a França, que, a partir do ano de 1799, estava sob a liderança de Napoleão Bonaparte, responsável por consolidar os valores burgueses no período posterior à Revolução. Com o objetivo de fortalecer as atividades comerciais da França, Napoleão proibiu as nações do continente europeu de realizarem quaisquer atividades comerciais com a Inglaterra, inimiga histórica. Esse fato, ocorrido no ano de 1806, ficou conhecido como **Bloqueio Continental**.

Como muitas nações tinham suas economias ligadas à Inglaterra, tornava-se difícil obedecer às determinações de Napoleão. Entre esses países, estava Portugal, que carecia de manufaturas e dependia dos produtos industriais britânicos. Assim, os lusos se encontravam em uma delicada situação diplomática: se mantivessem os vínculos econômicos com os ingleses, poderiam ver seu país invadido pela França. Ao mesmo tempo, a Inglaterra pressionava para a manutenção das práticas comerciais, visto que os dois países eram tradicionalmente aliados.

Com o objetivo de manter o mercado, a Inglaterra passou a pressionar a Coroa portuguesa para que ela não aderisse ao Bloqueio Continental, refugiando-se no Brasil em caso de uma invasão francesa. Essa ideia, que já era defendida pela Coroa portuguesa desde o século XVIII, passou a ser encorajada pelo habilidoso diplomata inglês Strangford, que tentava convencer o príncipe regente Dom João da necessidade do deslocamento da Corte para a colônia. A dúvida de Dom João quanto à vinda para o Brasil foi sanada quando as tropas francesas e espanholas entraram em solo português logo após assinarem o Acordo de Fontainebleau (entre França e Espanha), que estabelecia, além da ocupação de Portugal, a derrubada do governo de Bragança e o desmembramento do reino e de suas colônias. Restava à Corte, sediada em Lisboa, a fuga para o Rio de Janeiro em 1807, iniciando a ruptura necessária que levaria à Independência do Brasil. Esse período histórico ficou conhecido como Período Joanino, já que o Brasil foi governado pelo príncipe Dom João.

MHN.Rio de Janeiro

Príncipe regente de Portugal e toda a família real embarcando para o Brasil no cais de Belém.

A ABERTURA DOS PORTOS (1808)

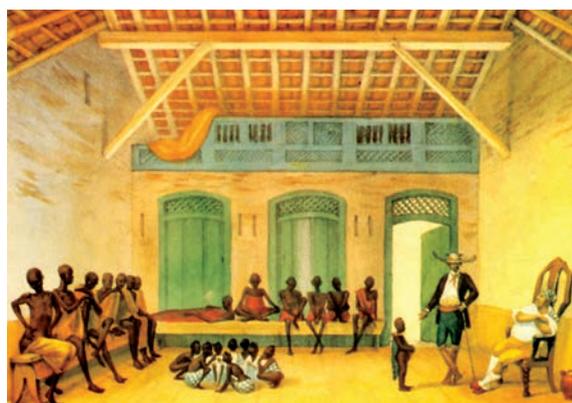
Ao chegar ao Brasil, a Corte portuguesa deixou a população colonial completamente atordoada, afinal, em um momento inesperado, o príncipe regente português e parcela da nobreza lusitana, em um total aproximado de 15 mil pessoas, estavam no Rio de Janeiro para ficar por tempo indeterminado.

Entre as primeiras ações de D. João no Brasil, destaca-se a Abertura dos Portos. Esse decreto, assinado em 1808, estabelecia a liberação do comércio colonial a qualquer nação amiga de Portugal, beneficiando, diretamente, a Inglaterra, que passou a vender seus produtos à numerosa Corte sediada no Brasil. Porém, o significado da Abertura dos Portos às nações amigas é muito mais amplo. No momento em que o príncipe regente permitia ao Brasil o livre-comércio, ele estava estabelecendo o fim da exclusividade metropolitana portuguesa, base das relações econômicas entre Brasil e Portugal, e iniciando o processo de introdução do liberalismo econômico no Brasil, mesmo que de forma rudimentar. A medida de 1808 significou o início do processo de Independência da principal colônia portuguesa, já que o controle econômico da metrópole havia se encerrado.

A certeza da importância da Abertura dos Portos para a formação de uma colônia independente era compartilhada até por Dom João, que, ao assinar o decreto, estabeleceu que este seria provisório, enquanto houvesse interesse da Corte portuguesa no Rio de Janeiro. Porém, o processo histórico nos mostra que o decreto de 1808 foi o início da emancipação brasileira, completada no ano de 1822, por meio da ruptura política.

Além da Abertura dos Portos, Dom João extinguiu a ordem portuguesa de 1785 que proibia a existência de manufaturas no Brasil. O efeito prático dessa medida foi quase nulo, já que os produtos industrializados ingleses chegavam a um preço bem inferior a qualquer produção nacional nascente, impedindo o desenvolvimento das manufaturas nacionais. Esse cenário negativo foi agravado pela assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra, destacando-se o Tratado de Comércio e Navegação e o Tratado de Aliança e Amizade. Por esses acordos, ficava clara a profunda influência britânica nos rumos da Corte portuguesa, dependente econômica e politicamente da Inglaterra, visto que os produtos vindos da Inglaterra pagariam uma taxa de importação de 15% ao entrarem no Brasil, enquanto os vindos de Portugal pagariam 16%, e os dos demais países, 24%. A facilidade gerada pela lei foi um golpe quase que mortal na frágil estrutura manufatureira do Brasil. Além da redefinição das taxas alfandegárias, os acordos de escravidão definiam uma série de privilégios para os ingleses dentro da colônia, como o direito de foro especial em caso de crime.

A presença da Corte no Brasil, além de redefinir a condição colonial brasileira, deu início à criação de um sentimento de nacionalidade. Isso porque, até a chegada da Corte, não havia a ideia cristalizada do que era ser brasileiro. A elite brasileira se sentia, até então, como um português no Brasil e, a partir da presença da Corte, ficou claro que havia uma grande diferença entre o português e o sujeito nascido no Brasil. Não se pode esquecer de que esse sentimento ganhou relevância progressivamente, somente criando uma identidade nacional no Segundo Reinado.

A presença da Corte portuguesa no Brasil exigiu, ainda, a transformação do Rio de Janeiro, mediante o reordenamento do espaço urbano, em uma cidade capaz de se adequar a uma elite europeia saudosa do Velho Mundo. Assim, Dom João criou ministérios e tribunais, fundou a Casa da Moeda e o Banco do Brasil. O príncipe regente fundou também a Faculdade de Medicina na Bahia, primeiro núcleo de ensino superior do Brasil, e promoveu o desenvolvimento cultural no país através da vinda de importantes artistas europeus, tendo destaque a Missão Francesa de 1816, após a queda de Napoleão, que contou com nomes como Felix Émile Taunay e Jean-Baptiste Debret, responsáveis por representar o cotidiano do Rio de Janeiro no início do século XIX através de centenas de telas.

Viagem Pitoresca e História do Brasil

Mercado da Rua do Valongo

Nesse período, foram fundados, ainda, o Jardim Botânico, a Imprensa Real, a Academia de Belas Artes, a Academia Real Militar, o Teatro Real e a Biblioteca Real. D. João criou uma fábrica de pólvora e aproveitou para invadir dois territórios dos seus inimigos europeus: a Guiana Francesa e a Cisplatina, pertencentes à França e à Espanha, respectivamente. Os dois territórios deixaram de pertencer ao Brasil no decorrer da primeira metade do século XIX.

Em 1815, o Brasil recebeu o título de **Reino Unido de Portugal e Algarves**, fundamental para garantir a presença portuguesa no Congresso de Viena, segundo o princípio da legitimidade, pois apenas um rei que estivesse governando seu reino, e não uma colônia, poderia ter assento nesse encontro conservador. Já para o Brasil, a elevação representou mais um passo rumo à emancipação e ao rompimento da condição colonial. Em 1818, a rainha D. Maria I veio a falecer, e o príncipe regente foi coroado rei com o título de D. João VI.

A presença da Corte portuguesa no Brasil e as realizações empreendidas a partir dessa transferência assinalam uma mudança fundamental: algo semelhante à inversão nas relações entre colônia e metrópole. Ficou evidente, a partir de 1808, que as ordens do Império Lusitano passaram a ser emitidas na antiga colônia, colocando Portugal em segundo plano nas determinações políticas. A consolidação do ideal emancipatório no Brasil seria uma consequência sentida em médio prazo nesse novo cenário.

Enquanto o Brasil via a mudança de sua face com certas liberdades e realizações promovidas por D. João VI, Portugal enfrentava uma grave crise. Após a expulsão dos invasores, com a ajuda inglesa, o reino português ficou sob o controle de autoridades britânicas, merecendo destaque o papel empreendido pelo lorde Beresford. Uma parcela da Corte portuguesa que retornou à metrópole, somada à maioria da população, não aceitava que o monarca continuasse a administrar os interesses do reino estando no Rio de Janeiro. Assim, a partir de 1818, iniciou-se uma luta coordenada por Manuel Fernandes Tomás, que, na Cidade do Porto, criou uma associação liberal responsável por organizar uma revolução que eclodiu em 24 de agosto de 1820, conhecida como **Revolução do Porto**.

Além de não aceitarem mais a autoridade do lorde inglês, os revolucionários da Corte prepararam uma comissão que estabeleceria as mudanças importantes para a reorganização de Portugal. Entre as principais medidas, podem-se citar a formação de uma Constituição liberal e o desejo de transformar o Brasil de D. João VI, novamente, em colônia. Essas medidas mostram as contradições da revolução: liberal internamente e autoritária para com o Brasil. Dessa forma, fazia-se necessária a volta de D. João VI para Portugal, até então adaptado à vida no Brasil e agastado com a possível ideia de abandonar a antiga colônia. Porém, a pressão exercida pelos lusos do reino e a possibilidade da perda do trono levaram D. João VI a retornar a Portugal no ano de 1821, deixando o Brasil sob o controle de seu filho, D. Pedro. O rei D. João VI sabia que a autonomia do Brasil era um processo irreversível, chegando a orientar o jovem príncipe quanto à possibilidade de promover a emancipação do Brasil, evitando que a antiga colônia, em que ele viveu durante mais de 11 anos, caísse nas mãos de revolucionários.

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822)

Temendo a ação das cortes portuguesas, grupos da elite brasileira começaram a discutir a urgência de um processo de Independência, formando o que se convencionou chamar de Partido Brasileiro, constituído, em sua maioria, pela aristocracia rural, responsável pela dominação do cenário político colonial durante séculos. Entre os líderes desse partido, destacam-se os nomes de Gonçalves Ledo, Januário Cunha Barbosa e José Bonifácio de Andrada e Silva. A oposição ao Partido Brasileiro vinha do chamado Partido Português, composto de comerciantes nascidos em Portugal e favoráveis ao processo de recolonização do Brasil. Deve-se recordar que a concepção do período, acerca dos partidos, não possui o mesmo sentido atualmente.

Nas primeiras reuniões das cortes portuguesas, assembleias responsáveis pelo andamento das reformas em Portugal, tornou-se consenso a necessidade de se exigir o retorno do príncipe regente à metrópole, já que sua presença no Brasil dificultaria o processo recolonizador. A pressão vinda do reino levou o Partido Brasileiro a realizar um abaixo-assinado, com cerca de 8 mil assinaturas, pedindo a permanência de D. Pedro. No Brasil, ao receber o documento, o príncipe declarou: "Como é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico". A data de 9 de janeiro de 1822 acabou eternizada como o Dia do Fico. Era o primeiro embate entre D. Pedro e as cortes portuguesas que levaria à Independência.

Alguns portugueses, sediados no Brasil, não aceitaram a postura de D. Pedro, como é o caso das tropas lusas, lideradas por Jorge Avilez, que se amotinaram contra a medida, nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, mas foram expulsas do Brasil sob a ordem do príncipe regente. Depois disso, foi proibido o desembarque de novas tropas portuguesas no território brasileiro.

Logo em seguida, D. Pedro nomeou um gabinete composto de brasileiros, sob a liderança de seu amigo pessoal, José Bonifácio, político influente e favorável ao processo de emancipação do Brasil. Assumindo o cargo de ministro do reino e dos estrangeiros, José Bonifácio, com o auxílio de seus irmãos, Antônio Carlos e Martin Francisco, iniciou uma considerável luta de reação frente às medidas das cortes portuguesas.

Em 16 de fevereiro de 1822, foi criado o Conselho de Procuradores Gerais das Províncias do Brasil com o objetivo de auxiliar D. Pedro na administração. Porém, a principal função do Conselho seria evitar a radicalização de alguns setores que defendiam a emancipação a partir de um processo mais democrático, temido pela aristocracia brasileira, inclusive por José Bonifácio. Em maio de 1822, D. Pedro assinou o decreto do "Cumpra-se", determinando que qualquer ordem que viesse de Portugal deveria ser aprovada pelo príncipe regente. Em 13 de maio de 1822, o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, apoiando o novo decreto, conferiu a Dom Pedro o título de Defensor Perpétuo do Brasil. Sob a pressão do liberal Gonçalves Ledo, D. Pedro convocou uma Assembleia Constituinte para o Brasil no mês de junho de 1822.

Como a situação se encaminhava para uma ruptura definitiva, as cortes portuguesas exigiram o retorno imediato de D. Pedro para a metrópole, em setembro de 1822. Orientado por José Bonifácio, por meio de uma carta, e insatisfeito com as ordens vindas da Europa, D. Pedro declarou, no dia 7 de setembro de 1822, o Brasil independente de Portugal.

A partir da narrativa anterior, fica claro que a ruptura colônia-metrópole não foi construída através da participação popular. A Independência do Brasil, realizada por um português, assinala a ausência de uma fundação política inovadora que garantisse as mudanças necessárias para um país explorado como colônia durante séculos. A ruptura política não foi acompanhada de transformações estruturais na economia e na sociedade brasileira. Assim, apesar da existência de liberais empenhados na formulação de uma nova nação, como Gonçalves Ledo, que propunha eleições diretas e um país mais democrático, a tendência da política brasileira, após a Independência, foi optar por uma linha conservadora, liderada por José Bonifácio. Quanto a D. Pedro, nota-se que foi o instrumento da aristocracia rural para que o Brasil rompesse com Portugal, sem permitir as mudanças tão temidas por essa elite. Além da ausência de uma luta revolucionária, nosso país também representou uma exceção na América: foi criado um sistema monárquico que governou a nação até o final do século XIX.

Pedro Américo

Representação da Independência brasileira conferindo heroísmo à liderança de D. Pedro

Após setembro de 1822, ocorreram algumas lutas para a consolidação da Independência. Essas batalhas se concentraram nas províncias da Bahia, Piauí, Maranhão, Pará e Cisplatina, onde existiam tropas portuguesas dispostas a permanecer fiéis ao governo lusitano. Para combater a resistência, D. Pedro I, título obtido ao se tornar imperador do Brasil, organizou tropas brasileiras, que foram orientadas por oficiais estrangeiros, principalmente mercenários ingleses. A guerra pela Independência chegou a mobilizar um grupo de mais de 20 mil homens, número maior do que o das tropas que promoveram outras independências no restante da América, inclusive a Independência norte-americana. Após sangrentas batalhas, o país foi pacificado, sendo eliminadas as forças resistentes ao novo governo brasileiro: o Império de D. Pedro I.

LEITURA COMPLEMENTAR

A atuação das elites brasileiras na Independência e na definição do perfil político nacional partiu de uma estrutura escravista oposta a uma meta de ampliação dos direitos populares e mesmo contra o envolvimento participativo do conjunto da população brasileira. Até porque, por suas raízes, predominavam entre nossas elites as posições ideológicas de padrão bastante autoritário e conservador, mesmo quando se aproximavam das tendências liberais européias do período.

A preocupação das elites brasileiras em criar um Estado Nacional que evitasse a fragmentação política da América Espanhola foi prioritária sobre a construção de uma democracia liberal. Além do que, os liberais brasileiros, diferentemente das elites crioulas latino-americanas, eram avessos ao liberalismo radical francês, considerado como propenso à anarquia, e optaram pelo liberalismo lockiano e pré-democrático da tradição inglesa, que dominava os cursos jurídicos de Coimbra.

TRINDADE, Hélgio. Construção da cidadania e representação política: lógica liberal e práxis autoritária. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura política e democracia:* desafios das sociedades contemporâneas. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1994. p. 47-48.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (FUVEST-SP–2010) *Eis que uma revolução, proclamando um governo absolutamente independente da sujeição à Corte do Rio de Janeiro, rebentou em Pernambuco, em março de 1817. É um assunto para o nosso ânimo tão pouco simpático que, se nos fora permitido [colocar] sobre ele um véu, o deixaríamos fora do quadro que nos propusemos tratar.*

VARNHAGEN. F. A. *História geral do Brasil*, 1854.

O texto trata da Revolução Pernambucana de 1817. Com relação a esse acontecimento, é **POSSÍVEL** afirmar que os insurgentes

A) pretendiam a separação de Pernambuco do restante do reino, impondo a expulsão dos portugueses desse território.

B) contaram com a ativa participação de homens negros, pondo em risco a manutenção da escravidão na região.

C) dominaram Pernambuco e o norte da colônia, decretando o fim dos privilégios da Companhia do Grão-Pará e Maranhão.

D) propuseram a Independência e a República, congregando proprietários, comerciantes e pessoas das camadas populares.

E) implantaram um governo de terror, ameaçando o direito dos pequenos proprietários à livre exploração da terra.

02. (UESPI-PI–2010) A chamada Revolução Liberal do Porto, de 1820, entre seus desdobramentos, contribuiu para a declaração da Independência do Brasil, uma vez que

A) entre as reivindicações do movimento estava a volta de D. João VI a Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia.

B) o seu caráter liberal não aceitava o regime monárquico, pretendendo instituir o parlamentarismo no Brasil e em Portugal.

C) a Abertura dos Portos do Brasil, em 1808, e o Tratado de 1810 fortaleceram a economia portuguesa que passou, então, a exigir a presença da Corte.

D) na organização das cortes gerais e na constituinte, a presença de deputados brasileiros não foi permitida.

E) propiciou a formação dos partidos Brasileiro e Português, que, unidos, articularam o movimento de Independência do Brasil.

03. (UFMG) Leia este trecho de documento:

Pernambucanos [...] *o povo está contente, já não há distinção entre Brasileiros, e europeus, todos se conhecem irmãos, descendentes da mesma origem* [...] *Um governo provisório iluminado escolhido entre todas as ordens do Estado, preside a vossa felicidade* [...] *Vós vereis consolidar-se a vossa fortuna, vós sereis livres do peso de enormes tributos, que gravam sobre vós; o vosso, e nosso país* [= Pernambuco] *subirá ao ponto de grandeza, que há muito o espera, e vós colhereis o fruto dos trabalhos e do zelo dos vossos cidadãos. Ajudai-os com* [...] *a vossa aplicação à agricultura, uma nação rica é uma nação poderosa. A pátria é a nossa mãe comum, vós sois seus filhos, sois descendentes dos valorosos lusos, sois portugueses, sois americanos, sois brasileiros, sois pernambucanos.*

PROCLAMAÇÃO do Governo Provisório Revolucionário de Pernambuco, em 9 de março de 1817.

Considerando-se os princípios que fundamentam a Revolução Pernambucana de 1817, é **INCORRETO** afirmar que seus participantes

A) consideravam irrelevantes as questões tributárias e desigualdades existentes entre "brasileiros", "pernambucanos" e "portugueses".

B) entendiam que a riqueza tornava uma nação poderosa, sendo a agricultura vista como uma atividade econômica importante para a pátria.

C) promoveram a constituição de um governo provisório em Pernambuco, em oposição ao governo monárquico chefiado por D. João.

D) reconheciam como identidades coletivas os "pernambucanos", os "portugueses" e os "brasileiros", defendendo que todos eles eram filhos da pátria.

04. (UNESP–2010) A Independência do Brasil do domínio português significou o rompimento com

A) a economia europeia, sustentada pela exploração econômica dos países periféricos.

B) o padrão da economia colonial, baseado na exportação de produtos primários.

C) a exploração do trabalho escravo e compulsório de índios e de povos africanos.

D) o liberalismo econômico e a adoção da política metalista ou mercantilista.

E) o sistema de exclusivo metropolitano, orientado pela política mercantilista.

05. (UFMG) Todas as alternativas apresentam afirmações corretas sobre a Independência do Brasil, **EXCETO**

A) A crença no liberalismo de D. Pedro I e a expectativa positiva quanto a uma constituição brasileira estavam presentes em 1822.

B) A Declaração de Independência estava diretamente relacionada às determinações das cortes de Lisboa enviadas a D. Pedro.

C) A ideologia monárquica enraizada fez com que o povo e os políticos apoiassem o príncipe.

D) A ideia do federalismo era mais importante para os radicais do que a defesa da República.

E) A participação popular determinou os rumos da constituição do novo Estado Nacional.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFG–2008) Leia os fragmentos a seguir.

Não corram tanto ou pensarão que estamos fugindo!

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, jul. 2005. p. 24.

Preferindo abandonar a Europa, D. João procedeu com exato conhecimento de si mesmo. Sabendo-se incapaz de heroísmo, escolheu a solução pacífica de encabeçar o êxodo e procurar no morno torpor dos trópicos a tranqüilidade ou o ócio para que nasceu.

MONTEIRO, Tobias. *História do Império*: a elaboração da Independência. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981. p. 55 (Adaptação).

O embarque da família real para o Brasil, em 1807, deu origem a contraditórias narrativas. A frase anterior, atribuída à rainha D. Maria I, tornou-se popular, passando a constituir uma versão narrativa ainda vigorosa. Nos anos de 1920, os estudos sobre a Independência refizeram o percurso do embarque, assegurando uma interpretação republicana sobre esse acontecimento, tal como exemplificado no trecho do jornalista e historiador Tobias Monteiro. Sobre essa versão narrativa em torno do embarque, pode-se dizer que pretendia

A) conquistar a simpatia da Inglaterra, ressaltando a importância do apoio inglês no translado da Corte portuguesa para o Brasil.

B) associar a figura do rei ao pragmatismo político, demonstrando que o deslocamento da Corte era um ato de enfrentamento a Napoleão.

C) ridicularizar o ato do embarque, agregando à interpretação desse acontecimento os elementos de tragédia, comicidade e ironia.

D) culpabilizar a rainha pela decisão do embarque, afirmando-lhe o estado de demência lamentado por seus súditos.

E) explicar o financiamento do ócio real por parte da colônia, comprovando que o embarque fora uma estratégia articulada pelo rei.

02. (FUVEST-SP–2008) Em novembro de 1807, a família real portuguesa deixou Lisboa e, em março de 1808, chegou ao Rio de Janeiro. O acontecimento pode ser visto como

A) incapacidade dos Bragança de resistirem à pressão da Espanha para impedir a anexação de Portugal.

B) ato desesperado do príncipe regente, pressionado pela rainha-mãe, Dona Maria I.

C) execução de um velho projeto de mudança do centro político do Império português, invocado em épocas de crise.

D) culminância de uma discussão popular sobre a neutralidade de Portugal com relação à guerra anglo-francesa.

E) exigência diplomática apresentada por Napoleão Bonaparte, então primeiro cônsul da França.

03. (PUC Rio–2008) Sobre as transformações político-sociais e econômicas ocorridas durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil (1808-1821), estão corretas as afirmações a seguir, à **EXCEÇÃO** de

A) A vinda da família real para o Brasil transformou a colônia no principal centro das decisões políticas e econômicas do Império Português.

B) A Abertura dos Portos favoreceu os interesses dos proprietários rurais produtores de açúcar e algodão, uma vez que se viram livres do monopólio comercial.

C) A permanência da Corte portuguesa no Rio de Janeiro satisfez os interesses dos diferentes grupos sociais da colônia e trouxe benefícios para todas as regiões do Brasil.

D) Durante o Período Joanino, organizaram-se novos órgãos e instituições, como o Banco do Brasil e a Casa da Moeda.

E) Entre as medidas que mudaram o perfil político-econômico da colônia, destacaram-se os tratados de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação, que deram benefícios aos ingleses.

04. (PUC Rio) À **EXCEÇÃO** de uma, as alternativas a seguir apresentam de modo correto algumas das transformações culturais e científicas promovidas pelo Governo Joanino (1808-1821), durante a permanência da Corte portuguesa no Brasil. Assinale-a.

A) Ainda que tivessem sido criados a Impressão Régia e o primeiro jornal do Brasil, a existência da censura e a ação da Intendência Geral de Polícia coibiriam com sucesso a difusão de ideias contrárias ao Governo Joanino.

B) Pouco depois de chegar ao Brasil, D. João fundou o Real Horto (o Jardim Botânico do Rio de Janeiro), onde foram aclimatadas e introduzidas novas espécies vegetais.

C) Logo após a elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, o Príncipe Regente autorizou a vinda da Missão Artística Francesa, chefiada por Joaquim Lebreton, da qual faziam parte artistas como Jean-Baptiste Debret.

D) Com o acervo trazido do velho reino, foi criada a Biblioteca Real, origem da atual Biblioteca Nacional.

E) Chegaram à América Portuguesa cientistas e viajantes estrangeiros, como o zoólogo Spix, o botânico Martius e o naturalista Saint-Hilaire, que percorreram o território realizando inventários de comunidades, da geografia, da fauna e da flora.

05. (UEG) A transferência da família real portuguesa para o Brasil em 1808 causou intensa movimentação no panorama da colônia. Estima-se que mais de 10 000 pessoas aportaram no Rio de Janeiro. Sobre tal contexto, é **CORRETO** afirmar:

A) A ruptura do pacto colonial e o processo de Independência são dois acontecimentos estreitamente relacionados com o estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil.

B) D. João VI transferiu-se de Portugal para o Brasil em função do intenso progresso econômico da colônia, garantido pela exploração aurífera.

C) A chegada da família real trouxe como resultado uma repressão sistemática ao comércio de escravos e, ao mesmo tempo, o incentivo à exportação de produtos manufaturados para a Europa.

D) A reciprocidade de interesses entre a Coroa portuguesa e as elites locais pode ser percebida no esforço conjunto para escapar da influência econômica inglesa.

06. (Mackenzie-SP–2011) *No ano de sua independência, o Brasil tinha* [...] *tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população pobre e carente* [...] *O medo de uma rebelião dos cativos assombrava a minoria branca. O analfabetismo era geral.* [...] *Os ricos eram poucos e, com raras exceções, ignorantes. O isolamento e as rivalidades entre as províncias prenunciavam uma guerra civil* [...]

Laurentino Gomes, 1822

É **CORRETO** afirmar que a Independência do Brasil só não confirmou os temores apresentados no trecho,

A) porque, ao defender a revolução popular de inspiração camponesa, inspirou legisladores como José Bonifácio e Joaquim Nabuco a defenderem a emancipação completa em relação a Portugal.

B) porque o povo conseguiu entender os anseios de D. Pedro e da elite brasileira, ao pegar em armas e defender até a morte uma Independência que parecia condenada em sua própria estrutura.

C) porque foi realizada à revelia da população pobre – destacadamente de origem africana e indígena –, uma vez que suas simpatias pela Revolução Americana ameaçavam os poderes da elite branca.

D) porque parcelas significativas da elite brasileira se aglutinaram em torno de D. Pedro, a fim de manter as antigas bases de um Brasil colonial na estrutura do novo país que nascia em 1822.

E) porque foi inspirada pela Revolução Francesa e pelas ideias iluministas, no contexto da crise do antigo sistema colonial, sendo liderada pela elite burguesa contra a tirania representada por D. Pedro.

07. (FGV-SP) Com relação à África portuguesa, a emancipação política do Brasil em 1822

A) provocou fortes reações nas elites angolanas, a ponto de alguns setores manifestarem interesse em fazer parte do Império Brasileiro.

B) acarretou a suspensão definitiva do tráfico negreiro como uma forma de retaliação do governo português contra a sua ex-colônia.

C) levou ao aparecimento de movimentos pela Independência em Angola e Moçambique, que só se tornariam vitoriosos ao final do século XIX.

D) levou a Coroa portuguesa a implementar regimes de segregação racial em suas possessões africanas, inspirados na experiência inglesa na África do Sul.

E) provocou o desinteresse português na manutenção dos seus domínios no Ultramar e o abandono dessas possessões a outras potências europeias.

08. (UFSM)

SUPERINTERESSANTE, Fev. 2002. p. 33.

Esse mapa foi feito a partir da suposição de que, se a família real portuguesa não tivesse vindo para o Brasil em 1808, o processo de Independência brasileira teria sido diferente.

O mapa permite a seguinte conclusão:

A) A divisão política da América Latina independe do rumo da história.

B) Ao capitalismo industrial em expansão pouco importava a organização política dos Estados latino-americanos.

C) A Corte portuguesa no Brasil foi capaz de manter a unidade territorial da colônia, submetendo-a ao regime monárquico.

D) A consciência nacional se forja exclusivamente a partir da unidade linguística.

E) As Guerras Napoleônicas difundiram o ideal monárquico-liberal entre as colônias luso-espanholas da América.

09. (UFF-RJ) Nas primeiras décadas do século XIX, ocorreu uma verdadeira "redescoberta do Brasil", como identificou Mary Pratt, graças à ação de inúmeros viajantes europeus, bem como às missões artísticas e científicas que percorreram o território, colhendo diversas informações sobre o que aqui existia. Foram registrados os diversos grupos humanos encontrados, legando-nos um retrato de diversos tipos sociais. Rica e fundamental foi a descrição que fizeram da natureza, revelando ao mundo diferenciadas flora e fauna. Entretanto, até o início dos oitocentos, os estrangeiros foram proibidos de percorrer as terras brasileiras, e eram quase sempre vistos como espiões e agentes de outros países.

O grande afluxo de artistas e cientistas estrangeiros ao Brasil está ligado

A) à política joanina, no sentido de modernizar o Rio de Janeiro, inclusive com o projeto de criar uma escola de ciências, artes e ofícios.

B) à pressão exercida pela Inglaterra, para que o governo de D. João permitisse a entrada de cientistas e artistas no Brasil.

C) à transferência da capital do Império Português de Salvador para o Rio de Janeiro, modificando o eixo econômico da colônia.

D) à reafirmação do pacto colonial, em função das proposições liberais da Revolução do Porto.

E) à política de vários países europeus, que buscavam ampliar o conhecimento geral sobre o mundo, na esteira do humanismo platônico.

10. (UFTM-MG–2008) Há quase 200 anos, a transferência da Corte portuguesa para o Brasil deu início a uma série de transformações, principalmente no Rio de Janeiro. Constituem exemplos de mudanças na economia, política e cultura, respectivamente,

A) a ruptura do pacto colonial, a transferência da capital do vice-reino para o Rio e a criação da primeira universidade no Brasil.

B) a introdução do cultivo de café, a supremacia do Rio como sede do Império Português e a publicação do primeiro jornal brasileiro.

C) o fim do monopólio comercial, a elevação do Brasil a Reino Unido e a influência de costumes estrangeiros no cotidiano do Rio.

D) o início da dependência da Inglaterra, o estabelecimento do Poder Moderador no governo e o apogeu do estilo Barroco nas artes.

E) o alvará de proibição industrial, o fim do sistema de capitanias hereditárias e a fundação da Biblioteca Real na capital.

11. (UFLA-MG–2008) Leia o seguinte texto:

Na manhã de 29 de novembro de 1807, circulou a informação de que a rainha, o príncipe regente e toda a Corte estava fugindo para o Brasil, sob a proteção da Marinha britânica. Nunca algo semelhante tinha acontecido na história de qualquer país europeu, rei nenhum havia ido tão longe a ponto de cruzar um oceano para viver e reinar do outro lado do mundo.

SUPERINTERESSANTE, Out. 2007

Com base no texto, responda:

A) **INDIQUE** uma das ordens imediatas do príncipe regente ao pisar em terras brasileiras.

B) No que diz respeito à chegada da família real ao Brasil em 1808, **APRESENTE** duas consequências que tenham tido significativa relevância no sentido de modificar o rumo histórico do país.

12. (UERJ–2008) *Possa este, para sempre memorável dia, ser celebrado com universal júbilo por toda a América Portuguesa, por uma dilatada série de séculos, como aquele em que começou a raiar a aurora da felicidade, prosperidade e grandeza, a que algum dia o Brasil se há de elevar, sendo governado de perto pelo seu soberano. Sim, nós já começamos a sentir os saudáveis efeitos da paternal presença de tão ótimo príncipe, que* [...] *nos deu as mais evidentes provas, que muito alentam as nossas esperanças, de que viera ao Brasil a criar um grande Império.*

SANTOS, Luís Gonçalves dos. *Memórias para servir à história do reino do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, São Paulo: EDUSP, 1981.

O texto anterior revela o entusiasmo e as esperanças daqueles que assistiram à chegada da família real portuguesa ao Brasil. **INDIQUE** duas inovações de caráter científico ou cultural decorrentes da política de D. João. **INDIQUE** também uma mudança política ou econômica observada durante a permanência da Corte e sua respectiva consequência para o Brasil.

13. (UFRJ) A instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro, em 1808, representou uma alternativa para um contexto de crise política na metrópole e a possibilidade de implementar as bases para a formação de um Império Luso-brasileiro na América.

A) **CITE** duas medidas adotadas pelo regente D. João que contribuíram para o estabelecimento de bases para a formação de um Império Luso-brasileiro na América.

B) A despeito de a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro ter sido analisada como mera fuga frente à invasão francesa em Portugal, estudos têm revelado que a ideia da mudança para o Brasil não era nova.

CITE dois argumentos apresentados por aqueles que, já no século XVIII, defendiam essa medida.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) As imagens reproduzem quadros de D. João VI e de seu filho D. Pedro I nos respectivos papéis de monarcas. A arte do retrato foi amplamente utilizada pela nobreza ocidental, com objetivos de representação política e de promoção social. No caso dos reis, essa era uma forma de se fazer presente em várias partes do reino e, sobretudo, de se mostrar em majestade.

Imagem I

Jean-Baptiste Debret, Retrato de D. João VI, 1817, óleo s/ tela, 0,60m x 0,42m. Acervo do Museu de Belas Artes/IPHAN/ MINC. Rio de Janeiro.

Imagem II

Henrique José da Silva. Retrato do imperador em trajes majestáticos. Gravura sobre metal feita por Urbain Massard 0,64m x 0,44m. Acervo do Museu Imperial.

Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em : 17 dez. 2008.

A comparação das imagens permite concluir que

A) as obras apresentam substantivas diferenças no que diz respeito à representação do poder.

B) o quadro de D. João VI é mais suntuoso, porque retrata um monarca europeu típico do século XIX.

C) os quadros dos monarcas têm baixo impacto promocional, uma vez que não estão usando a coroa, nem ocupam o trono.

D) a arte dos retratos, no Brasil do século XIX, era monopólio de pintores franceses, como Debret.

E) o fato de pai e filho aparecerem pintados de forma semelhante sublinha o caráter de continuidade dinástica, aspecto político essencial ao exercício do poder régio.

02. (Enem–2010) *Eu, o príncipe regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.*

ALVARÁ de liberdade para as indústrias (1º de Abril de 1808). In: BONAVIDES, P.; AMARAL, R. *Textos políticos da História do Brasil.* Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (Adaptação).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

A) A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.

B) A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.

C) A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.

D) O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.

E) O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

03. (Enem–2010) Em 2008, foram comemorados os 200 anos da mudança da família real portuguesa para o Brasil, onde foi instalada a sede do reino. Uma sequência de eventos importantes ocorreu no período 1808-1821, durante os 13 anos em que D. João VI e a família real portuguesa permaneceram no Brasil.

Entre esses eventos, destacam-se os seguintes:

- Bahia – 1808: Parada do navio que trazia a família real portuguesa para o Brasil, sob a proteção da Marinha britânica, fugindo de um possível ataque de Napoleão.
- Rio de Janeiro – 1808: desembarque da família real portuguesa na cidade onde residiram durante sua permanência no Brasil.

- Salvador – 1810: D. João VI assina a carta régia de Abertura dos Portos ao comércio de todas as nações amigas, ato antecipadamente negociado com a Inglaterra em troca da escolta dada à esquadra portuguesa.
- Rio de Janeiro – 1816: D. João VI torna-se rei do Brasil e de Portugal, devido à morte de sua mãe, D. Maria I.
- Pernambuco – 1817: As tropas de D.João VI sufocam a Revolução Republicana.

GOMES, L. *1808*: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2007 (Adaptação).

Uma das consequências desses eventos foi

A) a decadência do Império Britânico, em razão do contrabando de produtos ingleses através dos portos brasileiros.

B) o fim do comércio de escravos no Brasil, porque a Inglaterra decretara, em 1806, a proibição do tráfico de escravos em seus domínios.

C) a conquista da região do Rio da Prata em represália à aliança entre a Espanha e a França de Napoleão.

D) a abertura de estradas, que permitiu o rompimento do isolamento que vigorava entre as províncias do pais, o que dificultava a comunicação antes de 1808.

E) o grande desenvolvimento econômico de Portugal após a vinda de D. João VI para o Brasil, uma vez que cessaram as despesas de manutenção do rei e de sua família.

GABARITO

Fixação

01. D 02. A 03. A 04. E 05. E

Propostos

01. C 03. C 05. A 07. A 09. A

02. C 04. A 06. D 08. C 10. C

11. A) A Abertura dos Portos brasileiros às Nações Amigas em 1808.

B) Entre as consequências relevantes da chegada da família real portuguesa ao Brasil em 1808, pode-se mencionar o Tratado de Comércio e Navegação de 1810 com a Inglaterra, que, além de constituir-se em obstáculo ao desenvolvimento da atividade industrial no Brasil, iniciava a vinculação do Brasil à órbita do capitalismo britânico, e a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves em 1815, retirando-lhe a condição de colônia e pontencializando as bases para a emancipação política brasileira.

12. Duas das inovações:

- Biblioteca Real, atual Nacional
- Academia Real Militar
- Impressão Régia
- Gazeta do Rio de Janeiro
- Aulas de Comércio
- Real Horto, atual Jardim Botânico
- Intendência de Polícia
- Vinda da Missão Artística Francesa

Uma das mudanças e sua respectiva consequência:

- Abertura dos Portos às Nações Amigas – rompimento com o pacto colonial
- Assinatura dos tratados de 1810 com a Inglaterra – aprofundamento da influência comercial britânica
- Elevação do Brasil a Reino Unido – fim do *status* de colônia da América Portuguesa

13. A) Pode-se citar, entre outras: a Abertura dos Portos às Nações Amigas; a criação do Banco do Brasil; a revogação dos decretos que proibiam a instalação de manufaturas na colônia; a instalação do Ministério da Guerra e Assuntos Estrangeiros; a distribuição de títulos de nobreza e de terras entre os membros da Corte, portugueses e nascidos no Brasil; a formação de quadros, expressa na criação da Academia Militar, da Academia de Medicina, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e da Real Biblioteca; a elevação da colônia à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves; a aclamação do regente como monarca D. João VI, após a morte de D. Maria I.

B) A transferência da Corte para o Brasil e o estabelecimento de um império nos trópicos não era ideia nova, tendo sido considerada sempre que ameaças pairavam sobre a monarquia portuguesa. O estabelecimento da Corte no Brasil garantiria a resistência e a sobrevivência frente às ameaças de invasões estrangeiras, a posse de sua colônia mais rica e um melhor equilíbrio entre Portugal e a América mediante a montagem de um aparato administrativo mais racional e eficaz.

Seção Enem

01. E 02. B 03. C

HISTÓRIA

Brasil Império: Primeiro Reinado

MÓDULO 12 FRENTE B

A história do Brasil Império pode ser dividida em três fases políticas:

Primeiro Reinado (1822-1831): Período de nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro I, caracterizado por forte instabilidade político-econômica, sendo encerrado no ato de sua abdicação. Como o filho do imperador, D. Pedro II, era muito novo para ascender ao trono, ocorreu uma fase de transição entre os dois imperadores, conhecida como Regência.

Regência (1831-1840): O Período Regencial, um dos mais conturbados da história do Brasil, compreende o início da administração do país por brasileiros. Devido, principalmente, ao insucesso da administração na época, as regências encerraram-se antes do previsto, para que D. Pedro II pudesse assumir o governo do Brasil. Nesse momento, os dois grupos, brasileiros e portugueses, que já vinham se confrontando desde o processo de Independência, passaram a ter projetos políticos claramente antagônicos.

Segundo Reinado (1840-1889): Período de quarenta e nove anos em que o Brasil foi governado por D. Pedro II. Vítima de um golpe republicano em 1889, que exigiu sua saída do país, o imperador foi exilado na França. Essa foi uma fase estável de nossa história, na qual se destacam a manutenção do trabalho escravo e a opção pelo café como principal produto de exportação.

PRIMEIRO REINADO (1822-1831)

Após declarar a Independência do Brasil e coordenar a repressão aos focos de resistência à emancipação, D. Pedro I lutou pelo reconhecimento da nova nação no exterior. O primeiro país a reconhecer o Brasil foram os Estados Unidos (1824), baseados na política da Doutrina Monroe ("a América para os americanos"), auxiliando a diplomacia brasileira a obter o apoio de outros Estados. Em 1825, o México já reconhecia a Independência brasileira. No mesmo ano, Portugal aceitou a separação da ex-colônia, mediante as seguintes condições: deveria ser concedido a D. João VI o título de imperador honorário do Brasil e deveria ser paga uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas ao governo português. O Brasil aceitou os termos do acordo, tendo de recorrer à Inglaterra para conseguir um empréstimo de tal valor. O dinheiro, porém, não saiu da Inglaterra, já que o governo português tinha uma dívida com os britânicos, ocorrendo apenas uma transferência do pagamento do compromisso dos cofres brasileiros para os ingleses. Em 1827, a Inglaterra também reconhecia a Independência do Brasil, exigindo a renovação dos Tratados Comerciais de 1810, que davam aos ingleses privilégios comerciais. Novamente, o Brasil cedeu, sendo obrigado a manter tais taxas para outras nações, com intuito de garantir o reconhecimento de sua Independência.

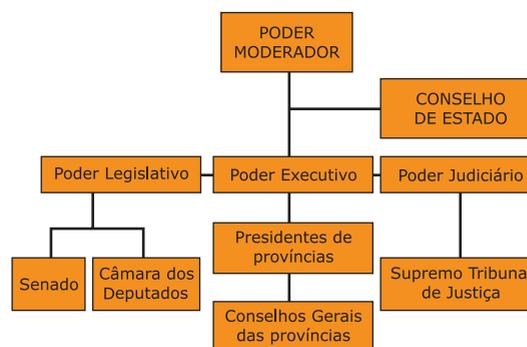
Manuel Simplício de Sá.

D. Pedro I durante seu atribulado reinado.

No âmbito da política interna, o primeiro conflito entre D. Pedro I e a elite brasileira ficou por conta da elaboração da Constituição brasileira. Apesar de a convocação da Assembleia ter ocorrido no mês de junho de 1822, os trabalhos começaram apenas em maio de 1823, liderados por Antônio Carlos Andrada, irmão de José Bonifácio. O caráter liberal do projeto, que defendia o Poder Legislativo, tornava o papel do imperador apenas decorativo, retirando de D. Pedro I a força absoluta na administração pública. Inspirada em alguns princípios iluministas, a nova Constituição defendia o liberalismo econômico e a soberania nacional, deixando claro, em seus 272 artigos, um sentimento de xenofobismo em relação aos portugueses. Além disso, o projeto era antidemocrata e delegava o direito de voto aos latifundiários detentores de certa quantidade de alqueires de mandioca, garantindo a participação no pleito a poucos brasileiros, o que prejudicou os comerciantes lusitanos e a maioria da população. Esse projeto constitucional ficou conhecido como "Constituição da Mandioca".

Não aceitando a limitação ao seu poder, D. Pedro I ordenou o fechamento da Assembleia Legislativa e a prisão de inúmeros deputados, entre os quais estavam os irmãos Andradas (José Bonifácio, Martin Francisco e Antônio Carlos). Os argumentos utilizados pelo monarca para justificar sua atitude arbitrária foram as tentativas de limitação do seu poder no projeto constitucional, além das críticas realizadas pelos deputados do Partido Brasileiro aos portugueses e ao imperador nos jornais de oposição (*A Sentinela* e *Tamoio*). A invasão da Assembleia Constituinte e a respectiva prisão dos deputados ficaram conhecidas como a "Noite da Agonia" (12 de novembro de 1823). Estava claro o interesse de D. Pedro I em governar o Brasil com um regime centralizado e com total aproximação dos portugueses que residiam em território brasileiro. Nota-se que a pretensão da elite brasileira em implementar uma ordem política liberal encontrou em D. Pedro I um obstáculo. Desse modo, a Constituição da Mandioca nunca foi colocada em prática, fazendo-se necessário um novo projeto constitucional, que acabou sendo organizado de acordo com os interesses de D. Pedro I, legalizando suas tendências centralizadoras.

CONSTITUIÇÃO DE 1824

Devido ao grande incômodo gerado pelo fechamento da Assembleia Constituinte, D. Pedro I convocou um conselho para que seus membros, um total de 10 pessoas, pudessem redigir uma nova Constituição, que foi finalizada em 40 dias. Baseada, em muitos pontos, na Constituição da Mandioca, a nova Carta apresentava duas características que a diferenciava da antiga. Em primeiro lugar, o voto não seria mais determinado pelo número de alqueires de mandioca, mas pela renda dos cidadãos (voto censitário), evitando uma possível participação popular, e, ao mesmo tempo, garantindo a presença dos portugueses no pleito eleitoral. O segundo destaque da Constituição de 1824 foi a criação de um quarto poder: o Poder Moderador, que se colocava acima dos outros três poderes e tinha o princípio político de equilibrá-los, com a função prática, porém, de controlá-los. O novo projeto outorgado por D. Pedro I dava a ele o controle desse poder e, consequentemente, o total comando da nação. Deve-se considerar que não há consenso em torno do estatuto do governo de D. Pedro I. Setores da historiografia divergem em considerá-lo absolutista ou somente autoritário. Já o Conselho de Estado, que assessorava o imperador, era um órgão consultivo, composto de membros de destaque na sociedade, que tinham um elevado poder econômico. O catolicismo foi considerado religião oficial (apesar da liberdade de culto), e o imperador cumpriria o papel de chefe da Igreja no Brasil, através do Regime de Padroado. O país foi dividido em províncias e o Judiciário, exercido por juízes e tribunais, estaria subordinado ao Supremo Tribunal de Justiça, nomeado pelo imperador.

Organograma do Brasil Império

Desse modo, a nova Constituição, com o Poder Moderador personificado em D. Pedro I, e o voto censitário beneficiando os portugueses, representou, novamente, a ausência de uma planificação democrática para a nação.

Boris Fausto, em sua obra *História do Brasil*, explica como funcionava o processo eleitoral da Constituição de 1824:

> A eleição para a Câmara de Deputados se processava da seguinte forma. Nas eleições primárias, votavam os cidadãos brasileiros, inclusive os escravos libertos, mas não podiam votar, entre outros, os menores de 25 anos, os criados de servir, os que não tivessem renda anual de pelo menos 100 mil-réis provenientes de bens de raiz (imóveis), indústria, comércio ou emprego. Os candidatos, por sua vez, só podiam ser pessoas que, além dos requisitos dos votantes, tivessem renda de, no mínimo, 200 mil-réis anuais e não fossem escravos libertos. Os escolhidos nessas eleições primárias formavam o corpo eleitoral que elegeria os deputados. Para ser candidato nessa segunda etapa,

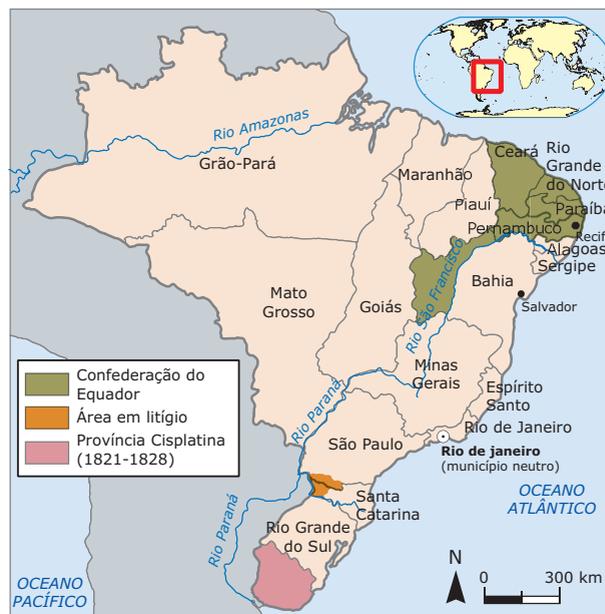
as exigências aumentavam: além dos requisitos anteriores, era necessário ser católico e ter uma renda mínima anual de 400 mil-réis. Não havia referência expressa às mulheres, mas elas estavam excluídas desses direitos políticos pelas normas sociais. Curiosamente, até 1882, era praxe admitir o voto de grande número de analfabetos, tendo em vista o silêncio da Constituição a esse respeito.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*.

Muitos setores da sociedade ficaram insatisfeitos com a Constituição de 1824, o que levou os grupos da elite do Partido Brasileiro a exercerem uma considerável pressão sobre D. Pedro I para que ele diminuísse a centralização do poder presente em seu projeto. O foco mais intenso de resistência à política de D. Pedro I ocorreu no Nordeste, através da Confederação do Equador.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

A oposição nordestina ao governo sediado no Rio de Janeiro já vinha ocorrendo desde 1817, com a Revolução Pernambucana. A tradição federalista e republicana da região não havia desaparecido e, com o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823, esse sentimento voltou à tona. Os liberais de Pernambuco, inflamados pelas palavras publicadas nos jornais de oposição, como a *Guarita de Pernambuco*, *Sentinela da Liberdade* e *Tífis Pernambucano*, este publicado por frei Caneca, acabaram por levar a população a incentivar um possível levante contra o governo imperial. A oposição acirrou-se ao extremo quando foi nomeado para presidente da província um político da confiança de D. Pedro I, Francisco Pais Barreto.

Não aceitando tal imposição, os políticos pernambucanos continuaram a hostilizar o imperador. Este, mesmo tentando colocar na presidência da província o político Mayrink da Silva Ferrão, viu a situação tornar-se insustentável, quando, em 2 de julho de 1824, os políticos da região criaram uma república independente no Nordeste, conhecida como Confederação do Equador, que recebeu esse nome devido à localização geográfica das províncias. Atendendo à separação de Pernambuco, juntaram-se à rebelião as províncias do Ceará, do Rio Grande do Norte e da Paraíba. Após ser criada a república, os revoltosos utilizaram a Constituição colombiana como base do governo provisório. Entre os líderes do movimento, pode-se citar o papel fundamental de frei Caneca, Paes de Andrade e o antigo líder da Conjuração Baiana, Cipriano Barata.

Mapa demonstrando a proporção da Confederação do Equador.

A reação do governo central foi conduzida sob a liderança de Francisco de Lima e Silva e com a ajuda de mercenários ingleses, que derrotaram o movimento em poucos dias. Após a vitória das forças imperiais, 16 revoltosos foram condenados ao enforcamento, entre eles o próprio frei Caneca, que teve sua pena modificada para o fuzilamento, pois nenhum carrasco se dispôs a executar o frei carmelita. Entre as consequências da Confederação do Equador, destaca-se o aumento da dívida externa brasileira, fruto dos gastos com a reação imperial a tal movimento e do desgaste político do imperador, devido à forte repressão ao movimento revoltoso.

Frei Caneca, um dos líderes da Confederação do Equador, condenado à morte.

HISTÓRIA

QUESTÕES EXTERNAS

Dois problemas externos complicaram ainda mais a situação de D. Pedro I, aumentando a oposição ao seu governo: o primeiro foi a Guerra da Cisplatina, e o segundo foi a intervenção a favor de sua filha em Portugal.

A Guerra da Cisplatina, ocorrida entre 1825 e 1828, originou-se quando o líder uruguaio Lavalleja desembarcou na província da Cisplatina com o intento de promover uma batalha para separar a região do resto do Brasil, anexando o território às províncias unidas do Rio da Prata. O governo de D. Pedro I reagiu, provocando o derramamento de sangue de milhares de brasileiros e um gasto exorbitante com a guerra, sem o sucesso esperado. A solução para o conflito partiu da intervenção diplomática da Inglaterra, que acordou para que a região não ficasse nem com o Brasil, nem com a Argentina, mas se tornasse um novo país, chamado Uruguai. O interesse inglês estava baseado na busca da formação de um novo território sob sua influência que pudesse facilitar acesso da Inglaterra à região da Bacia Platina. O conflito pela Cisplatina provocou uma crise inflacionária, decorrente da emissão de moeda para manter a guerra, e a falência o Banco do Brasil, em 1829, porém em crise desde 1821 – após o retorno de D. João VI a Portugal com parte considerável do capital da instituição – e que se encontrava cada vez mais abalado economicamente pelos gastos imperiais.

Além da impopular guerra na região do Prata, D. Pedro I desagradou a elite brasileira ao iniciar uma intervenção no reino português em favor de sua filha, em 1826. Nesse ano, havia morrido D. João VI em Portugal e, pela ordem de sucessão, D. Pedro I deveria assumir o trono daquele país. Porém, como governava o Brasil, ele cedeu o trono português à sua filha, Maria da Glória. Como a nova rainha era muito jovem, D. Pedro I solicitou a seu irmão, D. Miguel, que lhe servisse de tutor até que ela tivesse plena condição de governar. D. Miguel aproveitou-se da circunstância e realizou um golpe político, retirando Maria da Glória do trono e assumindo o controle do governo de Portugal, levando D. Pedro I a reagir a favor de sua filha, empenhando-se para mantê-la no controle do reino português. Esse constante envolvimento do monarca na vida política portuguesa causava grande desconforto na elite brasileira, desejosa de um distanciamento de Portugal e de uma consequente consolidação da nascente nação.

ABDICAÇÃO

Com a situação econômica e política conturbada, a balança comercial desfavorável, a falta de um produto de grande expressividade para exportação e uma política externa completamente desastrosa, D. Pedro I enfrentava diariamente a oposição do Partido Brasileiro e a crítica de vários jornais adversários. Aliados de D. Pedro I, com o objetivo de silenciar a oposição ao imperador, assassinaram, em São Paulo, o jornalista liberal Líbero Badaró, em 1830, aumentando ainda mais a indignação da elite brasileira. Com o objetivo de melhorar a sua imagem na região de maior foco de oposição, D. Pedro I realizou uma viagem a Minas Gerais, sendo vaiado em sua entrada em Ouro Preto, onde estavam afixadas faixas que o acusavam de assassinar Líbero Badaró, além de panos pretos na janela que simbolizavam luto.

No seu retorno ao Rio de Janeiro, os portugueses, conscientes das hostilidades sofridas pelo imperador em Minas Gerais, resolveram realizar uma festa na sua chegada à capital do Império. Essa festa atraiu os opositores brasileiros que, dispostos a atrapalhar o encontro, entraram em choque com os portugueses, provocando o conflito conhecido como a Noite das Garrafadas (13 de março de 1831).

Buscando estabelecer um diálogo com a oposição, D. Pedro I resolveu nomear um ministério composto apenas de brasileiros, no dia 19 de março de 1831. Porém, 15 dias depois, o imperador, enfrentando atritos com o novo gabinete, resolveu dissolvê-lo e recolocar no comando do Brasil um ministério só de portugueses, conhecido como Ministério dos Marqueses. Milhares de pessoas saíram às ruas indignadas com a postura de D. Pedro I que, não resistindo à pressão sofrida, abdicou do trono brasileiro no dia 7 de abril de 1831, dando o direito de posse à seu filho, D. Pedro II. Devido à impossibilidade de o novo imperador assumir o trono, já que tinha apenas 5 anos de idade, seria necessário, como determinava a Constituição, a formação de uma Regência até que o rei tivesse idade para assumir o controle do país. D. Pedro I retornou para Portugal, onde venceu Miguel e assumiu o controle do país como Pedro IV. Enquanto isso, o Brasil começava a viver um dos períodos de maior instabilidade política de sua história: o Período das Regências.

O Primeiro Reinado representou, em sua essência, a fase de consolidação do Brasil como Estado Nacional através da imposição de uma ordem monárquica centralizadora, ao mesmo tempo que o novo governo se empenhava em reprimir os projetos políticos dissidentes, apesar de suas intensas manifestações ainda no Período Regencial. As articulações internacionais, sejam diplomáticas ou bélicas, garantiram o reconhecimento do Brasil como força importante na América do Sul e permitiram o entendimento externo do país como uma unidade, mesmo com a existência de forças regionais sedentas de poder e, em alguns casos, de plena autonomia. A ordem imperial construída, legalizada através da Constituição de 1824, serviria de referência política durante o transcorrer do século XIX, inviabilizando a ascensão de forças políticas sólidas que promovessem a fragmentação política ou a ameaça à propriedade e à ordem social tão caras aos interesses das elites nacionais.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

01. (UFMG–2008) Analise estas duas representações do chamado Grito do Ipiranga, de 7 de setembro de 1822:

Independência ou morte, de Pedro Américo (1888)

Proclamação da Independência, de François René – Moreaux (1844)

A partir da análise dessas duas representações e considerando-se outros conhecimentos sobre o assunto, é **CORRETO** afirmar que, em ambas,

A) a disposição dos atores – coletivos e individuais –, bem como dos aspectos que compõem o cenário, é diferenciada e expressa uma visão particular sobre D. Pedro – na primeira, como o protagonista central; na segunda, como líder de uma ação popular.

B) as mesmas concepções históricas e estéticas fundamentam e explicam a participação dos mesmos grupos sociais e personagens históricos – o príncipe, os militares, as mulheres, os camponeses e as crianças.

C) D. Pedro, embora seja o protagonista, se destaca de modo diferente – na primeira, ele recebe o apoio de diversos grupos sociais; na segunda, a participação das camadas populares é mais restrita.

D) os artistas conseguem causar um mesmo efeito – descrever a Independência do Brasil como um ato solene, grandioso, sem participação popular e protagonizado por D. Pedro.

02. (UFTM-MG–2010) Em 1823, durante o I Reinado brasileiro, a Assembleia Constituinte foi dissolvida. Esse ato pode ser explicado, entre outras razões,

A) pela insistência da aristocracia rural do Centro-sul em defender a igualdade política entre brasileiros e portugueses, o que descontentava os deputados constituintes de posição liberal radical.

B) pela oposição dos constituintes representantes das elites agrárias do Centro-sul ao projeto do imperador de estabelecer a igualdade política por meio do voto universal masculino.

C) pela decisiva interferência da diplomacia britânica no Brasil, que não aceitou o modelo de monarquia constitucional federalista e o reforço à escravidão, propostos pela maioria dos constituintes.

D) pelo descontentamento do imperador com o anteprojeto constitucional – denominado Constituição da Mandioca –, no qual o poder ficaria centrado no Legislativo e não nas mãos do imperador.

E) pela tentativa das elites das províncias do Norte-Nordeste de impor um modelo de organização política do Império a partir da fragmentação do poder central e da adoção de um federalismo.

03. (UESPI-PI–2010) A Constituição de 1824, resultante da dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, marcou o início da institucionalização do poder monárquico no Brasil. Essa Constituição

A) criou o Poder Moderador de exclusividade do imperador, o que na prática significava conceder-lhe poderes quase absolutos.

B) provocou a insatisfação em diversas províncias, estando na base da eclosão de diversas rebeliões, como a Confederação do Equador, a Sabinada e o Contestado.

C) favoreceu o reconhecimento do Brasil como nação independente, o que ocorreu sem reveses, à exceção dos Estados Unidos, por conta da Doutrina Monroe.

D) estabeleceu a eleição pelo voto censitário para os governadores das províncias.

E) determinou que representantes para o Senado e a Câmara seriam eleitos pelo voto direto e secreto.

04. (FUVEST-SP) Durante o período em que o Brasil foi Império, houve, entre outros fenômenos, a

A) consolidação da unidade territorial e a organização da diplomacia.

B) predominância da cultura inglesa nos campos literário e das artes plásticas.

C) constituição de um mercado interno nacional, integrando todas as regiões do país.

D) incidência de guerras externas e a ausência de rebeliões internas nas províncias.

E) inclusão social dos índios e a abolição da escravidão negra.

05. (PUC RS) A situação econômica e social do Brasil, após o movimento de Independência, em 1822, pode ser descrita da seguinte forma:

A) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação aos EUA e sofreu profundas mudanças na estrutura social.
B) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal, adquirindo liberdade política e social.
C) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à Inglaterra, não alterando sua estrutura social colonial.
D) O país passou da dependência econômica em relação a Portugal à subordinação em relação à França, alterando sua estrutura social colonial.
E) O país manteve a dependência econômica em relação a Portugal e não modificou sua estrutura social colonial.

EXERCÍCIOS PROPOSTOS

01. (UFJF-MG–2007) Segundo José Murilo de Carvalho:

A principal característica da Independência brasileira foi a negociação entre a elite nacional, a Coroa portuguesa e a Inglaterra.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil*.

Dessa forma, em comparação com os demais países da América Latina, é **INCORRETO** dizer que

A) no Brasil o processo de Independência foi relativamente pacífico, com conflitos militares isolados, como no Maranhão e na Bahia.
B) na América Hispânica houve a formação de grandes exércitos e a ascensão de figuras emblemáticas de “libertadores”, como Simón Bolívar e Sucre.
C) um ponto comum no processo de Independência da América Espanhola e do Brasil envolve a questão do trabalho, ou seja, em ambos, o processo levou à abolição da escravidão indígena e africana.
D) enquanto no Brasil foi instituída uma monarquia constitucional e mantida a unidade territorial, na América Hispânica, o movimento de Independência, em geral, resultou na criação de diversas repúblicas.
E) a Inglaterra, direta ou indiretamente, apoiou o movimento de Independência do Brasil e do restante da América Latina e também a formação do exército de libertação de Bolívar.

02. (UFPE–2007) Uma análise das relações sociais de poder no Brasil Império mostra mudanças importantes com relação ao Período Colonial. Na época do Império, a sociedade brasileira

A) tornou-se mais democrática, com o declínio acentuado da escravidão depois de 1840 e com a vinda de imigrantes europeus que traziam ideias modernizadoras.
B) manteve a escravidão como fonte de produção de riqueza, embora restrita à cultura do café, no Oeste Paulista e no interior do Rio de Janeiro.
C) conseguiu livrar-se das influências europeias, afirmando uma matriz, respeitando as tradições seculares de sua história.
D) permaneceu marcada pelo escravismo, embora já houvesse mudanças de muitos hábitos, por influência da modernização de alguns setores.
E) conviveu com rebeliões políticas frequentes, lideradas pelos liberais radicais e movidas por ideias abolicionistas e republicanas.

03. (UFPI–2008) [...] *todos os brasileiros, e sobretudo os brancos, não percebem suficientemente que é tempo de se fechar a porta aos debates políticos* [...] *Se se continua a falar dos Direitos dos homens, da igualdade, terminar-se-á por pronunciar a palavra fatal: liberdade, palavra terrível e que tem muito mais força num país de escravos que em qualquer outra parte* [...]

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822*: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 482.

O texto anterior, escrito provavelmente por volta de 1823-1824, é parte de uma carta sobre a Independência do Brasil, enviada por um observador europeu a D. João VI. Leia com atenção o texto e, a seguir, assinale a alternativa que expressa a configuração social do processo brasileiro de Independência.

A) A democracia racial, decorrente de uma intensa miscigenação durante o Período Colonial, contribuiu para conciliar, logo nos primeiros anos do Império, os interesses dos distintos grupos sociais.
B) A “solução monárquica”, através da qual a jovem nação optava por afastar-se de seus vizinhos americanos e por adotar modelos políticos europeus, foi historicamente necessária como instrumento de conciliação das raças no Brasil.
C) O “haitianismo”, temor da elite branca brasileira de que se repetisse no Brasil uma revolução negra, tal qual ocorrera no Haiti, limitou as bases sociais da Independência e justificou manifestações como essa da carta transcrita.
D) Em razão de temores como aquele expresso na carta citada, a Independência fez-se acompanhar de um processo crescente de enfraquecimento da escravidão. Os mesmos grupos que lideraram o processo de Independência liderariam, anos depois, a Abolição da Escravatura.
E) O temor expresso na carta é infundado, pois além de contar com um número pequeno de escravos à época da Independência, as relações entre os escravos e seus senhores, no Brasil, sempre foram cordiais, decorrendo justamente disso a noção de “democracia racial”.

04. (FGV-SP–2007) Comparando-se o processo de Independência das colônias da América Espanhola com o do Brasil, no início do século XIX, é **CORRETO** afirmar que,

A) em ambos, a ideologia predominante foi o liberalismo, que influenciou a organização dos novos Estados sob governos republicanos com três poderes.
B) no primeiro, os *criollos* conduziram a emancipação política, mas, no segundo, as camadas médias conseguiram controlar o aparelho de Estado.

C) em ambos, o domínio econômico das respectivas metrópoles foi encerrado e desenvolveu-se o caudilhismo, forma de dominação local das elites de origem nativa.

D) no primeiro, ocorreu a fragmentação do território em vários países, já o Brasil manteve-se politicamente unido e governado pelo herdeiro português.

E) em ambos, o contexto das guerras napoleônicas foi determinante, embora o primeiro tenha sido singularizado pela transferência da Corte para a América.

05. (FUVEST-SP) A economia brasileira, durante o Período Monárquico, caracterizou-se fundamentalmente

A) pelo princípio da diversificação da produção agrária e pelo incentivo ao setor de serviços.

B) pelo estímulo à imigração italiana e espanhola e pelo fomento à incipiente indústria.

C) pela regionalização econômica e pela revolução no sistema bancário nacional.

D) pela produção destinada ao mercado externo e pela busca de investimentos internacionais.

E) pela convivência das mãos de obra escrava e imigrante e pelo controle do déficit público.

06. (PUCPR) Entre as características da Carta Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, **NÃO** está incluído (a)

A) o voto universal e secreto.

B) o exercício do Poder Moderador pelo monarca.

C) a forma unitária do Estado.

D) o casamento apenas religioso, com efeitos civis.

E) a divisão do território nacional em províncias.

07. (UEL-PR) Analise a imagem a seguir.

DEBRET, João Baptista. In: *Retrato do Brasil*, n. 22, 1984. p. 254.

O pintor francês João Baptista Debret, que viveu no Brasil entre 1816 e 1831, registrou, como cronista e ilustrador, a vida do Rio de Janeiro colonial. Na imagem em destaque, que retrata o passeio de uma família abastada, estão registrados alguns elementos da diferenciação social no país. Com base na imagem e nos conhecimentos sobre escravismo no Brasil, considere as afirmativas a seguir.

I. A frequente integração dos escravos negros às famílias de brancos abastados garantiu, após a abolição da escravidão, um melhor posicionamento dos libertos na economia urbana, como mão de obra qualificada.

II. Após a Independência, o escravismo continuou sendo a base do sistema produtivo, embora a estruturação do Estado Nacional tenha fortalecido a burocracia estatal e a camada de profissionais liberais urbanos.

III. Com a iminência do fim do escravismo, a implantação de pequenas e médias propriedades converteu-se na preocupação fundamental tanto dos homens públicos quanto dos fazendeiros.

IV. A interdição das terras somada à inserção de um número crescente de imigrantes estrangeiros na economia brasileira foram fundamentais no processo de marginalização dos escravos libertos.

Estão **CORRETAS** apenas as afirmativas

A) I e IV.
B) II e III.
C) II e IV.
D) I, II e III.
E) I, III, e IV.

08. (Mackenzie-SP–2011)

NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. *História do Brasil para Principiantes*: 500 anos de idas e vindas. p. 43

A charge se refere à

A) promulgação do Ato Adicional de 1834, quando D. Pedro I estabeleceu a criação do Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.

B) promulgação da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.

C) outorga da Constituição de 1824, por D. Pedro II, estabelecendo o Poder Moderador, de uso tanto do imperador quanto do Conselho de Ministros.

D) outorga da Constituição de 1824 por D. Pedro I, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do imperador.

E) promulgação da Constituição de 1891 pelo Mal. Deodoro da Fonseca, estabelecendo o Poder Moderador, de uso exclusivo do presidente.

09. (UFSM-RS)

TEIXEIRA, Francisco M. P. *Brasil história e sociedade*. São Paulo: Ática, 2000. p. 162.

O quadro *Independência ou Morte*, de Pedro Américo, concluído em 1888, é uma representação do 7 de setembro de 1822, quando o Brasil rompeu com Portugal. Essa representação enaltece o fato e enfatiza a bravura do herói D. Pedro, ocultando que

A) o fim do pacto colonial, decretado na Conjuração Baiana, conduziu à ruptura entre o Brasil e Portugal.

B) o processo de emancipação política iniciara com a instalação da Corte portuguesa no Brasil e que as medidas de D. João puseram fim ao monopólio metropolitano.

C) o Brasil continuara a ser uma extensão política e administrativa de Portugal, mesmo depois do 7 de setembro.

D) a Abertura dos Portos e a Revolução Pernambucana se constituíram nos únicos momentos decisivos da separação Brasil-Portugal.

E) a separação estava consumada, o processo estava completo, visto que havia, em todo o Brasil, uma forte adesão militar, popular e escravista à emancipação.

10. (Unicamp-SP–2007) *Se eu pudesse alguma coisa com Deus, lhe rogaria quisesse dar muita geada anualmente nas terras de serra acima, onde se faz o açúcar; porque a cultura da cana tem sido muito prejudicial aos povos: 1i-) porque tem abandonado ou diminuído a cultura do milho e do feijão e a criação dos porcos; estes gêneros têm encarecido, assim como a cultura de trigo, e do algodão e azeite de mamona; 2i-) porque tem introduzido muita escravatura, o que empobrece os lavradores, corrompe os costumes e leva ao desprezo pelo trabalho de enxada; 3i-) porque tem devastado as belas matas e reduzido a taperas muitas herdades; 4i-) porque rouba muitos braços à agricultura, que se empregam no carreto dos africanos; 5i-) porque exige grande número de bestas muares que não procriam e que consomem muito milho; 6i-) porque diminuiria a feitura da cachaça, que tão prejudicial é do moral e físico dos moradores do campo.*

SILVA. José Bonifácio de Andrada e. [1763-1838]. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 181-182 (Adaptação).

Retome o texto apresentado, escrito por José Bonifácio de Andrada e Silva.

A) **IDENTIFIQUE** dois aspectos negativos da cultura da cana-de-açúcar mencionados no texto.

B) A Assembleia Constituinte, à qual José Bonifácio encaminhou seus projetos sobre a escravidão, foi dissolvida em novembro de 1823 por D. Pedro I, que promulgou uma Constituição em março de 1824. Essa Carta outorgada instituiu o Poder Moderador. De que maneira o Poder Moderador levou à centralização da monarquia?

C) **APONTE** dois fatores que contribuíram para a abolição da escravidão no Brasil.

11. (UNIFESP–2008) A Independência do Brasil, quando comparada com a Independência dos demais países da América do Sul, apresenta semelhanças e diferenças. **INDIQUE** as principais

A) semelhanças.

B) diferenças.

12. (PUC Rio) *Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos* [...] *promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição* [...]

PREÂMBULO da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos súditos, que tendo-nos requerido os povos deste Império, juntos em Câmaras, que nós quanto antes jurássemos e fizéssemos jurar o Projeto de Constituição [...]

PREÂMBULO da Constituição Política do Império do Brasil, 1824.

A) Tomando como referência os textos apresentados, **IDENTIFIQUE** uma característica da Constituição de 1824 e uma característica da Constituição de 1988.

B) **EXPLIQUE** a relação entre o Poder Moderador e os demais poderes políticos de Estado, instituídos pela Constituição brasileira de 1824.

SEÇÃO ENEM

01. (Enem–2009) *A Confederação do Equador contou com a participação de diversos segmentos sociais, incluindo os proprietários rurais que, em grande parte, haviam apoiado o movimento de Independência e a ascensão de D. Pedro I ao trono. A necessidade de lutar contra o poder central fez com que a aristocracia rural mobilizasse as camadas populares que passaram então a questionar não apenas o autoritarismo do poder central, mas o da própria aristocracia da província. Os líderes mais democráticos defendiam a extinção do tráfico negreiro e mais igualdade social. Essas idéias assustaram os grandes proprietários de terras que, temendo uma revolução popular, decidiram se afastar do movimento. Abandonado pelas elites, o movimento enfraqueceu e não conseguiu resistir à violenta opressão organizada pelo governo imperial.*

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1996 (Adaptação).

Com base no texto, é possível concluir que a composição da Confederação do Equador envolveu, a princípio,

A) os escravos e os latifundiários descontentes com o poder centralizado.

B) diversas camadas, incluindo os grandes latifundiários, na luta contra a centralização política.

C) as camadas mais baixas da área rural, mobilizadas pela aristocracia, que tencionava subjugar o Rio de Janeiro.

D) as camadas mais baixas da população, incluindo os escravos, que desejavam o fim da hegemonia do Rio de Janeiro.

E) as camadas populares, mobilizadas pela aristocracia rural, cujos objetivos incluíam a ascensão de D. Pedro I ao trono.

02. (Enem–2004) Constituição de 1824:

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao imperador. [...] *para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos* [...] *dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.*

Frei Caneca:

O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele, o imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do imperador.

VOTO sobre o juramento do projeto de Constituição.

Para frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo imperador em 1824 era

A) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo imperador.

B) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do Poder Legislativo.

C) arbitrário, porque permitia ao imperador dissolver a Câmara dos Deputados, o poder representativo da sociedade.

D) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da nação.

E) capaz de responder às exigências políticas da nação, pois supria as deficiências da representação política.

03. (Enem–2007) *Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.*

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida "civilizado", marca que distinguia as classes cultas e "naturalmente" dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] *E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.*

SINGER, Paul. Evolução da economia e vinculação internacional. In: SACHS, I.; WILLHEIM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.). *Brasil:* um século de transformações. São Paulo: Cia. das Letras, 2001. p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações anteriores, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da Independência política (1822), é **CORRETO** afirmar que o país

A) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no Período Colonial.

B) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.

C) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.

D) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.

E) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.

GABARITO

Fixação

01. A 02. D 03. A 04. A 05. C

Propostos

01. C 04. D 07. C
02. D 05. D 08. D
03. C 06. A 09. B

10. A) Entre os aspectos negativos mencionados no texto, pode-se destacar: a diminuição da produção de gêneros para o mercado interno, com a consequente elevação dos preços e o emprego do trabalho escravo que, segundo o autor, "[...] empobrece os lavradores, corrompe os costumes e leva ao desprezo pelo trabalho de enxada [...]". Pode-se mencionar, ainda, a derrubada das matas.

B) O Poder Moderador, presente na Constituição imperial, conferia ao imperador autoridade para interferir nos demais poderes. Em tese, o Poder Moderador seria responsável por garantir a harmonia e o equilíbrio entre os demais poderes. Na prática, serviu como instrumento de controle e de imposição dos desejos do imperador. Por exemplo, podia o imperador dissolver a Câmara dos Deputados, convocar ou anular eleições, nomear ou demitir juízes e empossar senadores. Assim, o Poder Moderador representava o fortalecimento do poder imperial, através do fortalecimento do Poder Executivo, dando à monarquia um caráter centralista.

C) Entre os fatores que contribuíram para a abolição da escravidão, podem-se mencionar o fim do tráfico negreiro, estabelecido pela Lei Eusébio de Queirós em 1850, que levou a uma diminuição gradativa do número de escravos, e a Campanha Abolicionista, que envolveu setores da classe média e intelectuais e, ao ser incorporada pelo republicanismo, assumiu papel de protagonismo na opinião pública brasileira.

11. A) Tanto no Brasil quanto nas colônias espanholas, os processos de Independência foram conduzidos sob a liderança das elites econômicas coloniais, influenciadas pela ideologia liberal; em ambos os casos, houve interferência da Inglaterra em favor da emancipação, interessada no fim do pacto colonial, devido à demanda por mercados em decorrência de sua industrialização; consolidadas as emancipações, as elites econômicas se constituiram também em oligarquias políticas assumindo o controle dos recém-fundados Estados Nacionais latino-americanos, contudo, sem promoverem alterações na estrutura social e econômica do período colonial, impedindo a participação política dos segmentos populares.

B) O caso brasileiro é considerado *suis generis*, pois a Independência em relação a Portugal não se deu através de revoltas ou revoluções, sendo efetivada em 1822, sob a liderança do príncipe regente português no Brasil, D. Pedro I; foi adotado o regime monárquico de governo e foi preservada a unidade política e territorial da jovem nação.

Na América Espanhola, a Independência das colônias, liderada pelos *criollos* (descendentes de espanhóis nascidos na América que constituíam a elite econômica), foi conquistada através de guerras prolongadas, com batalhas sangrentas; consolidada a autonomia política, foi adotado o regime republicano presidencialista, e as antigas colônias fragmentaram-se, dando origem aos vários Estados Nacionais de língua espanhola na América do Sul.

12. A) Características da Constituição de 1824: a divisão em quatro poderes de Estado, a instituição do regime monárquico, o voto censitário e indireto, a subordinação da Igreja ao Estado.

Características da Constituição de 1988: a instauração de uma República Federativa, a existência de três poderes de Estado, o voto universal direto, a separação entre Igreja e Estado.

B) Segundo a Constituição de 1824, o Poder Moderador era a chave da organização política do Estado Imperial, pois sua função era promover e garantir o equilíbrio entre os outros poderes de Estado. Nessa qualidade, o Poder Moderador, privativo do imperador, permitia a ele, entre outras atribuições, dissolver a Câmara dos Deputados. Assim, em certa medida, o Poder Moderador ampliava as atribuições do imperador como chefe do Poder Executivo, estabelecendo possibilidades de intervenção no funcionamento do Legislativo e do Judiciário.

Seção Enem

01. B 02. C 03. C